



Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 06.091.637/0001-17
Razão Social: WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVICOS LTDA
Nome Fantasia: WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVICOS
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 29/07/2019

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	18/12/2018
FGTS	Validade:	19/09/2018
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	28/01/2019

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	03/12/2018
Receita Municipal (Isento)		

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2019

Portal da Transparência

MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Busque por órgão, cidade, CNPJ, servidor...

VOCÊ ESTÁ AQUI: INÍCIO » PAINEL DE SANÇÕES » CEIS

Detalhamento das Sanções Vigentes

ORIGEM DOS DADOS

« OCULTAR FILTROS DE CONSULTA

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ: 793.799.661-72 ✖

Data da consulta: 14/09/2018 15:23:14

Data da última atualização: 14/09/2018 12:00:06

Tabela de dados

FILTRO

«

BUSCA LIVRE

PERÍODO DE VIGÊNCIA

NOME

CPF / CNPJ

UF DO SANCIONADO

ÓRGÃO SANCIONADOR

TIPO DE SANÇÃO

IMPRIMIR	BAIXAR	REMOVER/ADICIONAR COLUNAS	PAINEIS DE SANÇÕES	VISUALIZAÇÃO GRÁFICA		
DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLIC DA SANÇÃO
Nenhum registro encontrado						
<		ANTERIOR		PRÓXIMA		>
		Exibir 15 resultados		PAGINAÇÃO COMPLETA		

← → ↻ 🏠 ⓘ Não seguro 🔒 www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis?paginacaoSimples=true&tamanhoPagina=8&offset=8&direcaoOrdenacao=asc&colunasSelecionadas=linkDetalhamento%2CcpfCnpj%2Cnome%2CufSancto... 🔍 ☆

Apps 📱 Contas do Google 📧 Intranet PR 🌐 Intranet PR 🔄 Quina - Resultado 📧 Gmail 📧 Caixa Econômica Fed 📰 globo.com - Absoluti 📄 SICAF - Sistema de C 🇧🇷 Cartola FC - Escala SE 🇧🇷 ComprasNet »

FILTRO

BUSCA LIVRE

PERÍODO DE VIGÊNCIA

NOME

CPF / CNPJ

UF DO SANCIONADO

ÓRGÃO SANCIONADOR

TIPO DE SANÇÃO

« OCULTAR FILTROS DE CONSULTA

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ: 06.091.637/0001-17 ✖

Data da consulta: 14/09/2018 15:36:20

Data da última atualização: 14/09/2018 12:00:06

Tabela de dados

 IMPRIMIR

 BAIXAR

 REMOVER/ADICIONAR COLUNAS

 PAINEL DE SANÇÕES

 VISUALIZAÇÃO GRÁFICA

DETALHAR

CNPJ/CPF DO SANCIONADO

NOME DO SANCIONADO

UF DO SANCIONADO

ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA

TIPO DA SANÇÃO

DATA DE PUBLIC DA SANÇÃO

Nenhum registro encontrado

 ANTERIOR

Exibir 15 resultados

 PRÓXIMA

 PAGINAÇÃO COMPLETA

Visualização gráfica

Crie o gráfico desejado a partir das opções abaixo.

Selecione o tipo de dado para agrupamento das informações e o tipo de gráfico desejado e clique no botão "Gerar Gráfico".

Utilize os campos abaixo para selecionar como deseja visualizar os dados graficamente:

Tipo de Dados

Tipo da Sanção





Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (14/09/2018 às 15:45) não consta registro no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça, quanto ao CNPJ nº 06.091.637/0001-17.

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço: <http://www.cnj.jus.br> através do número de controle: 5B9C.01D5.5E88.A741



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (14/09/2018 às 15:49) não consta registro no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça, quanto ao CPF nº 793.799.661-72.

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço: <http://www.cnj.jus.br> através do número de controle: 5B9C.02D0.492F.0992



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **RENATO MARINHO DE ARAUJO**

CPF/CNPJ: **793.799.661-72**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 15:54:46 do dia 14/09/2018, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INIDONEO:VERIFICA>

Código de controle da certidão: 7DYP140918155446

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

Nome completo: **WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVICOS LTDA**

CPF/CNPJ: **06.091.637/0001-17**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 15:52:24 do dia 14/09/2018, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INIDONEO:VERIFICA>

Código de controle da certidão: JI3I140918155224

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A
AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2018

PROPOSTA COMERCIAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Prezados Senhores,

A WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ: 06.091.637/0001-17 e I.E n.º 07.452.289/001-01, sediada na ADE Conjunto 10 Lotes 10/11 Salas 102 a 104 – Águas Claras – DF CEP: 71.986-180 Telefone: (61) 3354-1967, fax: 3354-1985 endereço eletrônico: www.wrcomercial.com.br, vem por meio desta, apresentar a proposta de preços para Contratação de empresa especializada na prestação de serviços conforme objeto do pregão em referencia, planilhas anexas e valores MENSAL e ANUAL abaixo:

Contratação de serviço de copeiragem e fornecimento de insumos e equipamentos em regime de empreitada por preço global, para atender a Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ em Brasília/DF.

- | | | | |
|------------------|-----|------------|---|
| 1. VALOR MENSAL: | R\$ | 28.319,80 | (vinte e oito mil, trezentos e dezenove reais e oitenta centavos) |
| 2. VALOR ANUAL: | R\$ | 339.837,60 | (trezentos e trinta e nove mil, oitocentos e trinta e sete reais e sessenta centavos) |

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Declaramos que os preços oferecidos englobam a prestação de serviços, mão-de-obra, salários e todos os encargos trabalhistas, bem como todos os tributos e encargos, seguro e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação.

O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias.

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a assinar o contrato no prazo determinado no edital, e para esse fim fornecemos os seguintes **DADOS BANCÁRIOS: BANCO SANTANDER - AGÊNCIA nº 2132 - CONTA CORRENTE nº 13000942-9**

Informamos que, se vencermos este certame e formos convocados a firmar o respectivo contrato, deverá assiná-lo o Sr Renato Marinho de Araújo, Sócio Gerente, portador do RG 1.585.422 SSP-DF e CPF 793.799.661-72 e endereço: QS 08 Conjunto 410A Casa 31, Águas Claras - DF.

Brasília, 11 de Setembro de 2018.



WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS
RENATO MARINHO DE ARAÚJO
SOCIO GERENTE

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nº Processo: ESTIMATIVA DE PREÇOS

Licitação Nº: ESTIMATIVA DE PREÇOS

Data e Horário: 07/08/2018

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	07/08/2018
B	Minicípio/UF	Brasília-DF
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	DF000001/2018
D	Nº de meses de execução contratual	12

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Copeiro	Posto	3

1. MÓDULOS

Mão de obra vinculada à execução contratual

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra

1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Copeiro
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1.156,09
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	Copeiro
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/01/2018

Módulo 1 - Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	%	Valor (R\$)
A	Salário	100,00%	R\$ 1.156,09
B	Adicional de Periculosidade	0,00%	-
C	Adicional de Insalubridade	0,00%	-
D	Adicional Noturno	0,00%	-
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	0,00%	-
F	Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado	0,00%	-
G	Outros (especificar)	0,00%	-
Total de Remuneração			R\$ 1.156,09

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.

Nota 2: Para o empregado que labora a jornada 12x36, em caso da não concessão ou concessão parcial do intervalo intrajornada (§ 4º do art. 71 da CLT), o valor a ser pago será inserido na remuneração utilizando a alínea "G".

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	%	R\$
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	R\$ 96,30
B	Férias e Adicional de Férias	12,10%	R\$ 139,89
TOTAL		20,43%	R\$ 236,19

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina e adicional de férias.

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	Encargos previdenciários, FGTS e outras contribuições	%	R\$
A	INSS	20,00%	R\$ 278,46
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 34,81
C	SAT	2,14%	R\$ 29,79
D	SESC ou Sesi	1,50%	R\$ 20,88
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 13,92
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 8,35
G	INCRA	0,20%	R\$ 2,78
H	FGTS	8,00%	R\$ 111,38
TOTAL		35,94%	R\$ 500,39

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.

Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1, o Módulo 3, Módulo 4 e o Módulo 6.

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios mensais e diários	Quantidade	Valor R\$	Valor (R\$)
-----	------------------------------	------------	-----------	-------------

A	Transporte	21	R\$	10,00	R\$	140,63
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	21	R\$	31,50	R\$	661,50
C	Assistência Médica				R\$	-
D	Assistência Odontológica				R\$	-
E	Auxílio Funeral				R\$	-
Total de Benefícios mensais e diários					R\$	802,13

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º desta Instrução Normativa.

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	%	R\$
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	20,43%	R\$ 236,19
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	35,94%	R\$ 500,39
2.3	Benefícios Mensais e Diários		R\$ 802,13
TOTAL		56,37%	R\$ 1.538,71

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	%	R\$
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ 6,32
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03%	R\$ 0,42
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	4,35%	R\$ 60,56
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ 27,01
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,70%	R\$ 9,75
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,65%	R\$ 9,05
TOTAL		8,09%	R\$ 112,64

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto que por ventura venha cobrir o empregado nos casos de Ausências Legais (Submódulo 4.1) e/ou na Intrajornada (Submódulo 4.2), a depender da prestação do serviço.

Nota 2: Haverá a incidência do Submódulo 2.2 sobre esse módulo.

Submódulo 4.1 - Ausências Legais

4.1	Composição do custo de reposição do profissional ausente	%	R\$
A	Terço constitucional de férias e 13º salário do ferista $((3,03\% + 8,33\%) \div 12 = 0,95\%)$	0,95%	R\$ 26,67
B	Ausências legais e ausências por doença $((01 \div 30 \div 12) + (01 \div 30 \div 12) \times 100 = 0,56\%)$	0,56%	R\$ 15,72
C	Licença paternidade $((5 \div 30) \div 12 \times 0,075 \times 100 = 0,10\%)$	0,10%	R\$ 2,81
D	Ausência por acidente de trabalho $(15 \div 30 \div 12 \times 0,10 \times 100 = 0,42\%)$	0,42%	R\$ 11,79
E	Afastamento maternidade $((1 \div 12 \times 4) + (1,33 \div 12 \times 4)) \div 12 \times 0,0025 \times 100 = 0,02\%$	0,02%	R\$ 0,56
F	Outros (especificar)	0,00%	R\$ -
TOTAL		2,05%	R\$ 57,55

Nota: As alíneas "A" a "F" referem-se somente ao custo que será pago ao repositor pelos dias trabalhados quando da necessidade de substituir a mão de obra alocada na prestação do serviço.

Submódulo 4.2 - Intrajornada

4.2	Composição do custo de reposição do profissional ausente	%	R\$
A	Intervalo para repouso ou alimentação		R\$ -
TOTAL		0,00%	R\$ -

Nota: Quando houver a necessidade de reposição de um empregado durante sua ausência nos casos de intervalo para repouso ou alimentação deve-se contemplar o Submódulo 4.2.

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	%	R\$
4.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	2,05%	R\$ 57,55
4.2	GPS, FGTS e outras contribuições	0,00%	R\$ -
TOTAL		2,05%	R\$ 57,55

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	%	R\$
A	Uniformes		R\$ 49,00
B	Materiais		R\$ 528,85
C	Equipamentos		R\$ 33,28
D	Outros (especificar)		R\$ 750,84
TOTAL			R\$ 1.361,97

Nota: Valores mensais por empregado.

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	R\$
---	------------------------------------	---	-----

A	Custos indiretos	2,29%	R\$	96,80
B	Lucro	5,00%	R\$	216,19
C	Tributos	12,59%	R\$	653,91
	C.1. Tributos Federais (COFINS)	6,24%	R\$	324,10
	C.2 Tributos Federais (PIS)	1,35%	R\$	70,12
	C.3 Tributos Estaduais (ISS)	5,00%	R\$	259,69
	C.4 Tributos Municipais(especificar)	0,00%	R\$	-
TOTAL			R\$	966,90

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	R\$
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 1.156,09
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 1.538,71
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 112,64
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 57,55
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 1.361,97
Subtotal (A + B + C + D + E)		R\$ 4.226,96
E	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 966,90
Valor Total por Empregado		R\$ 5.193,86

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nº Processo: ESTIMATIVA DE PREÇOS

Licitação Nº: ESTIMATIVA DE PREÇOS

Data e Horário: 07/08/2018

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	07/08/2018
B	Minicípio/UF	Brasília-DF
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	DF000001/2018
D	Nº de meses de execução contratual	12

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Garçom	Posto	2

1. MÓDULOS

Mão de obra vinculada à execução contratual

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra

1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Garçom
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1.706,84
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	Garçom
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/01/2018

Módulo 1 - Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	%	Valor (R\$)
A	Salário	100,00%	R\$ 1.706,84
B	Adicional de Periculosidade	0,00%	-
C	Adicional de Insalubridade	0,00%	-
D	Adicional Noturno	0,00%	-
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	0,00%	-
F	Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado	0,00%	-
G	Outros (especificar)	0,00%	-
Total de Remuneração			R\$ 1.706,84

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.

Nota 2: Para o empregado que labora a jornada 12x36, em caso de não concessão ou concessão parcial do intervalo intrajornada (§ 4º do art. 71 da CLT), o valor a ser pago será inserido na remuneração utilizando a alínea "G".

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	%	R\$
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	R\$ 142,18
B	Férias e Adicional de Férias	12,10%	R\$ 206,53
TOTAL		20,43%	R\$ 348,71

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina e adicional de férias.

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	Encargos previdenciários, FGTS e outras contribuições	%	R\$
A	INSS	20,00%	R\$ 411,11
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 51,39
C	SAT	2,14%	R\$ 43,99
D	SESC ou Sesi	1,50%	R\$ 30,83
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 20,56
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 12,33
G	INCRA	0,20%	R\$ 4,11
H	FGTS	8,00%	R\$ 164,44
TOTAL		35,94%	R\$ 738,76

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.

Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1, o Módulo 3, Módulo 4 e o Módulo 6.

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios mensais e diários	Quantidade	Valor R\$	Valor (R\$)
-----	------------------------------	------------	-----------	-------------

A	Transporte	21	R\$	10,00	R\$	107,59
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	21	R\$	31,50	R\$	661,50
C	Assistência Médica				R\$	-
D	Assistência Odontológica				R\$	-
E	Auxílio Funeral				R\$	-
Total de Benefícios mensais e diários					R\$	769,09

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º desta Instrução Normativa.

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	%	R\$
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	20,43%	R\$ 348,71
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	35,94%	R\$ 738,76
2.3	Benefícios Mensais e Diários		R\$ 769,09
TOTAL		56,37%	R\$ 1.856,56

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	%	R\$
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ 9,32
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03%	R\$ 0,62
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	4,35%	R\$ 89,42
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ 39,88
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,70%	R\$ 14,39
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,65%	R\$ 13,36
TOTAL		8,09%	R\$ 166,29

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto que por ventura venha cobrir o empregado nos casos de Ausências Legais (Submódulo 4.1) e/ou na Intrajornada (Submódulo 4.2), a depender da prestação do serviço.

Nota 2: Haverá a incidência do Submódulo 2.2 sobre esse módulo.

Submódulo 4.1 - Ausências Legais

4.1	Composição do custo de reposição do profissional ausente	%	R\$
A	Terço constitucional de férias e 13º salário do ferista $((3,03\% + 8,33\%) \div 12 = 0,95\%)$	0,95%	R\$ 35,43
B	Ausências legais e ausências por doença $((01 \div 30 \div 12) + (01 \div 30 \div 12) \times 100 = 0,56\%)$	0,56%	R\$ 20,89
C	Licença paternidade $((5 \div 30) \div 12 \times 0,075 \times 100 = 0,10\%)$	0,10%	R\$ 3,73
D	Ausência por acidente de trabalho $(15 \div 30 \div 12 \times 0,10 \times 100 = 0,42\%)$	0,42%	R\$ 15,66
E	Afastamento maternidade $((1 \div 12 \times 4) + (1,33 \div 12 \times 4)) \div 12 \times 0,0025 \times 100 = 0,02\%$	0,02%	R\$ 0,75
F	Outros (especificar)	0,00%	R\$ -
TOTAL		2,05%	R\$ 76,46

Nota: As alíneas "A" a "F" referem-se somente ao custo que será pago ao repositor pelos dias trabalhados quando da necessidade de substituir a mão de obra alocada na prestação do serviço.

Submódulo 4.2 - Intrajornada

4.2	Composição do custo de reposição do profissional ausente	%	R\$
A	Intervalo para repouso ou alimentação		R\$ -
TOTAL		0,00%	R\$ -

Nota: Quando houver a necessidade de reposição de um empregado durante sua ausência nos casos de intervalo para repouso ou alimentação deve-se contemplar o Submódulo 4.2.

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	%	R\$
4.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	2,05%	R\$ 76,46
4.2	GPS, FGTS e outras contribuições	0,00%	R\$ -
TOTAL		2,05%	R\$ 76,46

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	%	R\$
A	Uniformes		R\$ 76,50
B	Materiais		R\$ 528,85
C	Equipamentos		R\$ 33,28
D	Outros (especificar)		R\$ 750,84
TOTAL			R\$ 1.389,47

Nota: Valores mensais por empregado.

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	R\$
---	------------------------------------	---	-----

A	Custos indiretos	2,05%	R\$	106,51
B	Lucro	5,00%	R\$	265,11
C	Tributos	12,59%	R\$	801,87
	C.1. Tributos Federais (COFINS)	6,24%	R\$	397,43
	C.2 Tributos Federais (PIS)	1,35%	R\$	85,98
	C.3 Tributos Estaduais (ISS)	5,00%	R\$	318,46
	C.4 Tributos Municipais(especificar)	0,00%	R\$	-
TOTAL			R\$	1.173,49

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	R\$
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 1.706,84
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 1.856,56
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 166,29
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 76,46
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 1.389,47
Subtotal (A + B + C + D + E)		R\$ 5.195,62
E	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 1.173,49
Valor Total por Empregado		R\$ 6.369,11

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

QUADRO RESUMO

CATEGORIA	QUANTIDADE DE POSTOS	SALÁRIO BASE	VALOR DO POSTO	VALOR MENSAL POSTO	VALOR GLOBAL PARA 12 (DOZE) MESES
Copeiro	3	R\$ 1.156,09	R\$ 5.193,86	R\$ 15.581,58	R\$ 186.978,96
Garçom	2	R\$ 1.706,84	R\$ 6.369,11	R\$ 12.738,22	R\$ 152.858,64
VALOR MENSAL					R\$ 28.319,80
VALOR GLOBAL PARA 12 (DOZE) MESES					R\$ 339.837,60

CUSTO DO UNIFORME

COPEIRO					
Genero	Descrição do Uniforme	Entrega Inicial	Entrega Semestral	Preço Unitário	Preço Total Anual
COPEIRO (UNIFORME MASCULINO)	Calça social confeccionada em tecido de microfibra, na cor preta	2	2	R\$ 30,00	R\$ 120,00
	Camisa social na cor branca, de manga curta	3	3	R\$ 30,00	R\$ 180,00
	Avental inteiriço preto	1	1	R\$ 35,00	R\$ 70,00
	Pares de meias pretas	4	4	R\$ 2,00	R\$ 16,00
	Pares de sapatos em couro, na cor preta, com solado antiderrapante	2	2	R\$ 40,00	R\$ 160,00
	Cinto preto	1	1	R\$ 10,00	R\$ 20,00
TOTAL POR EMPREGADO					R\$ 47,17

COPEIRO					
Genero	Descrição do Uniforme	Entrega Inicial	Entrega Semestral	Preço Unitário	Preço Total Anual
COPEIRA (UNIFORME FEMININO)	Calça social confeccionada em tecido de microfibra, na cor preta	2	2	R\$ 30,00	R\$ 120,00
	Camisa social na cor branca, de manga curta	3	3	R\$ 30,00	R\$ 180,00
	Avental inteiriço preto	1	1	R\$ 35,00	R\$ 70,00
	Pares de meias finas na cor preta	4	4	R\$ 10,00	R\$ 80,00
	Pares de sapatos em couro, na cor preta, com solado antiderrapante	2	2	R\$ 40,00	R\$ 160,00
TOTAL POR EMPREGADO					R\$ 50,83

PREÇO MÉDIO POR EMPREGADO					R\$ 49,00
----------------------------------	--	--	--	--	------------------

GARÇOM					
Genero	Descrição do Uniforme	Entrega Inicial	Entrega Semestral	Preço Unitário	Preço Total Anual
GARÇOM (UNIFORME MASCULINO)	Paletó / blazer confeccionado em tecido de microfibra, na cor preta	2	2	R\$ 80,00	R\$ 320,00
	Colete preto, curto, na altura da cintura, abertura frontal	2	2	R\$ 35,00	R\$ 140,00
	Camisas confeccionadas em tecido 100% algodão, na cor branca, manga longa, com detalhes em piquet no peito, na gola e nos punhos	3	3	R\$ 30,00	R\$ 180,00
	Calça social confeccionada em tecido de microfibra, na cor preta	2	2	R\$ 30,00	R\$ 120,00
	Gravata borboleta preta	2	2	R\$ 10,00	R\$ 40,00
	Cinto de couro, modelo social, regulável, com fivela cromada discreta, na cor preta;	1	1	R\$ 10,00	R\$ 20,00
	Pares de meias pretas	4	4	R\$ 2,00	R\$ 16,00
	Pares de sapato social, 100% em couro, napa ou pelica, com cadarço, com solado antiderrapante, na cor preta.	2	2	R\$ 40,00	R\$ 160,00
	Par de luvas brancas	1	1	R\$ 25,00	R\$ 50,00
TOTAL POR EMPREGADO					R\$ 87,17

GARÇOM					
Genero	Descrição do Uniforme	Entrega Inicial	Entrega Semestral	Preço Unitário	Preço Total Anual
GARÇOM (UNIFORME FEMININO)	Colete social na cor preta	2	2	R\$ 35,00	R\$ 140,00
	Camisas sociais brancas de manga comprida	3	3	R\$ 30,00	R\$ 180,00
	Saias confeccionada em tecido de microfibra	2	2	R\$ 35,00	R\$ 140,00
	Lenço de pescoço na cor preta	2	2	R\$ 10,00	R\$ 40,00
	Pares de meias finas na cor preta	4	4	R\$ 10,00	R\$ 80,00
	Par de sapato social, 100% em couro, napa ou pelica, com solado antiderrapante, na cor preta.	2	2	R\$ 40,00	R\$ 160,00
	Par de luvas brancas.	1	1	R\$ 25,00	R\$ 50,00
TOTAL POR EMPREGADO					R\$ 65,83

PREÇO MÉDIO POR EMPREGADO					R\$ 76,50
----------------------------------	--	--	--	--	------------------

ANEXO II - MATERIAL DE CONSUMO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	CONSUMO MENSAL	Valor Unitário	VALOR TOTAL
1	Adoçante líquido sem aspartame	100 ml	8	R\$ 1,47	R\$ 11,76
2	Açúcar Refinado	kg	15	R\$ 2,39	R\$ 35,85
3	Açúcar Cristal	kg	30	R\$ 1,55	R\$ 46,50
4	Água mineral	20 L	528	R\$ 2,50	R\$ 1.320,00
5	Biscoito Recheado Doce	Pacote	10	R\$ 1,20	R\$ 12,00
6	Biscoito Salgado	Pacote	10	R\$ 1,08	R\$ 10,80
7	Chá em saquinhos (maça, verde, mate, camomila, cidreira, hortelã, morango, erva doce)	Embalagem com 10 caixas	20	R\$ 1,90	R\$ 38,00
8	Café torrado e moído	500 g	80	R\$ 7,00	R\$ 560,00
9	Coador de café grande de flanela (nº 5)	-	2	R\$ 4,95	R\$ 9,90
10	Copo descartável para água (compatível com o dispensador para copos descartável – 200ml - em acrílico com base em ABS e sistema para liberação de 1 copo por acionamento)	Caixa com 2500	12	R\$ 45,65	R\$ 547,80
11	Copo descartável para café	Caixa com 5000	1	R\$ 43,85	R\$ 43,85
12	Forro de Bandeja 100% vinil	Und;	2	R\$ 3,90	R\$ 7,80
VALOR TOTAL MENSAL					R\$ 2.644,26
VALOR TOTAL MENSAL DIVIDIDO PELO NUMERO DE GARÇONS E COPEIRAS (5)					528,85

ANEXO III - MATERIAL DE LIMPEZA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	CONSUMO MENSAL	Valor Unitário	VALOR TOTAL
1	Água sanitária	L	6	R\$ 1,19	R\$ 7,14
2	Álcool líquido	L	5	R\$ 3,15	R\$ 15,75
3	Balde 8L	Unidade	2	R\$ 2,61	R\$ 5,22
4	Detergente tipo multiuso	500 ml	8	R\$ 1,50	R\$ 12,00
5	Detergente	500 ml	24	R\$ 0,84	R\$ 20,16
6	Rodo 40 cm	Unidade	1	R\$ 3,86	R\$ 3,86
7	Esponja de espuma, tipo dupla face (com quatro unidades)	Pacote	5	R\$ 1,60	R\$ 8,00
8	Esponja de aço	Pacote	7	R\$ 0,85	R\$ 5,95
9	Limpa inox	500 ml	2	R\$ 9,98	R\$ 19,96
10	Pano de chão (67 X 44 cm)	-	5	R\$ 1,35	R\$ 6,75
11	Flanelas (pacote com seis)	Pacote	1	R\$ 5,40	R\$ 5,40
12	Pano de prato(55 X 80 cm)	-	2	R\$ 1,25	R\$ 2,50
13	Pasta Rosa	500g	4	R\$ 2,29	R\$ 9,16
14	Rodo 60 cm	Unidade	1	R\$ 4,89	R\$ 4,89
15	Sabão em pedra (com cinco unidades)	Pacote	2	R\$ 3,75	R\$ 7,50
16	Saco de lixo 40 L Reforçado	Fardo	1	R\$ 4,88	R\$ 4,88
17	Saco de lixo 100 L Reforçado	Fardo	1	R\$ 15,50	R\$ 15,50
18	Sapólio em pó	300g	4	R\$ 2,02	R\$ 8,08
19	Vassoura de Piaçava	Unidade	1	R\$ 3,69	R\$ 3,69
VALOR TOTAL MENSAL					R\$ 166,39
VALOR TOTAL MENSAL DIVIDIDO PELO NUMERO DE GARÇONS E COPEIRAS (5)					33,28

ANEXO IV - MATERIAIS DURÁVEIS OU PERMANENTES						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	Quantidade	Vida Útil	Valor Unitário	VALOR TOTAL
1	Açucareiro em aço inoxidável	Unidade	3	24	R\$ 29,90	R\$ 3,74
2	Bandeja Média em aço inoxidável com 40 cm de diâmetro	Unidade.	3	24	R\$ 32,00	R\$ 4,00
3	Bebedouro elétrico de coluna para garrafão, na cor branca, com sistema de refrigeração através de compressor, para ser colocado no chão, utilizando garrafão de 20l, tendo saída para água natural e gelada, com capacidade de resfriamento igual ou superior a 2.8 L/H e capacidade de água gelada igual ou superior a 2 L	Unidade	12	60	R\$ 512,00	R\$ 102,40
4	Bules para café em aço inoxidável 900 ml	Unidade	2	24	R\$ 59,90	R\$ 4,99
5	Cafeteira elétrica industrial em aço inoxidável, capacidade mínima 15L	Unidade	3	60	R\$ 1.383,00	R\$ 69,15
6	Canecão em alumínio 4L	Unidade	2	24	R\$ 28,80	R\$ 2,40
7	Canecão em alumínio 2L	Unidade	2	24	R\$ 18,78	R\$ 1,57
8	Carrinho em material resistente, com rolamentos silenciosos, para transporte de galões de água (20l)	Unidade	1	60	R\$ 199,00	R\$ 3,32
9	Carrinho bandeja em aço inoxidável, com rolamentos silenciosos, para transporte de garrafas térmicas e para servir café	Unidade	2	60	R\$ 249,90	R\$ 8,33
10	Coletor para copos (sujo) descartáveis de água (200ml), em PVC	Unidade	12	12	R\$ 22,00	R\$ 22,00
11	Colher para café em aço inoxidável	Unidade	30	12	R\$ 0,89	R\$ 2,23
12	Colher para chá em aço inoxidável	Unidade	24	12	R\$ 1,05	R\$ 2,10
13	Copo de vidro liso 300ml	Unidade	200	3	R\$ 2,16	R\$ 144,00
14	Garrafa térmica, na cor preta, sem detalhes e com capacidade para 1,0 L	Unidade	40	12	R\$ 22,00	R\$ 73,33
15	Garrafa térmica, na cor preta, sem detalhes e com capacidade para 1,8 L	Unidade	40	12	R\$ 36,00	R\$ 120,00
16	Jarra para água em vidro com 1,8 L	Unidade	2	12	R\$ 82,00	R\$ 13,67
17	Máquina para bebidas quentes, com insumos compatíveis com a máquina, que deverão ser de primeira qualidade, com a rigorosa observância dos prazos de validade, para café, café expresso, café com leite, cappuccino, chá, leite caramelizado e chocolate para 1.400 doses mensais, por máquina.	Unidade	2	1	R\$ 1.400,00	R\$ 2.800,00
18	Suporte para copos descartáveis em acrílico com base em ABS e sistema para liberação de 01 copo por acionamento (alavanca) para 80 copos (200ml).	Unidade	12	12	R\$ 25,90	R\$ 25,90
19	Suporte em aço inoxidável para copo de vidro com 8 cm de diâmetro	Unidade	50	12	R\$ 1,82	R\$ 7,58
20	Lata para mantimentos de 05L	Unidade	3	12	R\$ 26,90	R\$ 6,73
21	Lata para mantimentos de 03L	Unidade	3	12	R\$ 17,50	R\$ 4,38
22	Xícara de chá com pires em porcelana	Dúzia	3	3	R\$ 98,64	R\$ 98,64
23	Xícara de café com pires em porcelana	Dúzia	10	3	R\$ 60,72	R\$ 202,40
24	Forro de mesa 1,50x1,50	Unidade	4	3	R\$ 11,00	R\$ 14,67
25	Ponto Biometrico	Unidade	1	60	R\$ 1.000,00	R\$ 16,67
VALOR TOTAL MENSAL						R\$ 3.754,20
VALOR TOTAL MENSAL DIVIDIDO PELO NUMERO DE GARÇONS E COPEIRAS (5)						750,84

TOTAL MENSAL DE DOSES					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	Quantidade	Valor Total	Valor Unitário
1	Franquia Mensal (2 máquinas)	Doses	2800	R\$ 2.800,00	R\$ 1,00
2	Excedente Máximo Estimado a ser atingido por mês (2 máquinas)	Doses	2.801 a 10.000	R\$	1,00

D C T F MENSAL - 3.4

CNPJ: 06.091.637/0001-17

Mês/Ano: JUN 2018

Dados Iniciais

Período: 01/06/2018 a 30/06/2018

Declaração Retificadora: NÃO

Situação: Normal

PJ inativa no mês da declaração: NÃO

PJ optante pelo Simples Nacional: NÃO

Qualificação da Pessoa Jurídica: PJ em Geral

Forma de Tributação do Lucro: Real Trimestral

PJ com débitos de SCP a serem declarados: NÃO

PJ optante pela CPRB: NÃO

Situação da PJ no mês da declaração: PJ não se enquadra em nenhuma das situações anteriores no mês da declaração

Critério de Reconhecimento das Variações Monetárias dos Direitos de Crédito e das Obrigações do Contribuinte, em Função da Taxa de Câmbio: Sem alteração do regime

Regime de Apuração da Contribuição para o PIS/Pasep e/ou da Cofins: Não-cumulativo

Dados Cadastrais do Estabelecimento Matriz

Nome Empresarial:

WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA

Logradouro: CONJUNTO ADE CONJUNTO 10 LOTES 10/11

Complemento:

Município: BRASÍLIA

CEP: 71986-180

Telefone: (61) 30040002

Caixa Postal: UF:

CEP:

Correio Eletrônico:

Número: 0

Bairro/Distrito: AGUAS CLARAS

UF: DF

Fax:

D C T F MENSAL - 3.4

CNPJ: 06.091.637/0001-17

JUN/2018

Página 2

Dados do Representante da Pessoa Jurídica

Nome: RENATO MARINHO DE ARAUJO

CPF: 793.799.661-72

Telefone: (61) 0

Ramal:

FAX:

Correio Eletrônico:

Dados do Responsável pelo Preenchimento

Nome: GILBERTO RODRIGUES COSTA CARVALHO E FREIRE

CPF: 035.786.886-22

Inscrição no CRC: 1-DF-016920/O-2

UF: DF

Telefone: (61) 30474670

Ramal:

Fax:

Correio Eletrônico: GILBERTO@CARVALHOEFREIRE.COM.BR

D C T F MENSAL - 3.4

CNPJ: 06.091.637/0001-17

JUN/2018

Página 3

Débito Apurado e Créditos Vinculados-R\$

GRUPO DO TRIBUTO: IRRF - IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE

CÓDIGO DA RECEITA: 0561-07

DENOMINAÇÃO: IRRF - Trabalho Assalariado

PERIODICIDADE: Mensal

PERÍODO DE APURAÇÃO: Junho / 2018

DÉBITO APURADO	1.873,56
CRÉDITOS VINCULADOS	
- PAGAMENTO	1.873,56
- COMPENSAÇÕES	0,00
- PARCELAMENTO	0,00
- SUSPENSÃO	0,00
SOMA DOS CRÉDITOS VINCULADOS	1.873,56
SALDO A PAGAR DO DÉBITO	0,00

Valor do Débito-R\$	Total: 1.873,56
----------------------------	------------------------

Total do Imposto apurado no período, antes de efetuadas as compensações	1.873,56
---	----------

Pagamento	Total: 1.873,56
------------------	------------------------

Relação de DARF vinculados ao Débito.

PA: 30/06/2018	CNPJ: 06.091.637/0001-17	Código da Receita: 0561
Data de Vencimento: 20/07/2018		Nº de Referência:
Valor do Principal:		131,44
Valor da Multa:		0,00
Valor dos Juros:		0,00
Valor Total do DARF:		131,44
Valor Pago do Débito:		131,44

Relação de DARF vinculados ao Débito.

PA: 30/06/2018	CNPJ: 06.091.637/0001-17	Código da Receita: 0561
Data de Vencimento: 20/07/2018		Nº de Referência:
Valor do Principal:		1.742,12
Valor da Multa:		0,00
Valor dos Juros:		0,00
Valor Total do DARF:		1.742,12
Valor Pago do Débito:		1.742,12

D C T F MENSAL - 3.4

CNPJ: 06.091.637/0001-17

JUN/2018

Página 4

Débito Apurado e Créditos Vinculados-R\$

GRUPO DO TRIBUTO: IRRF - IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE

CÓDIGO DA RECEITA: 1708-06

DENOMINAÇÃO: IRRF - Remuneração de Serviços Prestados por Pessoa Jurídica

PERIODICIDADE: Mensal

PERÍODO DE APURAÇÃO: Junho / 2018

DÉBITO APURADO	167,58
CRÉDITOS VINCULADOS	
- PAGAMENTO	167,58
- COMPENSAÇÕES	0,00
- PARCELAMENTO	0,00
- SUSPENSÃO	0,00
SOMA DOS CRÉDITOS VINCULADOS	167,58
SALDO A PAGAR DO DÉBITO	0,00

Valor do Débito-R\$	Total: 167,58
----------------------------	----------------------

Total do Imposto apurado no período, antes de efetuadas as compensações	167,58
---	--------

Pagamento	Total: 167,58
------------------	----------------------

Relação de DARF vinculados ao Débito.

PA: 30/06/2018	CNPJ: 06.091.637/0001-17	Código da Receita: 1708
Data de Vencimento: 20/07/2018		Nº de Referência:
Valor do Principal:		16,06
Valor da Multa:		0,00
Valor dos Juros:		0,00
Valor Total do DARF:		16,06
Valor Pago do Débito:		16,06

Relação de DARF vinculados ao Débito.

PA: 30/06/2018	CNPJ: 06.091.637/0001-17	Código da Receita: 1708
Data de Vencimento: 20/07/2018		Nº de Referência:
Valor do Principal:		67,36
Valor da Multa:		0,00
Valor dos Juros:		0,00
Valor Total do DARF:		67,36
Valor Pago do Débito:		67,36

D C T F MENSAL - 3.4

CNPJ: 06.091.637/0001-17

JUN/2018

Página 5

CÓDIGO DA RECEITA: 1708-06

PERÍODO DE APURAÇÃO: Junho / 2018

Relação de DARF vinculados ao Débito.

PA: 30/06/2018	CNPJ: 06.091.637/0001-17	Código da Receita: 1708
Data de Vencimento: 20/07/2018		Nº de Referência:
Valor do Principal:		84,16
Valor da Multa:		0,00
Valor dos Juros:		0,00
Valor Total do DARF:		84,16
Valor Pago do Débito:		84,16

D C T F MENSAL - 3.4

CNPJ: 06.091.637/0001-17

JUN/2018

Página 6

Débito Apurado e Créditos Vinculados-R\$

GRUPO DO TRIBUTO: PIS/PASEP - CONTRIB. P/ PROGRAMA DE INTEGRACAO SOCIAL/FORMACAO
PATRIM. SERV. PÚBLICO

CÓDIGO DA RECEITA: 6912-01

DENOMINAÇÃO: PIS - Não cumulativo

PERIODICIDADE: Mensal

PERÍODO DE APURAÇÃO: Junho / 2018

DÉBITO APURADO	35.827,11
CRÉDITOS VINCULADOS	
- PAGAMENTO	0,00
- COMPENSAÇÕES	0,00
- PARCELAMENTO	0,00
- SUSPENSÃO	0,00
SOMA DOS CRÉDITOS VINCULADOS	0,00
SALDO A PAGAR DO DÉBITO	35.827,11

Valor do Débito-R\$

Total: 35.827,11

Total da Contribuição no período, antes de efetuadas as
compensações

35.827,11

D C T F MENSAL - 3.4

CNPJ: 06.091.637/0001-17

JUN/2018

Página 7

Débito Apurado e Créditos Vinculados-R\$

GRUPO DO TRIBUTO: COFINS - CONTRIBUIÇÃO P/ FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

CÓDIGO DA RECEITA: 5856-01

DENOMINAÇÃO: COFINS - Não cumulativa

PERIODICIDADE: Mensal

PERÍODO DE APURAÇÃO: Junho / 2018

DÉBITO APURADO	164.700,39
CRÉDITOS VINCULADOS	
- PAGAMENTO	0,00
- COMPENSAÇÕES	0,00
- PARCELAMENTO	0,00
- SUSPENSÃO	0,00
SOMA DOS CRÉDITOS VINCULADOS	0,00
SALDO A PAGAR DO DÉBITO	164.700,39

Valor do Débito-R\$

Total: 164.700,39

Total da Contribuição no período, antes de efetuadas as compensações

164.700,39

D C T F MENSAL - 3.4

CNPJ: 06.091.637/0001-17

JUN/2018

Página 8

Débito Apurado e Créditos Vinculados-R\$

GRUPO DO TRIBUTO: CSRF - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS RETIDAS NA FONTE PELAS PJ DE
DIREITO PRIVADO

CÓDIGO DA RECEITA: 5952-07

DENOMINAÇÃO: CSLL, COFINS e PIS/PASEP - Retenção de contribuições sobre
pagamentos de PJ a PJ de direito privado

PERIODICIDADE: Mensal

PERÍODO DE APURAÇÃO: Junho / 2018

DÉBITO APURADO	542,75
CRÉDITOS VINCULADOS	
- PAGAMENTO	542,75
- COMPENSAÇÕES	0,00
- PARCELAMENTO	0,00
- SUSPENSÃO	0,00
SOMA DOS CRÉDITOS VINCULADOS	542,75
SALDO A PAGAR DO DÉBITO	0,00

Valor do Débito-R\$	Total: 542,75
----------------------------	----------------------

Total das Retenções no período, antes de efetuadas as compensações	542,75
--	--------

Pagamento	Total: 542,75
------------------	----------------------

Relação de DARF vinculados ao Débito.

PA: 30/06/2018	CNPJ: 06.091.637/0001-17	Código da Receita: 5952
Data de Vencimento: 20/07/2018		Nº de Referência:
Valor do Principal:		23,25
Valor da Multa:		0,00
Valor dos Juros:		0,00
Valor Total do DARF:		23,25
Valor Pago do Débito:		23,25

Relação de DARF vinculados ao Débito.

PA: 30/06/2018	CNPJ: 06.091.637/0001-17	Código da Receita: 5952
Data de Vencimento: 20/07/2018		Nº de Referência:
Valor do Principal:		49,80
Valor da Multa:		0,00
Valor dos Juros:		0,00
Valor Total do DARF:		49,80
Valor Pago do Débito:		49,80

D C T F MENSAL - 3.4

CNPJ: 06.091.637/0001-17

JUN/2018

Página 9

CÓDIGO DA RECEITA: 5952-07

PERÍODO DE APURAÇÃO: Junho / 2018

Relação de DARF vinculados ao Débito.

PA: 30/06/2018	CNPJ: 06.091.637/0001-17	Código da Receita: 5952
Data de Vencimento: 20/07/2018		Nº de Referência:
Valor do Principal:		208,82
Valor da Multa:		0,00
Valor dos Juros:		0,00
Valor Total do DARF:		208,82
Valor Pago do Débito:		208,82

Relação de DARF vinculados ao Débito.

PA: 30/06/2018	CNPJ: 06.091.637/0001-17	Código da Receita: 5952
Data de Vencimento: 20/07/2018		Nº de Referência:
Valor do Principal:		260,88
Valor da Multa:		0,00
Valor dos Juros:		0,00
Valor Total do DARF:		260,88
Valor Pago do Débito:		260,88

***** FIM DE IMPRESSÃO *****

COMPROVANTE DE DECLARAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER À PREVIDÊNCIA SOCIAL E A OUTRAS ENTIDADES E FUNDOS POR FPAS
EMPRESA

EMPRESA: WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVICOS LTD N° CONTROLE: HeetYNHU5DQ0000-1 N° ARQUIVO: Gyda40hQD7d0000-4
 COMP: 08/2018 COD REC: 150 COD GPS: 2100 FPAS: 515 OUTRAS ENT: 0115 SIMPLES: 1 ALIQ RAT: 2,0 INSCRIÇÃO: 06.091.637/0001-17
 TOMADOR/OBRA: FAP: 1,07 RAT AJUSTADO: 2,14 INSCRIÇÃO:

LOGRADOURO: QI 13 LOTES 01 14 SALA 106 MEZANINO B	BAIRRO: TAGUATINGA	CNAE PREPONDERANTE:	8211300
CIDADE: BRASILIA UF: DF	CEP: 72135-130	TELEFONE: 0061-30420004	CNAE: 8211300
APURAÇÃO DO VALOR A RECOLHER:	515	620	744
			779
			TOTAL

SEGURADO

Empregados/Avulsos	184.626,63	0,00	0,00	0,00	184.626,63
Contribuintes Individuais	209,88	0,00	0,00	0,00	209,88

EMPRESA

Empregados/Avulsos	408.326,68	0,00	0,00	0,00	408.326,68
Contribuintes Individuais	381,60	0,00	0,00	0,00	381,60
RAT	43.690,83	0,00	0,00	0,00	43.690,83
RAT - Agentes Nocivos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Pagos a Cooperativas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adicional Cooperativas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercialização Produção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Evento Desportivo/Patrocinio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECOLHIMENTO COMP ANT - VALOR INSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Retenção Lei 9.711/98	417.267,37	0,00	0,00	0,00	417.267,37
(-) Sal. Família/Sal. Maternidade	14.074,09	0,00	0,00	0,00	14.074,09
(-) Compensação	10.130,19	0,00	0,00	0,00	10.130,19
VALOR A RECOLHER - PREVIDÊNCIA SOCIAL	195.763,97	0,00	0,00	0,00	195.763,97
OUTRAS ENTIDADES	118.414,62	0,00	0,00	0,00	118.414,62
RECOLH COMP ANT - VALOR OUT ENTID	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VALOR A RECOLHER - OUTRAS ENTIDADES	118.414,62	0,00	0,00	0,00	118.414,62
TOTAL A RECOLHER	314.178,59	0,00	0,00	0,00	314.178,59

(*) Os valores de retenção, salário-família/salário-maternidade e compensação demonstrados são os efetivamente abatidos.

A DECLARAÇÃO DE DADOS CONSTANTES DESTA GFIP E DO ARQUIVO SEFIP CORRESPONDENTE A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, EQUIVALE A CONFISSÃO DE DÍVIDA DOS VALORES DELA DECORRENTES E CONSTITUI(EM) CRÉDITO(S) PASSÍVEL(IS) DE INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA, NA AUSÊNCIA DO OPORTUNO RECOLHIMENTO OU PARCELAMENTO, E CONSEQUENTE EXECUÇÃO JUDICIAL NOS TERMOS DA LEI No 6.830/80.

O EMPREGADOR/CONTRIBUINTE, RENUNCIANDO EXPRESSAMENTE A QUALQUER CONTESTAÇÃO QUANTO AO VALOR E PROCEDÊNCIA DESTA DECLARAÇÃO/DÍVIDA, ASSUME INTEGRAL RESPONSABILIDADE PELA EXATIDÃO DO MONTANTE DECLARADO E CONFESSADO, FICANDO, ENTRETANTO, RESSALVADO A SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL O DIREITO DE APURAR, A QUALQUER TEMPO, A EXISTÊNCIA DE OUTRAS IMPORTANCIAS DEVIDAS NÃO INCLUÍDAS NESTE INSTRUMENTO, AINDA QUE RELATIVAS AO MESMO PERÍODO.

O EMPREGADOR/CONTRIBUINTE RECONHECE QUE A PRESENTE CONFISSÃO DE DÍVIDA NÃO OBRIGA A SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL A EXPEDIR DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DA INEXISTÊNCIA DE DÉBITO, SALVO SE SEU CRÉDITO FOR GARANTIDO NA FORMA DOS ARTS. 258 E 259 DO REGULAMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, APROVADO PELO DECRETO 3.048, DE 12/05/1999, E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

Filtrar Consulta do FAP

*Ano de Vigência:

2018

Selecione um Estabelecimento:

06.091.637/0001-17

ou complete o CNPJ Raiz 06.091.637/

Filtrar Processamentos do FAP - FAP Original

Alternar visualização da consulta para :

FAP Original - Data Cálculo: 30/09/2017 - Valor do Fap: 1,0623

Dados do estabelecimento

Nome Empresarial: WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVICOS LTDA - ME

CNPJ Completo: 06.091.637/0001-17

Endereço: A Ade Conjunto 10 Lotes 10/11 Galpao - Aguas Claras - Brasilia - Df

CEP: 71986-180

Início da Atividade: 08/01/2004

Data da última atualização na RFB na extração: 23/10/2004

Informações relativas às extrações

Ano de Vigência: 2018

Período-base utilizado para o cálculo: de 01/01/2015 a 31/12/2016

Data de extração dos dados da arrecadação: 24/03/2017

Origem: Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social - GFIP

Data de extração dos dados de benefícios: 03/07/2017

Origem: Sistema Único de Benefícios-SUB

Data de extração da expectativa de vida: 13/05/2017

Ano de Referência: 2015

Fonte: IBGE

Valor do FAP Original

FAP Original : 1,0623

Data Cálculo: 30/09/2017

Histórico de processamento do FAP

FAP Original: 1,0623

Data do Cálculo: 30/09/2017

Dados resultantes do FAP Original

Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT com Óbito:	0	Auxílio-doença por acidente de trabalho - B91:	1
Massa Salarial:	51.518.414,91	Aposentadoria por invalidez por acidente de trabalho - B92:	0
Número Médio de Vínculos:	1.258,2083	Pensão por morte por acidente de trabalho - B93:	0
Total de Estabelecimentos na subclasse CNAE:	58.394	Auxílio-acidente por acidente de trabalho - B94:	1
Total de Estabelecimentos na subclasse CNAE com todos os insumos necessários ao cálculo do FAP:	16.487	Valor Total de Benefícios Pagos:	401.389,89

Atividade econômica do estabelecimento(Subclasse da CNAE - 2.0):

SERVICOS COMBINADOS DE ESCRITORIO E APOIO ADMINISTRATIVO (82.11-3/00)

Atividade econômica do estabelecimento - Relação de GFIPs válidas: [Visualizar Relatório](#)

Indicadores do Estabelecimento FAP Original

Índice de Frequência:	1,5896	Número de Ordem de Frequência:	8.034,1140	Percentil de Ordem de Frequência:	48,7269
Índice de Gravidade:	0,1590	Número de Ordem de Gravidade:	8.034,1140	Percentil de Ordem de Gravidade:	48,7269
Índice de Custo:	7,7912	Número de Ordem de Custo:	13.465,3956	Percentil de Ordem de Custo:	81,6717
Taxa Média de Rotatividade:	22,9890%			Índice Composto:	1,0733

FAP a ser informado no SEFIP

* Vide orientação da IN 971 e Ato Declaratório Executivo SRFB em [documentos de apoio](#)

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2018/2018

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: DF000001/2018
DATA DE REGISTRO NO MTE: 18/01/2018
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR000355/2018
NÚMERO DO PROCESSO: 46206.001159/2018-73
DATA DO PROTOCOLO: 15/01/2018

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, TRABALHOS TEMPORARIO E SERVICOS TERCEIRIZAVEIS DO DF, CNPJ n. 00.438.770/0001-10, neste ato representado(a) por seu Secretário Geral, Sr(a). ALBA LUCIS PASSOS PEDROSA;

E

SINDICATO DOS EMPR DE EMPR DE ASSEIO, CONSERVACAO, TRAB TEMPORARIO, PREST SERVICOS E SERV TERCEIRIZAVEIS DO DF-SINDISERVICOS/DF, CNPJ n. 00.530.626/0001-00, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MARIA ISABEL CAETANO DOS REIS;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVAÇÃO, TRABALHO TEMPORÁRIO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E SERVIÇOS TERCEIRIZÁVEIS NO DISTRITO FEDERAL, TAIS COMO:** Adestrador; Agente de Portaria/Fiscal de Piso; Ajudante; Ajudante de Caminhão; Ajudante de Cozinha; Ajudante Geral de Manutenção, Apoio Administrativo, Arquivista e Reparos; Alinhador/Balanceador de Autos; Almoxarife; Arquivista; Arrumadeira; Atendente; Auxiliar Administrativo; Auxiliar de Encarregado; Auxiliar de Jardinagem; Auxiliar de Serviços Gerais; Bombeiro Hidráulico; Borracheiro; Cabineiro; Camareiro; Carpinteiro; Carregador de Móveis; Carregador/Estiva; Chaveiro; Chefe de Cozinha; Copeira; Costureira de livros; Coumim; Cozinheiro; Eletricista; Eletricista de Auto; Eletrotécnico; Encarregado de Jardinagem; Encarregado de Limpeza; Encarregado de Turma de Manutenção e Reparos; Encarregado Geral; Enrolador de Motores; Estofador; Frentista; Funileiro; Garagista; Garçom; Jardineiro; Jauzeiro; Lanterneiro de Auto; Lavador de Auto; Lavanderia; Lustrador de Móveis; Maitre; Manobrista; Marceneiro; Mecânico de Auto; Mecânico de Veículo Pesado; Mestre de Obras; Montador de Divisórias; Office Boy / Contínuo; Operador de Balancim; Operador de Bilheteria; Operador de Fotocopiadora; Operador de Microtrator; Operador de Roçadeira Costal; Operador de Trator; Operador de Trator de Esteira; Pedreiro; Persianista; Pintor; Pintor de Auto; Piscineiro; Recepcionista; Salgadeira; Serralheiro; Servente; Supervisor; Torneiro Mecânico; Tratador de Animas; Tratador de Equinos; Vaqueiro; Vidraceiro; Zelador, com abrangência territorial em DF.

**SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO
PISO SALARIAL**

CLÁUSULA TERCEIRA - REAJUSTE SALARIAL

A todos os componentes da categoria profissional fica garantido um reajuste de 3,10% (três virgula dez por cento) sobre os salários vigentes em 2017. Dessa forma, as empresas concederão reajuste linear de 3,10% (três virgula dez por cento) a todos os trabalhadores.

CLÁUSULA QUARTA - SALÁRIO MÍNIMO DA CATEGORIA E PISOS SALARIAIS

As empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva não poderão utilizar salário inferior ao **piso mínimo de R\$ 1.156,09 (um mil, cento e cinquenta e seis reais e nove centavos)**. Os salários normativos da categoria por atividades específicas, já reajustados, vigentes a partir de 01 de janeiro de 2018 são:

Adestrador	R\$ 2.169,47
Agente de Portaria/Fiscal de Piso	R\$ 1.259,86
Ajudante	R\$ 1.156,09
Ajudante de Caminhão	R\$ 1.156,09
Ajudante de Cozinha	R\$ 1.156,09
Ajudante Geral de Manutenção e Reparos	R\$ 1.156,09
Alinhador/Balanceador de Autos	R\$ 1.496,26
Almoxarife	R\$ 1.706,84
Arquivista	R\$ 3.333,39
Arrumadeira	R\$ 1.156,09
Atendente	R\$ 1.194,85
Auxiliar Administrativo	R\$ 1.194,85
Auxiliar de Encarregado	R\$ 1.706,84
Auxiliar de Jardinagem	R\$ 1.156,09
Auxiliar de Serviços Gerais	R\$ 1.156,09
Bombeiro Hidráulico	R\$ 1.706,84
Borracheiro	R\$ 1.536,29
Cabineiro	R\$ 1.156,09
Camareiro	R\$ 1.156,09
Carpinteiro	R\$ 1.706,84
Carregador de Móveis	R\$ 1.156,09
Carregador/Estiva	R\$ 1.156,09
Chaveiro	R\$ 1.238,58
Chefe de Cozinha	R\$ 2.460,69
Copeira	R\$ 1.156,09
Costureira de livros	R\$ 1.156,09
Coumim	R\$ 1.194,85
Cozinheiro	R\$ 1.934,53
Eletricista	R\$ 1.706,84
Eletricista de Auto	R\$ 1.706,84
Encarregado de Jardinagem	R\$ 2.312,18
Encarregado de Limpeza	R\$ 2.312,18
Encarregado de Turma de Manutenção e Reparos	R\$ 2.312,18
Encarregado Geral	R\$ 2.952,71
Enrolador de Motores	R\$ 1.496,26
Estofador	R\$ 1.181,37

Fiscal Predial	R\$ 2.111,86
Frentista	R\$ 1.156,09
Funileiro	R\$ 1.706,84
Garagista	R\$ 1.259,86
Garçom	R\$ 1.706,84
Jardineiro	R\$ 1.706,84
Jauzeiro	R\$ 1.370,69
Lanterneiro de Auto	R\$ 1.706,83
Lavador de Auto	R\$ 1.156,09
Lavanderia	R\$ 1.156,09
Lustrador de Móveis	R\$ 1.706,84
Maitre	R\$ 2.143,48
Manobrista	R\$ 1.479,30
Marceneiro	R\$ 1.706,84
Mecânico de Auto	R\$ 1.706,84
Mecânico de Veículo Pesado	R\$ 2.088,63
Mestre de Obras	R\$ 2.208,63
Montador de Divisórias	R\$ 1.337,24
Office Boy / Contínuo	R\$ 1.156,09
Operador de Balancim	R\$ 1.479,31
Operador de Bilheteria	R\$ 1.981,67
Operador de Fotocopiadora	R\$ 1.156,09
Operador de Microtrator	R\$ 1.308,61
Operador de Roçadeira Costal	R\$ 1.194,85
Operador de Trator	R\$ 1.479,31
Operador de Trator de Esteira	R\$ 1.763,70
Pedreiro	R\$ 1.706,84
Persianista	R\$ 1.706,84
Pintor	R\$ 1.706,84
Pintor de Auto	R\$ 1.763,70
Piscineiro	R\$ 1.156,09
Recepcionista	R\$ 1.706,84
Salgadeira	R\$ 1.238,58
Serralheiro	R\$ 1.706,84
Servente	R\$ 1.156,09
Supervisor	R\$ 2.312,19
Torneiro Mecânico	R\$ 1.857,80
Tratador de Animais	R\$ 2.169,49
Tratador de Equinos	R\$ 1.741,36
Vaqueiro	R\$ 1.630,39
Vidraceiro	R\$ 1.496,26
Zelador	R\$ 1.259,86

SALÁRIO ESTÁGIO/MENOR APRENDIZ

CLÁUSULA QUINTA - JOVEM APRENDIZ

Destacada a prevalência desta Convenção Coletiva de Trabalho sobre a lei, conforme estabelece o artigo 611-A da Lei 13.467/2017, e diante da incompatibilidade das atividades desenvolvidas pelas funções

abarcadas nos serviços de asseio e conservação ao saudável desenvolvimento do aprendiz (art. 403, parágrafo único, da CLT), agravada pela ausência de conhecimentos técnicos exigidos para o exercício das funções em apreço (artigo 429 da CLT), exemplificadas no rol a seguir, fica convencionado que as empresas darão cumprimento às quotas legais de JOVEM APRENDIZ, em atendimento ao disposto no artigo 429 da CLT e no Decreto 5.598/05, tomando como parâmetro o percentual de aprendizagem mínimo de 5% a incidir sobre base de cálculo limitada ao quantitativo/dimensionamento de seus funcionários, excluindo-se da base de cálculo as seguintes funções exemplificativas:

Agente de Portaria/Fiscal de Piso, Ajudante de Cozinha, Ajudante Geral de Manutenção e Reparos, Auxiliar de Jardinagem, Auxiliar de Serviços Gerais, Copeira, Encarregado de Jardinagem, Encarregado de Limpeza, Encarregado Geral, Garagista, Garçom, Jardineiro, Jauzeiro, Office Boy / Contínuo, Pedreiro, Piscineiro, Servente, Zelador, Recepcionista e Supervisores, Encarregados e demais gerentes dessas funções.

Parágrafo Primeiro – Os contratos de aprendizagem, assim entendidos os que se enquadrem no disposto contido no artigo 428 da CLT, não poderão estabelecer salário inferior ao previsto no § 2º do mesmo dispositivo legal, salvo condição mais favorável.

Parágrafo Segundo – Como consequência natural da Aprendizagem, os aprendizes contratados serão empregados nas áreas que demandem conhecimento técnico e compatível, excluídas as atividades listadas no *caput*.

Parágrafo Terceiro – De forma a contribuir com a satisfação do objetivo da Aprendizagem (a inserção do jovem no mercado de trabalho), as empresas envidarão esforços para contratação de jovens de 14 a 24 anos para as funções que não exigirem capacitação técnica e que não são elegíveis para incidência da cota estabelecida no artigo 429 da CLT.

DESCONTOS SALARIAIS

CLÁUSULA SEXTA - SOBRE OS DIAS PARADOS

Os Sindicatos convenientes se comprometem a envidar esforços junto aos tomadores dos serviços para evitar qualquer desconto nos salários dos trabalhadores, na hipótese de deflagração de eventual movimento grevista.

Parágrafo Primeiro – Caso seja possível a compensação de jornada, mediante anuência do tomador de serviço, as empresas não descontarão os dias parados.

Parágrafo Segundo – Os empregados não sofrerão penalidades pelas faltas decorrentes do movimento grevista, salvo quando a mesma for considerada abusiva ou descumpra a legislação vigente.

CLÁUSULA SÉTIMA - ADIANTAMENTO SALARIAL

As empresas se obrigam a não efetuar descontos nos salários e/ou nos TRCT's de seus empregados a título de adiantamento salarial superior a 30% (trinta por cento) do valor do salário nominal de cada trabalhador, salvo na hipótese de rescisão contratual, quando então o desconto poderá ser feito na integralidade do saldo existente.

Parágrafo Único – A inobservância do *caput* desta cláusula tornará sem efeito o desconto efetuado, ficando a empresa faltante obrigada a reembolsar o trabalhador o valor do desconto superior aos 30% (trinta por cento), salvo se houve manifestação dos dois sindicatos em sentido contrário, após justificativa da empresa.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E

CRITÉRIOS PARA CÁLCULO

CLÁUSULA OITAVA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO E DISCRIMINAÇÃO DE DESCONTOS

O pagamento do salário será feito até o 5º (quinto) dia útil bancário, mediante recibo, fornecendo-se cópia ao empregado, com a identificação da empresa, e no qual constarão a remuneração com a discriminação das parcelas, a quantia líquida paga, as horas extras e o desconto de 6% (seis por cento) incidente sobre o salário, inclusive para a Previdência Social, e o valor correspondente ao FGTS.

Parágrafo Único – As empresas ficam obrigadas a discriminar as nomenclaturas corretas referentes a cada desconto sofrido no pagamento do empregado, principalmente as alusivas às faltas, penalidades, mensalidade do sindicato, contribuição social, taxa assistencial, adiantamento salarial, dentre outros.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS 13º SALÁRIO

CLÁUSULA NONA - DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO

As empresas deverão efetuar o pagamento do décimo terceiro salário, para todos os seus empregados em única parcela até o dia 19 de dezembro de 2018.

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

CLÁUSULA DÉCIMA - INSALUBRIDADE EM BANHEIRO PÚBLICO E DE GRANDE CIRCULAÇÃO

Diante da inexistência de regulamentação específica por parte do Ministério do Trabalho e Emprego acerca dos critérios para definição de banheiros públicos de uso coletivo e de grande circulação, para atender o prescrito nos artigos 190 e 192 da CLT, considera-se para efeito de pagamento de insalubridade em grau máximo (40%) sobre o salário-mínimo do trabalhador na função de Auxiliar de Serviços Gerais que exerça a função em banheiros públicos e de grande circulação.

Parágrafo primeiro – Entende-se como banheiro público e de grande circulação aquele localizado em áreas que não possuam qualquer tipo de controle de acesso e não sejam de propriedade particular, e entende-se como banheiro de alta circulação aquele que tenha 05 (cinco) ou mais vasos sanitários por banheiro.

Parágrafo segundo – Esta disposição não abrange as demais hipóteses de incidência do adicional de insalubridade descritas em normas regulamentadoras.

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FUNÇÃO ESPECÍFICA - PERICULOSIDADE

Quando o trabalho de JAUZEIRO for exercido em balancim, será acrescido ao salário, a título de adicional de periculosidade, o percentual de 30% (trinta por cento).

SALÁRIO FAMÍLIA

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SALÁRIO FAMÍLIA

As empresas se obrigam a entregar recibo relativo à entrega de documento (Certidão de Nascimento) pelo empregado, para fins de percepção de salário família nos termos do Artigo 84 do Decreto MPAS nº 3.048/99.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

As empresas ficam obrigadas a conceder auxílio alimentação a cada 30 (trinta) dias aos seus empregados, e de uma única vez, nos dias efetivamente trabalhados e compatíveis com a concessão do intervalo pertinente, no valor de R\$ 31,50 (trinta e um reais e cinquenta centavos). A presente parcela não integra os salários, por não ter caráter de contraprestação de serviços.

Parágrafo Primeiro – O pagamento do auxílio-alimentação será efetuado através de cartão alimentação.

Parágrafo Segundo – De forma excepcional, enquanto não é produzido o cartão alimentação, no primeiro mês de admissão é facultado ao empregador promover o adiantamento de ajuda de custo em pecúnia sem que esse integre o salário e qualquer de seus reflexos, inclusive recolhimento ao INSS.

Parágrafo Terceiro – DOENÇA OU FALTA DO EMPREGADO – Nos períodos de afastamento ou falta do empregado ao serviço por qualquer motivo, este não receberá o vale alimentação correspondente aos dias de suas ausências, só podendo os mesmos ser descontados na entrega daqueles relativos ao mês seguinte.

AUXÍLIO TRANSPORTE

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - VALE-TRANSPORTE

No ato de admissão, todo e qualquer empregado deverá informar, mediante preenchimento de formulário disponibilizado pelas empresas, sua opção pelo recebimento de vale-transporte. Esses serão fornecidos pelas empresas, de uma única vez, nos dias efetivamente trabalhados para deslocamentos residência – trabalho e vice-versa, de forma a satisfazer as exigências prevista no art. 7º do Decreto no 95.247/87, que regulamenta a Lei no 7.619/87 e as previstas na Lei no 7.418/85.

Parágrafo Primeiro – Para os empregados beneficiados com vale-transporte, será realizado o desconto de 6% (seis por cento), incidente sobre o salário base do trabalhador, na forma da lei.

Parágrafo Segundo – Nos períodos de afastamentos do empregado de suas atividades funcionais, por qualquer motivo, inclusive por atestado médico ou pelo INSS, este não fará jus ao recebimento do benefício do vale transporte, por inexistência de deslocamentos do trabalhador no percurso residência/trabalho.

AUXÍLIO SAÚDE

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PLANO AMBULATORIAL

As empresas repassarão, mensalmente, à operadora do plano ambulatorial o valor de R\$ 139,00 (cento e trinta e nove reais), unicamente por empregado efetivado e diretamente ativado na execução dos seus contratos de prestação de serviços, limitado ao quantitativo de trabalhadores contratados pelos tomadores dos serviços, a título de plano ambulatorial aos empregados.

Parágrafo Primeiro – O plano ambulatorial deverá compreender consultas, exames e internações emergenciais, conforme estabelecido pela ANS.

Parágrafo Segundo – É de responsabilidade exclusiva do Sindicato Laboral a escolha, contratação e

administração do referido plano. Cabendo a este estabelecer os critérios e as condições da prestação de serviços.

Parágrafo Terceiro – É de competência exclusiva do Sindicato Laboral tratar de todos os assuntos envolvendo o plano, seus benefícios e beneficiários, inclusive atuar nas ações judiciais e administrativas envolvendo o plano na defesa dos interesses de seus beneficiários, em especial, para garantir a continuidade da prestação dos serviços médicos na hipótese de interrupção ou suspensão dos serviços pela operadora. Em hipótese alguma, o SEAC/DF e/ou as empresas serão responsabilizadas pela descontinuidade, suspensão ou por qualquer problema decorrente da prestação de serviços do plano aos trabalhadores, desde que estejam cumprindo com todas as suas obrigações legais e convencionais.

Parágrafo Quarto – No caso de haver qualquer desembolso financeiro pelo SEAC/DF e/ou as empresas, decorrente de descontinuidade, suspensão e problemas na prestação de serviços do plano de saúde aos trabalhadores, e se comprovando a culpabilidade do SINDSERVIÇOS/DF, caberá ao Sindicato Laboral indenizar o SEAC/DF e/ou as empresas.

Parágrafo Quinto – Na hipótese de opção por plano de saúde diferente do ambulatorial, e operado pelo SINDISERVIÇOS/DF, a contribuição do trabalhador será objeto de desconto em folha de pagamento.

Parágrafo Sexto – O valor será repassado ao sindicato laboral e/ou a operadora até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao início do contrato, independente do recebimento da fatura. A empresa terá até o dia 15 (quinze) de cada mês para incluir os funcionários no plano de saúde e a operadora terá até 20 (vinte) dias para entregar a carteira com a devida inscrição.

Parágrafo Sétimo – A empresa entregará a relação dos empregados efetivos, na forma disposta no caput, em arquivo eletrônico e em meio físico, devidamente assinada.

Parágrafo Oitavo – O benefício em questão, pelo seu caráter assistencial não integra a remuneração do trabalhador em nenhuma hipótese, conforme previsão do artigo 458 da CLT.

Parágrafo Nono – O benefício, ora instituído, será devido, apenas e tão somente, em relação aos empregados efetivamente alocados nos serviços e limitado ao contingente contratado.

Parágrafo Décimo – A partir da assinatura e registro desta Convenção Coletiva de Trabalho no Sistema Mediador do Ministério do Trabalho e Emprego, as empresas representadas pelo SEAC/DF ficam obrigadas a incluir nas suas planilhas de custos e formação de preços, como também nas propostas, o valor destinado ao plano de saúde ambulatorial nas próximas licitações e contratações públicas, bem como nas contratações privadas.

Parágrafo Décimo Primeiro – Os sindicatos convenientes, em ação conjunta, assumem entre si o compromisso de impugnarem todos os Editais publicados a partir do mês de janeiro de 2018 que não contemplem os trabalhadores com o plano ambulatorial.

Parágrafo Décimo Segundo – Os empregados que atuam em funções administrativas nas empresas de prestação de serviços abrangidas por esta CCT e/ou outras empresas do mesmo grupo econômico, sediadas no Distrito Federal, bem como empregados não efetivados ou não diretamente ativos nos contratos de prestação de serviços, poderão aderir a qualquer dos planos de saúde contratados pelo sindicato laboral, inclusive com a inclusão de seus dependentes, desde que arquem com o custo total do mesmo, na forma contratada, atendidas as normas estabelecidas pela ANS.

Parágrafo Décimo Terceiro – A empresa que não recolher ou repassar os valores recebidos a título de Plano de Saúde cometerá o crime de apropriação indébita e ficará o Sindicato Laboral autorizado a mover a ação judicial pertinente, observado o disposto sobre a comunicação prévia a que se refere à Cláusula da Tentativa Prévia de Resolução Extrajudicial.

Parágrafo Décimo Quarto – Será de responsabilidade exclusiva do Sindicato Laboral o pagamento e a manutenção do plano de saúde dos trabalhadores que se encontram afastados em benefício previdenciário, ou seja, todo trabalhador que se afastar de suas atividades laborativas terá assegurado o direito de uso do plano ambulatorial ou conforme opção anteriormente exercida.

Parágrafo Décimo Quinto – Na hipótese do empregado que se encontra em benefício previdenciário, e

sobrevindo sua aposentadoria, esse será desligado do plano, a não ser que promova a opção de pagamento perante a operadora, sem intermédio de sua antiga empregadora, conforme estabelecido pela ANS.

Parágrafo Décimo Sétimo – Na hipótese de falência, intervenção, deficiência na gestão ou qualquer outro fato que afete a operadora dos planos de saúde contratado e gerido exclusivamente pelo SINDISERVIÇOS/DF, causando a interrupção, cancelamento ou qualquer prejuízo aos trabalhadores, o SINDISERVIÇOS/DF se obriga a contratar, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, à suas expensas e sob sua responsabilidade exclusiva, plano equivalente ao ofertado por meio desta Convenção Coletiva.

Parágrafo Décimo Oitavo – Todos os trabalhadores que já se encontram sob a cobertura do plano médico hospitalar com obstetrícia, fica condicionado que este terá até o dia 15/02/2018 para optar migração para o plano médico ambulatorial sem coparticipação, arcando estes trabalhadores com a coparticipação enquanto não efetuarem a opção de migração.

Parágrafo Décimo Nono – Para os trabalhadores que renunciaram ao plano médico hospitalar com obstetrícia no ano de 2017 ou que até a presente data não aderiram ao plano médico hospitalar com obstetrícia, as empresas obrigam-se a prestar as informações necessárias desses trabalhadores à operadora do plano ambulatorial para o seu cadastramento.

SEGURO DE VIDA

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ASSISTÊNCIA FUNERAL

Ficam instituídos os benefícios obrigatórios do assistência funeral no valor de R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais) e seguro de vida no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a serem cobertos mediante contratação de apólice de seguro de vida e assistência funeral com Seguradora, em benefício do empregado.

Parágrafo primeiro – O SEAC/DF disponibilizará para as empresas apólice de seguro de vida e assistência funeral com seguradora no valor mensal de R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) por empregado efetivo, limitado ao número de funcionários previstos no contrato de prestação de serviço. A referida apólice de seguro garantirá o pagamento das quantias dispostas no caput, em caso de morte do funcionário, de acordo com as condições firmadas com a Seguradora indicada.

Parágrafo segundo – As empresas serão responsáveis pelo pagamento diretamente à Seguradora, disponibilizada pelo SEAC/DF, bem como deverão manter os funcionários informados quanto ao benefício.

Parágrafo terceiro – Juntamente com os valores destinados para a Seguradora, a empresa entregará, mensalmente, a relação dos empregados efetivos, em arquivo eletrônico. A responsabilidade pela conferência e guarda dos documentos será da Seguradora, devendo o relatório detalhado ser enviado ao SEAC/DF para efetiva fiscalização da concessão do benefício estipulado na apólice.

Parágrafo quarto – O SEAC/DF figurará na relação como estipulante da apólice, sendo dessa forma representante das empresas, que figurarão como sub-estipulantes, porém, toda a responsabilidade de cunho patrimonial, em caso de inadimplência contratual, recairá sobre as empresas e a Seguradora.

Parágrafo quinto – Os benefícios descritos no **caput** serão custeados com os valores repassados exclusivamente pelos contratantes da prestação dos serviços, órgãos da administração pública e pessoas de direito privado.

Parágrafo sexto – As empresas se obrigam a incluir nas planilhas de preço o valor destinado a Apólice de Seguro, na oportunidade de repactuação dos contratos vigentes.

Parágrafo sétimo – A partir da assinatura e registro desta Convenção Coletiva de Trabalho no sistema mediador do Ministério do Trabalho e Emprego, as empresas se obrigam, nas contratações privadas, bem como em licitações e contratações públicas futuras, a incluir nas suas planilhas de custo e formação de preços o valor destinado a Apólice de Seguro.

Parágrafo oitavo – A empresa que receber a quantia do órgão contratante terá até o dia 25 (vinte e cinco) do mês subsequente para efetuar o repasse em favor da Seguradora.

Parágrafo nono – Os benefícios, seguro de vida e assistência funeral, pelo seu caráter assistencial não integram a remuneração do trabalhador em nenhuma hipótese, conforme previsão do artigo 458 da CLT.

Parágrafo décimo – O benefício assistencial funeral deverá ser incluído no valor prescrito no **caput**.

Parágrafo décimo primeiro – O SEAC/DF se compromete a disponibilizar informação de fácil acesso em seu *website*, contendo o telefone e demais dados necessários, para contato com a seguradora pelos familiares do segurado. É facultado ao SINDSERVIÇOS/DF promover a mesma divulgação.

Parágrafo décimo segundo – As empresas se comprometem a disponibilizar acesso à apólice de seguro a seus empregados.

OUTROS AUXÍLIOS

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA

Fica convencionado que, as empresas pagarão mensalmente ao Sindicato Laboral, o valor de R\$ 9,90 (nove reais e noventa centavos) por empregado efetivado e diretamente ativado na execução dos seus contratos de prestação de serviços, **públicos ou privados**, limitado ao quantitativo de trabalhadores contratados pelos tomadores dos serviços. Valor esse a ser pago até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente, sem ônus para o empregado, para fins de custeio de auxílio odontológico para todos os trabalhadores.

Parágrafo primeiro – O SINDISERVIÇOS/DF contratará, operadora especializada em Plano Odontológico com capacidade e eficiência de atendimento a todos os trabalhadores abrangidos por esta Convenção Coletiva dentro o Distrito Federal.

Parágrafo segundo – A empresa que não recolher ou repassar o auxílio odontológico, cometerá o crime de apropriação indébita e ficará o Sindicato Laboral autorizado a mover ação Judicial pertinente, observado o disposto na cláusula da Tentativa Prévia de Resolução Extrajudicial, prevista nesta Convenção Coletiva de Trabalho.

Parágrafo terceiro – Tendo em vista que o interesse coletivo suplanta o individual, mesmo que as empresas possuam plano odontológico, o valor estipulado nesta cláusula é devido.

Parágrafo quarto – Para dar plena efetividade no cumprimento integral do atendimento odontológico, o SINDISERVIÇOS/DF poderá estabelecer regras e procedimentos administrativos.

Parágrafo quinto – É de única e exclusiva responsabilidade do sindicato laboral a escolha, contratação e administração, cabendo a este estabelecer os critérios e condições da prestação de serviços abrangidos pela Assistência Odontológica, bem como será de competência exclusiva do Sindicato Laboral, tratar de todos os assuntos envolvendo o plano, seus benefícios e beneficiários.

Parágrafo sexto – Cessando ou não havendo repasse ao Sindicato Laboral, do valor convencionado para o auxílio odontológico, as assistências e/ou atendimentos serão suspensos de imediato, ficando o SINDISERVIÇOS/DF isento de qualquer responsabilidade, presente ou futura.

Parágrafo sétimo – Será contratada operadora especializada em plano odontológico, devidamente registrada na ANS.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - CONSIGNAÇÕES

Os Sindicatos convenientes se esforçarão no sentido de fazer convênios com farmácias, no intuito dos

empregados poderem comprar remédios, e esses serem descontados de salário, com a devida autorização prévia.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - CONVÊNIOS

Os convênios assinados pelo Sindicato Laboral, em relação aos quais os empregados das empresas aderirem, de forma escrita, e que requerem desconto nos recibos de pagamentos, esses valores serão descontados pelas empresas, desde que o empregado autorize por escrito, e repassados para o Sindicato Laboral até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA - CONTRATO INTERMITENTE

Os sindicatos convencionam a autorização para que empresas contratem trabalhadores intermitentes, previstos no artigo 452-A da Lei 13.467/2017, as quais se obrigam a realizarem o pagamento das parcelas previstas no §6º do artigo 452-A da CLT, referentes a cada período de prestação de serviço, em 5 (cinco) dias úteis contados do último dia de prestação de serviço.

Parágrafo Primeiro – A carga horaria mínima para emprego do trabalho intermitente é de 6 (seis) horas diárias.

Parágrafo Segundo – O trabalhador que for convocado com brevidade inferior ao estabelecido em lei não poderá ser sancionado com a penalidade prescrita no §4º do 452-A da Lei 13.467/2017 em caso de recusa ou de não comparecimento.

Parágrafo Terceiro – Fica convencionado que o trabalhador intermitente não se prestará à substituição definitiva do trabalhador efetivo, bem como não se prestará exclusivamente para cobertura do intervalo intrajornada.

Parágrafo Quarto – O trabalhador intermitente terá preferência de contratação para preenchimento de vaga efetiva na função na qual foi contratado.

Parágrafo Quinto – O trabalhador intermitente que executar serviços por mais de 60 (sessenta) dias ininterruptos no mesmo posto de trabalho, com o mesmo endereço e mesma carga horária, deverá ser admitido como efetivo.

Parágrafo Sexto – O trabalhador intermitente que não for convocado dentro do período de 6 (seis) meses deverá ter seu contrato rescindido.

Parágrafo Sétimo – Em consonância com a prescrição do §6º do artigo 452-A da CLT, será assegurado ao trabalhador intermitente o recebimento da remuneração, férias proporcionais com acréscimo de um terço, décimo terceiro salário proporcional; repouso semanal remunerado; além de auxílio alimentação e vale-transporte.

Parágrafo Oitavo – O trabalhador fará jus ao piso salarial correspondente ao trabalho efetivamente exercido.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA - READMITIDO

Os empregados readmitidos serão contratados por prazo indeterminado, desde que o contrato anterior

tenha sido de pelo menos 1 (um) ano.

DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - AVISO PRÉVIO

O aviso prévio deverá respeitar o estabelecido na legislação vigente.

Parágrafo Único – O aviso prévio será fornecido por escrito em 3 (três) vias, com contra recibo, devendo constar expressamente como o trabalhador irá trabalhar no período de aviso ou se o mesmo será indenizado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - HOMOLOGAÇÃO DAS RESCISÕES

As rescisões dos contratos de trabalho dos empregados, a partir de 12 (doze) meses de empresa, deverão ser assistidas pelo SINDISERVIÇOS.

Parágrafo Primeiro – As empresas fornecerão aos empregados, no ato da homologação, cópia do atestado de afastamento e salário - AAS.

Parágrafo Segundo – No caso de impedimento da homologação da rescisão do contrato de trabalho pela ausência do empregado ou do empregador, o SINDISERVIÇOS/DF fornecerá documento comprovando o comparecimento da(s) parte(s), desde que devidamente demonstrada a notificação e a ciência do empregado do aviso prévio.

Parágrafo Terceiro – Todas as empresas são obrigadas a apresentar no ato da homologação das rescisões contratuais, as guias de pagamento ou depósito das contribuições e mensalidades sindicais devidas ao SINDISERVIÇOS/DF e ao SEAC/DF.

Parágrafo Quarto – A não apresentação da documentação estabelecida no parágrafo anterior, implicará na aplicação de multa diária, desde que não tenha sido motivada pelo tomador de serviços, contada a partir da data de seu vencimento, correspondente a 1/60 (um sessenta avos) para o empregador que não houver infringido a disposição dentro do período de 6 (seis) meses; e a 1/30 (um trinta avos) do valor do piso da categoria para o empregador reincidente na mesma prática dentro do período de 6 (seis) meses, sendo que em ambas as hipóteses o valor da multa está limitado a 1 (um) salário mínimo da categoria, a ser revertida em favor da entidade cujas guias não foram apresentadas.

Parágrafo Quinto – No caso da não apresentação das guias devidamente quitadas, o SINDISERVIÇOS/DF não poderá recusar-se a realizar as homologações, porém concederá prazo de 5 (cinco dias) para comprovação do pagamento, após o qual incidirá a multa estabelecida no parágrafo anterior até à sua efetiva comprovação.

Parágrafo Sexto - O Sindicato Laboral deverá ressalvar todas as parcelas que entenda serem devidas ao empregado, sendo vedada a realização de ressalva genérica ao pedido de rescisão ou de quitação homologado pelo SINDISERVIÇOS/DF, devendo o SINDISERVIÇOS/DF fazer constar expressamente quais direitos não foram satisfeitos à data de sua intervenção.

Parágrafo Sétimo – Em havendo pagamento direto na conta corrente do empregado ou não, o prazo para homologação das rescisões de contrato de trabalho é de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data dos prazos previstos no artigo 477 da CLT, § 6º, alínea “b” desta, sob pena de multa constante no Parágrafo 8º do referido artigo.

Parágrafo Oitavo – Objetivando promover a credibilidade e profissionalização do segmento e igualar condições operacionais das empresas atuantes no setor, fica o SINDISERVIÇOS/DF obrigado a informar oficialmente e de imediato ao SEAC/DF, os dados cadastrais relativos às empresas que não apresentarem as guias de pagamento especificadas no parágrafo terceiro.

Parágrafo Nono – As empresas deverão agendar as homologações, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, sob pena de não serem atendidas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - PAGAMENTO DE VERBAS RESCISÓRIAS

As empresas efetuarão o pagamento relativo às verbas rescisórias do contrato de trabalho, no ato da homologação, em dinheiro, depósito bancário ou em cheque visado, conforme acordem as partes, salvo se o empregado for analfabeto, quando o pagamento somente poderá ser feito em dinheiro, em conformidade com o art. 477, § 4º da CLT. Na hipótese do obreiro ter recebido a quantia anteriormente, as empresas poderão juntar o comprovante de pagamento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - MULTA POR ATRASO NO PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS

Em caráter pedagógico, as multas por atraso no pagamento das verbas rescisórias obedecerão gradação de acordo com a higidez do empregador, calculada da seguinte forma:

I) multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso no pagamento de verbas rescisórias que não sejam apresentadas no prazo legal ao SINDISERVIÇOS/DF, para a empresa que tenha atrasado em até 60 (sessenta) dias contados da data do pagamento;

II) multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso no pagamento de verbas rescisórias que não sejam apresentadas no prazo legal ao SINDISERVIÇOS/DF para a empresa que tenha atrasado acima de 60 (sessenta) dias contados da data do pagamento.

Parágrafo Primeiro – O SINDISERVIÇOS/DF se obriga a visitar o TRCT da empresa que descumpra a obrigação do pagamento das verbas rescisórias no prazo legal, e, em caso de erro, dará prazo de 48 (quarenta e oito) horas para a empresa promover a correção, sem incidência de multa.

Parágrafo Segundo – O valor da multa acima fica limitado ao montante da obrigação principal constante nos TRCT's, ou seja, sobre as verbas rescisórias efetivamente devidas.

OUTROS GRUPOS ESPECÍFICOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - QUITAÇÃO ANUAL

É facultado às empresas promoverem, junto ao Sindicato Laboral, a quitação anual de obrigações trabalhistas, na forma prescrita em lei vigente e mediante apresentação de documentos solicitados pelo Sindicato Laboral.

Parágrafo Primeiro – Pelo serviço prestado, a empresa pagará ao Sindicato Laboral o valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por cada trabalhador.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - ANOTAÇÕES NA CARTEIRA DE TRABALHO

As empresas ficam proibidas de fazer anotações na carteira de trabalho dos empregados da categoria, que não aquelas determinadas por lei.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES QUALIFICAÇÃO/FORMAÇÃO PROFISSIONAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - CURSOS DE FORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO E RECICLAGEM PROFISSIONAL

Os Sindicatos convenientes comprometem-se a unir esforços no sentido de buscar convênios para viabilizar cursos de formação, capacitação e reciclagem profissional.

POLÍTICAS DE MANUTENÇÃO DO EMPREGO

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - INCENTIVO À CONTINUIDADE

Fica pactuado que as empresas que sucederem outras na prestação do mesmo serviço, em razão de nova licitação pública ou novo contrato administrativo ou particular e/ou contrato emergencial, ficarão obrigadas a contratar os empregados da empresa anterior, inclusive as gestantes e todos os demais funcionários que na data do desligamento possuam qualquer tipo de estabilidade funcional, a exemplo de CIPA, ou qualquer tipo de estabilidade, sem descontinuidade quanto ao pagamento dos salários e a prestação dos serviços, limitado ao quantitativo de empregados do novo contrato, obrigando as empresas que perderem o contrato a comunicar o fato ao sindicato laboral até 20 (vinte) dias antes do final do mesmo.

Parágrafo Primeiro – É facultado às empresas sucedidas realocar seus funcionários para outros postos de trabalho, no exercício da mesma função e com posto fixo, garantindo estabilidade ao trabalhador por 180 (cento e oitenta) dias, dispensando assim a contratação desses empregados pela empresa sucessora que não poderá exigí-los sem a expressa concordância do Trabalhador.

Parágrafo Segundo – Não exercendo sua faculdade de realocar seus trabalhadores, a empresa sucedida estará obrigada a dispensar os empregados para permitir a contratação pela empresa sucessora, mediante as seguintes condições:

I) O Termo de rescisão Contratual, no campo referente à forma de rescisão, constará "sem justa causa" e deverá constar, obrigatoriamente, no ato de homologação, a expressa referência à cláusula.

II) A empresa que está assumindo o contrato de prestação de serviços, admitirá o empregado da empresa anterior e a ele concederá estabilidade no emprego de 90 (noventa) dias, sendo vedada a celebração de contrato de trabalho a título de experiência nesse período.

III) No período da estabilidade (90 dias) a empresa que está assumindo a contratação só poderá demitir o empregado por cometimento de falta grave ou por pedido formal do empregado.

IV) A empresa que está perdendo o contrato de prestação de serviços fica desobrigada do pagamento do aviso prévio e suas respectivas projeções, da indenização adicional prevista no artigo 9º das Leis nº 7.238/84 e 6.708/79, obrigando-se, entretanto, a pagar as demais verbas rescisórias, sendo que a multa fundiária (art. 9º Decreto nº 99.684/90), será calculada no percentual de 40% do FGTS devido ao empregado. Aplicam-se as mesmas condições em casos de redução contratual ou devolução de funcionário, ambas por exigência do tomador.

V) As verbas rescisórias a que se refere o item anterior deverão ser quitadas até o 10º (décimo) dia após a rescisão do contrato de trabalho do empregado, ficando ajustado que o salário base, para cálculo das verbas rescisórias, é o correspondente ao do último dia do contrato de trabalho, acrescido da média das parcelas salariais variáveis, como horas extras e outras pagas com habitualidade, na forma da lei.

ESTABILIDADE MÃE

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - ESTABILIDADE PROVISÓRIA DA EMPREGADA GESTANTE

As empresas assegurarão o emprego da gestante desde a confirmação da gravidez ao empregador, que deverá ser feita mediante atestado médico específico, até 150 (cento e cinquenta) dias após o parto.

ESTABILIDADE SERVIÇO MILITAR

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EMPREGO PARA PRESTAR SERVIÇO MILITAR

Será garantido o emprego do trabalhador alistando, desde a data da incorporação no serviço militar até 90 (noventa) dias após a cessão do cumprimento, desde que se apresente à sua empregadora no prazo de 30 (trinta) dias.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A CONDIÇÕES PARA O EXERCÍCIO DO TRABALHO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - LOCAL PARA REFEIÇÃO E ARMÁRIO

Os Sindicatos convenientes comprometem-se a unir esforços, no sentido de conseguir junto aos tomadores de serviço, locais apropriados para as refeições dos trabalhadores e armários individuais para guarda de seus pertences.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - VEDAÇÃO DE RONDA MOTORIZADA POR AGENTE DE PORTARIA / FISCAL DE PISO

Fica expressamente proibida a realização de ronda motorizada (carro, moto, qualquer outro tipo de veículo motorizado ou bicicleta) por agentes de portaria e/ou fiscais de piso em condomínios residenciais, comerciais, empresas e órgãos públicos, por configurar como atividade de segurança privada, cuja atribuição é exclusiva do vigilante patrimonial, conforme Lei 7.102/1983 e Portaria 3.233/2013 DG/DPF.

OUTRAS NORMAS DE PESSOAL

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - ABONO DE FALTAS DE EMPREGADO ESTUDANTE

Serão abonadas as faltas de empregados estudantes em estabelecimentos de ensino oficial ou reconhecido, quando estes forem submetidos a provas periódicas, desde que a empresa seja avisada, por escrito, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

Parágrafo Único – Cabe ao empregado a comprovação posterior do comparecimento para feitura da prova, sob pena de ser descontado de seu salário a falta correspondente.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - ABONO DE FALTAS POR COMPARECIMENTO À AUDIÊNCIAS JUDICIAIS

Serão abonadas as faltas dos empregados para comparecimento à audiências judiciais, ainda que como testemunha, desde que apresente, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, a intimação para comparecimento e condicionada à comprovação do comparecimento em ata judicial.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS DURAÇÃO E HORÁRIO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - JORNADA DE TRABALHO

A jornada de trabalho dos empregados da categoria profissional é de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, inclusive porteiros diurnos e noturnos.

Parágrafo Primeiro – As empresas compensarão o excesso de horas trabalhadas em um dia pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período o máximo de 120 (cento e vinte) dias, desde que haja anuência do tomador de serviços.

Parágrafo Segundo – A jornada de trabalho estabelecida nesta cláusula poderá ser acrescida de horas suplementares que serão remuneradas com adicional de 50% (cinquenta por cento) sobre a hora normal, ou poderão ser compensadas, conforme previsto no parágrafo anterior.

Parágrafo Terceiro – As reuniões de trabalho, de comparecimento obrigatório, a que convocados os trabalhadores deverão ser realizadas durante o expediente normal, e se estas ultrapassarem o horário normal de trabalho serão remuneradas como horas excedentes, como serviços extraordinários, por representarem tempo à disposição da empresa. O período será indenizado como horas excedentes apenas se estiverem consignadas nas folhas de ponto.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - ALTERAÇÃO DA DURAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

Fica vedado às empresas alterar a duração da jornada de trabalho estabelecida, salvo quando acordado entre a empresa e o empregado, e sem que isso traga prejuízos ao trabalhador, conforme estabelecido pelo Artigo 468 da CLT.

PRORROGAÇÃO/REDUÇÃO DE JORNADA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - ADICIONAL DE HORAS EXTRAS

O cálculo da hora extra será efetuado dividindo-se o salário por 220 (duzentos e vinte) horas, acrescidos do adicional de 50% (cinquenta por cento) do valor da hora resultante.

Parágrafo Único – Ocorrendo necessidade imperiosa, poderá a duração do trabalho exceder do limite legal ou convencionado, seja para fazer face a motivo de força maior, seja para atender à realização ou conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto, devendo ser assinalada na folha de ponto.

INTERVALOS PARA DESCANSO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - GARANTIA DE DESCANSO REMUNERADO NO PERÍODO DE AMAMENTAÇÃO

As empresas, na forma prevista na CLT, assegurarão à empregada, durante a jornada de trabalho, 2 (dois) descansos especiais de meia hora cada um, para amamentar o próprio filho até que esse complete 6 (seis) meses.

Parágrafo Único – Quando a saúde do filho assim o exigir, este período de 6 (seis) meses poderá ser

dilatado.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - INTERVALO PARA REPOUSO E ALIMENTAÇÃO

Ao empregado com jornada superior a 6 (seis) horas diárias, excluindo-se o trabalhador em jornada 12x36, fica garantido um intervalo de 1 (uma) hora para refeição.

Parágrafo Primeiro – É facultado ao empregado permanecer ou não no local de serviço para o gozo do intervalo sem que isso desnature a função desse.

Parágrafo Segundo – Tendo em vista a natureza continuada dos serviços nos locais de trabalhos onde são adotados os postos 12x36 horas, considerando o fato de que os trabalhadores em sua grande maioria efetuam as refeições em seu local de trabalho, além da impossibilidade de se compensar a hora não trabalhada pela concessão do intervalo, acorda-se que o horário de refeição será de 1 (uma) hora, nos termos do inciso III do art. 611-A da CLT.

Parágrafo Terceiro – As empresas concederão aos seus empregados 1 (um) intervalo de 10 (dez) minutos para lanche, sendo este período computado como tempo de serviço. O intervalo será concedido somente para o funcionário que trabalha 8 (oito) horas por dia ou mais, desde que haja concordância do Tomador do serviço, e não haja prejuízo na execução do serviço.

CONTROLE DA JORNADA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - ADVERTÊNCIA E SUSPENSÃO

As empresas fornecerão cópias das penalidades aplicadas aos empregados para sua ciência, e também, encaminharão mensalmente cópia ao SINDISERVIÇOS/DF, que deverá ser efetivada até ao 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente, sob pena de nulidade da penalidade aplicada.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - SISTEMA ALTERNATIVO DE CONTROLE DE JORNADA DE TRABALHO

As empresas representadas pelo SEAC/DF poderão manter Sistema Alternativo de Controle de Jornada de Trabalho, a saber:

- a) cartão de ponto manual;
- b) folha de frequência;
- c) biometria;
- d) controle de ponto por cartão magnético;
- e) sistema de ponto eletrônico alternativo; e outros permitidos por lei.

Parágrafo Único – As partes signatárias reconhecem que o Sistema de Controle de Jornada, ora ajustado, atende as exigências do art. 74, § 2º da Consolidação das Leis do Trabalho e o disposto no art. 2 da Portaria nº. 373 de 25/02/2011, do Ministério do Trabalho e Emprego, dispensando-se a instalação do Registrador Eletrônico de Ponto – REP.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - RELÓGIO VIGIA

Fica proibido o uso do relógio vigia pelas empresas, independente da exigência do tomador de serviço.

TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - JORNADA ESPECIAL

As empresas poderão adotar a Jornada Especial 12x36, 12 (doze) horas corridas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas corridas de descanso, sem redução do salário, respeitados os pisos salariais da categoria.

Parágrafo Primeiro – Para os empregados que trabalham sob o regime da Jornada Especial é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, que será de 1 (uma) hora, permitido seu gozo ou indenização em casos de extrema necessidade.

Parágrafo Segundo – Consideram-se normais os dias de domingo e feriados, laborados nesta jornada especial, e serão considerados compensados os feriados e as prorrogações de trabalho noturno, quando houver, de que tratam o art. 70 e o § 5o do art. 73 da CLT.

Parágrafo Terceiro – Considera-se noturno o trabalho executado entre as 22 (vinte e duas) horas de um dia e as 5 (cinco) horas do dia seguinte, sendo a hora noturna computada como de 60 (sessenta) minutos. Em contrapartida, pactua-se que o percentual do adicional noturno será de 22,5% (vinte e dois e meio por cento), incidindo sobre a hora trabalhada, com a finalidade de compensar a fixação da hora em 60 (sessenta) minutos.

Parágrafo Quarto – No regime acordado de 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso, não é devido o adicional noturno sobre as horas laboradas após as 05 horas da manhã (artigo 59-A da CLT).

Parágrafo Quinto – Na hipótese de parte da jornada do trabalhador se incluir no horário noturno e outra parte se concretizar antes ou depois dele, em horário diurno, o mesmo somente terá direito ao recebimento do adicional noturno por aquelas horas efetivamente situadas dentro do limite fixado por lei, ou seja, entre 22h00min e 05h00min, nos termos do parágrafo único do artigo 59-A da CLT.

Parágrafo Sexto – A remuneração mensal pactuada para a jornada 12x36 horas abrange os pagamentos devidos pelo descanso semanal remunerado e pelo descanso em feriados, e serão considerados compensados os feriados, nos termos do parágrafo único do artigo 59-A da CLT.

FÉRIAS E LICENÇAS REMUNERAÇÃO DE FÉRIAS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - PAGAMENTO DE FÉRIAS

As férias poderão ser concedidas integralmente ou em até 2 períodos com a anuência do trabalhador, na forma da lei vigente.

Parágrafo Primeiro – Na concessão das férias o início delas não poderão coincidir com sábados, domingos, feriados ou dias compensados, nem com os dias 24 e 31 de dezembro.

Parágrafo Segundo – Em conformidade com o início das férias concedidas, o pagamento destas dar-se-á dois dias antes do início das mesmas.

Parágrafo Terceiro – A empresa fornecerá aviso de férias ao empregado 30 (trinta) dias antes da concessão das mesmas.

Parágrafo Quarto – Fica garantido o pagamento de férias proporcionais aos empregados que tiverem seu

contrato rescindido sem justa causa.

Parágrafo Quinto – Considerando a natureza da prestação de serviços na escala 12x36, o gozo das férias deverá iniciar em dia de efetivo labor. Nas escalas 5x2 (segunda à sexta-feira) o gozo das férias poderá iniciar na segunda-feira, mesmo se o feriado recair em dia de quarta-feira.

LICENÇA REMUNERADA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - AUSÊNCIA REMUNERADA

O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário:

- a)** 2 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua CTPS, viva sob sua dependência econômica;
- b)** 3 (três) dias consecutivos em virtude de casamento;
- c)** 5 (cinco) dias consecutivos em caso de nascimento de filho;
- d)** 1 (um) dia para acompanhamento de saúde de filho menor de quatorze anos ou se for portador de necessidades especiais de qualquer idade, limitado há 05 (cinco) dias por ano, desde que haja comprovação, por meio de atestado de saúde competente, a ser apresentado no primeiro dia do retorno ao trabalho, que contenha o horário de atendimento, nome do filho atendido, tipo de atendimento e o nome do acompanhante;
- e)** no período (horas), especificado no atestado médico, para comparecimento em consultas e/ou exames. O atestado deverá ser entregue na empresa ou ao representante da empresa no dia útil posterior a realização da consulta/exame.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE FÉRIAS E LICENÇAS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - FÉRIAS DA GESTANTE

A empresa garantirá que a empregada gestante, após completar o período aquisitivo, poderá marcar seu período de férias na sequência da licença-maternidade.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI)

Sem prejuízo das determinações contidas na NR-06, as empresas se obrigam ao fornecimento dos EPI's a todos os empregados que trabalhem com produtos químicos de limpeza, na forma da legislação vigente.

UNIFORME

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - UNIFORMES

Quando de uso obrigatório, no início do contrato de trabalho, as empresas fornecerão aos seus empregados, gratuitamente, 02 (dois) conjuntos de uniformes completos e 01 (um) par de meias e calçado.

A cada 6 (seis) meses, será entregue 1 (um) conjunto de uniforme.

Parágrafo Primeiro – As empresas fornecerão a todos os seus empregados que trabalham à noite 01 (uma) japonsa (agasalho para o frio), de 12 (doze) em 12 (doze) meses.

Parágrafo Segundo – As empresas fornecerão aos funcionários que trabalham ao ar livre, 01 (uma) capa de chuva, por ano, além disso, disponibilizarão protetor solar fator 30 (trinta) diariamente. Considera-se “ao ar livre” o trabalho desguarnecido de qualquer cobertura física por mais de 3 (três) horas contínuas.

Parágrafo Terceiro – Verificado o desgaste no uniforme que o torne inutilizável ou inapresentável, a empresa entregará 2 (dois) conjuntos de uniformes, obedecida a frequência de 6 (seis) meses, conforme previsto no *caput*.

Parágrafo Quarto – A higienização do uniforme é de responsabilidade do trabalhador, pois os produtos utilizados para a higienização das vestimentas é de uso doméstico.

CIPA – COMPOSIÇÃO, ELEIÇÃO, ATRIBUIÇÕES, GARANTIAS AOS CÍPEIROS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - ELEIÇÕES PARA A CIPA

As empresas enviarão cópias ao SINDISERVIÇOS/DF dos editais de convocação de eleições para as CIPA's, com pelo menos 72 (setenta e duas) horas de antecedência, contadas da data de publicação dos editais, sob pena de nulidade, antes de sua realização, em conformidade com a NR. 5 do Ministério do Trabalho e Emprego.

PROFISSIONAIS DE SAÚDE E SEGURANÇA

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - ORGANIZAÇÃO DO SESMT COLETIVO

Em conformidade com o Art. 2º da Portaria SIT/DSST Nº 17, de 01/08/2007, que aprova o subitem 4.14.3 da NR-4 que, por sua vez, altera a redação da Norma Regulamentadora nº 4, o Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT) poderá ser organizado pelo SEAC/DF, englobando as empresas da mesma atividade econômica, localizadas no Distrito Federal e em municípios limítrofes.

Parágrafo Único – Fica assegurado o direito de cada empresa organizar e manter, individualmente, o seu próprio SESMT.

OUTRAS NORMAS DE PROTEÇÃO AO ACIDENTADO OU DOENTE

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - FORMULÁRIO PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL

As empresas deverão preencher os formulários exigidos pela Previdência Social, por completo, para a concessão de quaisquer benefícios, tais como: aposentadoria, acidente de trabalho, auxílio-doença, auxílio natalidade, abono de permanência, atestado de afastamento do trabalho (AAT), atestado de volta ao trabalho (AVT), etc., entregando-os ao interessado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

Parágrafo Único – A obrigação da empresa restringe-se às informações do período em que o trabalhador prestou serviços para a mesma.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - FORNECIMENTO DE COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DO TRABALHO

As empresas fornecerão ao SINDISERVIÇOS/DF até o dia 15 (quinze) de cada mês, cópias das CAT's emitidas no mês anterior.

RELAÇÕES SINDICAIS ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - ACESSO ÀS DEPENDÊNCIAS

Os dirigentes sindicais, regularmente eleitos, terão acesso às dependências das empresas para a colocação de avisos, comunicações em locais visíveis e apropriados, desde que não sejam contrários à legislação vigente e com o assentimento prévio pela empresa no momento da colocação.

GARANTIAS A DIRETORES SINDICAIS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - AFASTAMENTO DOS DIRIGENTES SINDICAIS

A 5 (cinco) dirigentes sindicais, regularmente eleitos, com a limitação de 1 (um) dirigente por empresa, integrantes da Diretoria do Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação de Serviços e Serviços Terceirizados do Distrito Federal - SINDISERVIÇOS/DF será garantida, enquanto durarem seus mandatos, a percepção de seus salários, sem a respectiva prestação dos serviços.

Parágrafo Único – Os dirigentes sindicais serão liberados para comparecimento a congressos ou reuniões sindicais mediante comunicação prévia de 48 (quarenta e oito) horas, e não sofrerão qualquer prejuízo em suas remunerações quando os mesmos não excederem a 20 (vinte) dias por ano.

ACESSO A INFORMAÇÕES DA EMPRESA

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - CÓPIA DA RAIS

As empresas ficam obrigadas a entregar a cópia da RAIS aos empregados que vierem a requerer, justificadamente, no prazo de 10 (dez) dias uteis.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - TAXA ASSISTENCIAL

As empresas descontarão de todos os seus empregados o valor equivalente a 3% (três por cento) do salário nominal do mês de fevereiro de 2018, a título de taxa assistencial, em favor do SINDISERVIÇOS, para custeio administrativo, assistencial e jurídico, conforme aprovação expressa em assembleia geral, convocada para essa finalidade, através de Edital publicado no Jornal de Brasília, na data de 17/11/2017. O valor descontado deverá ser repassado ao Sindicato Laboral até o dia 15 de março de 2018, conforme discriminado abaixo.

Parágrafo Único – O valor descontado, previsto no **caput** desta cláusula, deverá ser recolhido ao SINDISERVIÇOS/DF, através de boleto bancário fornecido pelo mesmo, e o respectivo comprovante entregue na Secretaria daquela Entidade, juntamente com a relação nominal, em ordem alfabética, de todos os trabalhadores atingidos pelo desconto, contendo os respectivos valores, até 30 (trinta) dias após aprovação em assembleia.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - MENSALIDADE SINDICAL

As empresas ficam obrigadas a descontar dos empregados sindicalizados e mediante anuência expressa do trabalhador, em folha de pagamento, a mensalidade devida ao SINDISERVIÇOS/DF no percentual de 1% (um por cento) do salário nominal recebido, mediante autorização do empregado por escrito.

Parágrafo Primeiro – Para efeito de controle do desconto da mensalidade sindical, as empresas deverão remeter, mensalmente, ao SINDISERVIÇOS/DF até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao desconto, uma relação alfabética de todos os empregados que autorizaram o desconto, devendo constar ainda a função, a matrícula na empresa, salário e o valor do desconto.

Parágrafo Segundo – O repasse do desconto para o SINDISERVIÇOS/DF deverá ser feito, obrigatoriamente, até o dia 15 (quinze) após o desconto.

Parágrafo Terceiro – O SINDISERVIÇOS/DF encaminhará, mensalmente, para as empresas, relação dos novos empregados sindicalizados para fins do desconto da mensalidade.

Parágrafo Quarto – Em caso de atraso no depósito da mensalidade sindical recolhida, a empresa pagará uma multa diária correspondente a 0,1% (zero virgula um por cento) do valor não recolhido, caso o atraso não seja superior a 60 (sessenta) dias; ou 0,2% (zero vírgula dois por cento) do valor não recolhido, caso o atraso seja superior a 60 (sessenta) dias, até a data da efetiva liquidação, limitados ao montante não recolhido, a ser revertida para o SINDISERVIC,OS/DF.

Parágrafo Quinto – No caso de sucessão de empresas nos termos da cláusula da continuidade, serão mantidos os descontos das mensalidades dos trabalhadores sindicalizados, mediante a apresentação por parte do SINDISERVIÇOS/DF de uma relação dos trabalhadores para a empresa que está sucedendo a outra conforme cláusula de continuidade, sem necessidade de apresentação de novas autorizações. A relação deverá ser apresentada até o 15º (décimo quinto) dia do mês em que a empresa assumir o contrato.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL

As empresas abrangidas por esta Convenção recolherão, para o Sindicato Patronal, uma Contribuição Assistencial no valor total de R\$ 10,00 (dez reais), por empregado em atividade, comprovado por meio do mapa de controle de efetivo referente ao mês de julho de 2018, em quatro parcelas iguais e sucessivas, até o dia 15 (quinze) dos meses de julho, agosto, setembro e outubro de 2018, conforme orientação emanada da Decisão do Supremo Tribunal Federal - STF - RE 220.700-1 - RS - DJ. 13.11.98 e, mais recentemente, a decisão RE-189.960-3 – DJ. 17.11.2000. Às empresas associadas ao SEAC/DF que fizerem o recolhimento da Contribuição Assistencial até às datas acima fixadas, será concedido um desconto de 50% (cinquenta por cento). A empresa que não recolher até as datas estabelecidas ficará sujeita ao pagamento do valor total da contribuição acrescido da multa de 2% (dois por cento) ao mês, não se beneficiando do desconto acima previsto. O pagamento deverá ser efetuado através de emissão de boleto bancário emitido pelo site do SEAC/DF (www.seac-df.com.br).

Parágrafo Primeiro – Caso o recolhimento seja feito em desacordo com o previsto no **caput** da presente cláusula, a empresa não se beneficiará do desconto acima concedido, sendo-lhe imputada, ainda, uma multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da contribuição, ficando inadimplente com o Sindicato Patronal até à regularização da situação econômica.

Parágrafo Segundo – Em caso de não recolhimento da Contribuição Assistencial prevista no **caput** da presente cláusula, poderá o Sindicato Patronal recorrer à via judicial, para o cumprimento do inteiro teor da mesma.

DIREITO DE OPOSIÇÃO AO DESCONTO DE CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - OPOSIÇÃO AO DESCONTO DA TAXA ASSISTENCIAL

Subordina-se o desconto assistencial à não oposição do trabalhador manifestada no prazo de até 10 (dez dias) a contar do registro deste Instrumento, por declaração assinada de próprio punho, na Secretaria do Sindicato.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - CERTIDÃO DE REGULARIDADE SINDICAL

Por força desta convenção e em atendimento ao disposto no art. 607 da CLT, as empresas para firmarem contratos ou aditivos com órgãos da administração pública, direta, indireta ou contratação por setores privados, **deverão** apresentar certidão de regularidade para com suas obrigações sindicais.

Parágrafo Primeiro – Esta certidão será expedida pelos Sindicatos Convenientes, conjuntamente, assinada por seus Presidentes ou seus substitutos legais, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após a devida solicitação, com validade de 90 (noventa) dias.

Parágrafo Segundo – Consideram-se obrigações sindicais:

- a) Recolhimento da contribuição sindical (profissional e econômica);
- b) Cumprimento integral desta Convenção e as obrigações desta;
- c) Certidão de regularidade para com o FGTS, INSS e estaduais;
- d) Cumprimento das normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho previstas na CLT, bem como na legislação complementar concernente à matéria trabalhista e previdenciária.

Parágrafo Terceiro – A validade da certidão está condicionada à assinatura de ambos os entes sindicais.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA - ENTREGA DA GFIP

Ficam as empresas obrigadas a enviar ao SINDISERVIÇOS/DF suas GFIP's da empresa até o 15º (décimo quinto) dia de cada mês. O não cumprimento desta cláusula acarretará em multa de 2% (dois por cento) ao mês sobre o valor das mesmas em benefício do SINDISERVIÇOS/DF.

Parágrafo Primeiro – A recusa do recebimento da GFIP, por parte do SINDISERVIÇOS/DF, isenta as empresas do cumprimento dessa cláusula.

Parágrafo Segundo – Fica o Sindicato Laboral expressamente proibido de dar publicidade a quaisquer informações comerciais, contidas na GFIP, sob pena de pagamento de multa equivalente à prevista no **caput** desta cláusula, em favor do Sindicato Patronal.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA - DA TENTATIVA PRÉVIA DE RESOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL

Nas hipóteses de descumprimento desta Convenção Coletiva de Trabalho que extrapolem a natureza trabalhista, em especial aquelas imputações de natureza criminal, o sindicato laboral se compromete a convocar a empresa, apontada como descumpridora, para tentativa prévia de resolução extrajudicial, em tempo hábil, e dando amplo conhecimento sobre as irregularidades por ele constatadas.

Parágrafo Único – Apenas após comprovado silêncio da empresa convocada, ou infrutífera a tentativa de resolução extrajudicial, o sindicato laboral ajuizará a ação pertinente.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE REPRESENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA - QUADRO DE AVISOS

As empresas poderão disponibilizar, em suas sedes e nos locais de trabalho, espaço para fixação de quadro de avisos e comunicações de interesse da categoria profissional, sob controle do SINDISERVIÇOS/DF.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUINTA - ATUAÇÃO CONJUNTA DOS SINDICATOS PATRONAL E LABORAL

Os Sindicatos convenientes assumem o compromisso de atuarem em conjunto e formalmente, a título de notificação, quando o contratante dos serviços não conceder e/ou pagar os reajustes e repactuações dos contratos no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da definição e ultimação negocial da data-base e/ou solicitação da contratada, ou ainda quando houver descumprimento das demais cláusulas desta Convenção Coletiva de Trabalho, mediante solicitação da empresa interessada, desde que esta esteja quite com as obrigações desta CCT.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEXTA - REGRAS ABSTRATAS E IMPESSOAIS DO SEGMENTO

Esta Convenção Coletiva de Trabalho estabelece regras abstratas e impessoais do segmento. É verdadeira Norma Legal e, portanto, dentro da categoria a que esse destina é, também, verdadeira Fonte do Direito. Neste sentido pode-se afirmar, com “severus in iudicando” que cuida-se de verdadeiro direito positivo aplicável. É lei embora tenha forma de Convenção Coletiva. A Constituição Federal (art. 7º, inc. XXVI) reconhece as Convenções Coletivas de Trabalho. Diante desse fundamento constitucional estas integram o nosso sistema de normas jurídicas trabalhistas. É certo que a Convenção Coletiva de Trabalho tem uma extensão menor que a norma legal, por isso opera efeitos jurídicos apenas no seu âmbito de abrangência. Mas esta é uma diferença que não pode ser considerada para excluí-la no campo das Normas Jurídicas, já que – como acentua o Mestre Carnelutti – a Nação é o limite máximo e não o limite mínimo de extensão da norma e, portanto, podem existir normas, legais e consuetudinárias, que se refiram a uma coletividade menor, por exemplo, leis limitadas a uma região. A Convenção Coletiva de Trabalho delimita os limites da categoria porque, assim como a Nação é o limite máximo da extensão da norma legal, o segmento, como um todo, é o objeto máximo da aplicação da (norma) Convenção Coletiva de Trabalho. A Constituição Federal de 1988 (art. 7º, inc. XXVI) prestigiou extraordinariamente os instrumentos normativos nascidos no ventre da negociação coletiva. Além de reconhecer a sua legitimidade legal de cunho social e caráter normativo, a Carta de 1988 conferiu autonomia institucional para se modelar e dirigir os direitos e deveres trabalhistas da categoria, aperfeiçoando-os para a adaptação peculiar de cada segmento. A leitura dos incisos IV, XIII e XVI do art. 7º conduz à inequívoca conclusão de que as Convenções Coletivas de Trabalho adquirem notável relevo legal na Carta Política. Destarte, inegável se mostra à natureza legalista das Convenções Coletivas de Trabalho de cada categoria, vez que estas são verdadeiras normas legais a serem seguidas, **obrigatoriamente**, pelos operadores do direito trabalhista e por todos os integrantes do segmento, sob pena de inquestionável afronta à Constituição Federal. As normas aqui estabelecidas, que visam proteger a incolumidade, moralidade e dignidade do segmento e o seu fiel cumprimento, deve ser uma constante para todos, seja empregado, empregador ou tomador de serviços.

DISPOSIÇÕES GERAIS

MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SÉTIMA - CONCILIAÇÃO DAS DIVERGÊNCIAS

Eventuais divergências de interpretação das cláusulas da presente Convenção deverão ser comunicadas, por escrito, aos sindicatos convenientes, para fins de conciliação, no prazo de 15 (quinze) dias antes de serem submetidas à justiça do trabalho.

APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA OITAVA - PROCESSO LICITATÓRIO

As empresas deverão sempre colacionar a presente Convenção Coletiva nas suas propostas, quando participarem de processo licitatório.

DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA NONA - MULTA OBRIGAÇÃO DE FAZER

Impõe-se multa, por descumprimento das obrigações de fazer, constantes do presente instrumento, na seguinte progressão:

a) multa no valor equivalente a 30% (trinta por cento) do piso salarial da categoria, em favor da parte prejudicada, para a empresa que dentro do prazo de 60 (sessenta) dias não tenha incidido nesta penalidade;

b) multa no valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) do piso salarial da categoria, em favor da parte prejudicada, para a empresa que dentro do prazo de 60 (sessenta) dias não tenha incidido nesta penalidade.

Parágrafo Único – Prevalecem as multas por descumprimento, previstas nas cláusulas do presente instrumento.

RENOVAÇÃO/RESCISÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA - PRORROGAÇÃO, REVISÃO, DENÚNCIA OU REVOGAÇÃO

O processo de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação, total ou parcial, da presente Convenção, obedecerá às normas estabelecidas pelo art. 615 da CLT.

OUTRAS DISPOSIÇÕES

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA PRIMEIRA - DAS EMPRESAS OPTANTES DO SIMPLES NACIONAL

As microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) que fornecem serviços terceirizados de agente de portaria / fiscal de piso, garagista, zelador, jardineiro, auxiliar de jardineiro, auxiliar de serviços gerais, ajudante de manutenção, auxiliar de encarregado, encarregado de limpeza, encarregado de jardinagem, encarregado geral, bombeiro hidráulico, eletricista, ajudante geral de manutenção, recepcionista, bem como todas as demais categorias profissionais previstas na presente convenção coletiva de trabalho (exceto servente de limpeza) não poderão ser optantes pelo regime de tributação do SIMPLES NACIONAL, tendo em vista o impedimento legal previsto pelo artigo 17, inciso XII da Lei Complementar

123, de 14 de dezembro de 2006 e artigos 115 e 191, § 2º da Instrução Normativa 971, de 13 de novembro de 2009 da Secretaria da Receita Federal.

Parágrafo Primeiro – As microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) que fornecem, única e exclusivamente serviços de limpeza e conservação, com a utilização do profissional servente de limpeza poderão ser optantes do SIMPLES NACIONAL em virtude da permissão legal prevista no artigo 18, § 5-C, inciso VI da LC 123/06, entretanto, não poderão fornecer outros tipos de serviços com os profissionais previstos no **caput** da presente cláusula.

Parágrafo Segundo – A inobservância à vedação legal ensejará a intervenção da Delegacia Regional do Trabalho, bem como comunicação à Secretaria da Receita Federal para que promova as autuações cabíveis.

ALBA LUCIS PASSOS PEDROSA
SECRETÁRIO GERAL
SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, TRABALHOS TEMPORARIO E SERVICOS
TERCEIRIZAVEIS DO DF

MARIA ISABEL CAETANO DOS REIS
PRESIDENTE
SINDICATO DOS EMPR DE EMPR DE ASSEIO, CONSERVACAO, TRAB TEMPORARIO, PREST SERVICOS E SERV
TERCEIRIZAVEIS DO DF-SINDISERVICOS/DF

ANEXOS

ANEXO I - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

Visando assegurar a exequibilidade dos contratos de Prestação de Serviços pelas empresas contratadas junto aos tomadores, a fim de garantir a TOTAL adimplência dos Encargos Sociais e Trabalhistas, fica convencionado que as Empresas do segmento abrangidas por essa Convenção Coletiva de Trabalho ficam obrigadas a praticar o percentual mínimo de Encargos Sociais e Trabalhistas de 80,07% (oitenta vírgula zero sete por cento) **conforme planilha de cálculo, abaixo descrita**. Os órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta Federal, Estadual e Municipal, visando preservar a dignidade do trabalho, criar condições próprias e eficientes à realização dos serviços prestados e assegurar os benefícios diretos dos trabalhadores, conforme acórdão **TCU nº. 775/2007** deverão fazer constar em seus Editais de Licitação, seja qual for à modalidade, o percentual de Encargos Sociais previsto nessa Convenção Coletiva de Trabalho, como documento essencial a toda e qualquer modalidade de licitação, sob pena de nulidade do certame, tal como disposto nos **Art. 607 e 608 da CLT**.

Módulo 4: Encargos Sociais e Trabalhistas

Submódulo 4.1 – Encargos Previdenciários e FGTS:

4.1	Encargos Previdenciários e FGTS	%
A	INSS	20,00%
B	SESI ou SESC	1,50%
C	SENAI ou SENAC	1,00%
D	INCRA	0,20%
E	Salário Educação	2,50%
F	FGTS	8,00%

G	Risco Ambiental de Trabalho (SAT x FAP)	3,00%
H	SEBRAE	0,60%
Total (Submódulo 4.1)		36,80%

- O percentual do SAT poderá variar para cada empresa dependendo do grau de risco (1%, 2% ou 3%).
- Da mesma forma, o FAP também poderá variar para cada empresa em função do fator calculado pela previdência social, podendo ser de 0,5000 a 2,0000.

Submódulo 4.2 – 13º Salário

4.2	13º Salário	%	Memória de Cálculo
A	13º Salário	8,33%	$(1 \div 12) \times 100 = 8,33\%$ (Item 12 do anexo VII da IN MPOG 02/2008)
B	Adicional de Férias	2,98%	$(1/3) \times (5/56) \times 100 = 2,98\%$ (Artigo 7, Inciso XVII CF/88 e Estudos do CNJ – Resolução nº 98/2009)
	Subtotal	11,31%	
C	Incidência do submódulo 4.1 sobre 13º Salário	4,16%	$(36,80\% \times 11,31\% = 4,16\%)$
	Total (Submódulo 4.2)	15,47%	

Submódulo 4.3 – Afastamento Maternidade

4.3	Afastamento Maternidade	%	Memória de Cálculo
A	Afastamento Maternidade	0,02%	$\{[(1 \div 12 \times 4) + (1 \div 12 \times 4) + (1 \div 3 \times 1 \div 12 \times 4)] \div 12 \times 0,0025\} \times 100 = 0,02\%$
B	Incidência do submódulo 4.1 sobre Afastamento Maternidade	0,01%	$(36,80\% \times 0,02\% = 0,01\%)$
	Total (Submódulo 4.3)	0,03%	

Submódulo 4.4 – Provisão para Rescisão

4.4	Provisão para Rescisão	%	Memória de Cálculo
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	$(1/12) \times 0,05 \times 100 = 0,42\%$ (CF-Art. 7º, inciso XXI; CLT-Art. 477, art. 487 a 491; Estudos CNJ – Resolução 98/2009)
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,03%	$(8,33\% \times 0,42\% = 0,03\%)$
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	5,00%	Item 2 do anexo VII da IN MPOG 05/2017

D	Aviso Prévio Trabalhado	0,04%	$(7/30)/12 \times 0,02 \times 100 = 0,04\%$
E	Incidência do Submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado	0,01%	$(36,80\% \times 0,04\%) = 0,01\%$
F	Multa do FGTS do Aviso Prévio Trabalhado	0,01%	FGTS Trabalhado x Alíquota FGTS x Aviso Prévio Trabalhado
	Total (Submódulo 4.4)	5,51%	

Submódulo 4.5 – Custos de Reposição do Profissional Ausente

4.5	Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente	%	Memória de Cálculo
A	Férias	12,10%	Item 2 do anexo VII da IN MPOG 05/2017
B	Ausência por Doença	1,66%	$(5,96/30)/12 \times 100 = 1,66\%$
C	Licença Paternidade	0,02%	$(5/30)/12 \times 0,015 \times 100 = 0,02\%$
D	Ausências Legais	1,66%	$(5,96/30)/12 \times 100 = 1,66\%$
E	Ausência por Acidente de Trabalho	0,03%	$\{[(15 \div 30) \div 12] \times 0,0078\} \times 100 = 0,03\%$
F	Outros (especificar)	0,00%	
	Subtotal	16,27%	
G	Incidência do submódulo 4.1 sobre o Custo de Reposição	5,99%	$(36,80\% \times 16,27\%) = 5,99\%$
	Total (Submódulo 4.5)	22,26%	$(16,27\% + 5,99\%) = 22,26\%$

Quadro – Resumo

Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas

4	Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas	
4.1	Encargos Previdenciários e FGTS	36,80%
4.2	13º Salário e Adicional de Férias	15,47%
4.3	Afastamento Maternidade	0,03%
4.4	Custo de Rescisão	5,51%
4.5	Custo de Reposição do Profissional Ausente	22,26%
4.6	Outros	0,00%
	T O T A L	80,07%

Revisão Fellipe Andrade

ANEXO II - AGE DOS TRABALHADORES PARA APROVAÇÃO DA CCT

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

A

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2018

Processo Administrativo n.º 50300.011034/2018-51

EMPRESA: WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA

CNPJ/MF: 06.091.637/0001-17

Apuração do Percentual Médio de Recolhimento do Pis					
MÊS	FATURAMENTO	CONTRIBUIÇÃO	CRÉDITO	CONTRIBUIÇÃO	PERCENTUAL
	MENSAL	APURADA	DESCONTADO	DEVIDA	EFETIVO
	A	B = A x 1,65%	C	D = B - C	E = D/A
jul/17	R\$ 7.533.248,85	R\$ 124.298,61	R\$ 19.093,82	R\$ 105.204,79	1,40%
ago/17	R\$ 6.751.875,34	R\$ 111.405,94	R\$ 21.946,34	R\$ 89.459,60	1,32%
set/17	R\$ 6.432.278,85	R\$ 106.132,60	R\$ 16.551,83	R\$ 89.580,77	1,39%
out/17	R\$ 6.280.271,87	R\$ 103.624,49	R\$ 17.321,23	R\$ 86.303,26	1,37%
nov/17	R\$ 6.136.500,59	R\$ 101.252,26	R\$ 17.260,21	R\$ 83.992,05	1,37%
dez/17	R\$ 7.153.682,03	R\$ 118.035,75	R\$ 16.536,19	R\$ 101.499,56	1,42%
jan/18	R\$ 5.498.562,52	R\$ 90.726,28	R\$ 18.176,45	R\$ 72.549,83	1,32%
fev/18	R\$ 4.857.059,67	R\$ 80.141,48	R\$ 21.190,16	R\$ 58.951,32	1,21%
mar/18	R\$ 5.789.915,22	R\$ 95.533,60	R\$ 16.420,19	R\$ 79.113,41	1,37%
abr/18	R\$ 5.467.850,14	R\$ 90.219,53	R\$ 15.331,53	R\$ 74.888,00	1,37%
mai/18	R\$ 5.548.425,54	R\$ 91.549,02	R\$ 14.250,77	R\$ 77.298,25	1,39%
jun/18	R\$ 5.459.950,11	R\$ 90.089,18	R\$ 18.588,76	R\$ 71.500,42	1,31%
PERCENTUAL MÉDIO DO PERÍODO					1,35%

Apuração do Percentual Médio de Recolhimento de Cofins					
MÊS	FATURAMENTO	CONTRIBUIÇÃO	CRÉDITO	CONTRIBUIÇÃO	PERCENTUAL
	MENSAL	APURADA	DESCONTADO	DEVIDA	EFETIVO
	A	B = A x 7,60%	C	D = B - C	E = D/A
jul/17	R\$ 7.533.248,85	R\$ 572.526,91	R\$ 87.946,86	R\$ 484.580,05	6,43%
ago/17	R\$ 6.751.875,34	R\$ 513.142,53	R\$ 101.086,07	R\$ 412.056,46	6,10%
set/17	R\$ 6.432.278,85	R\$ 488.853,19	R\$ 76.238,83	R\$ 412.614,36	6,41%
out/17	R\$ 6.280.271,87	R\$ 477.300,66	R\$ 79.782,22	R\$ 397.518,44	6,33%
nov/17	R\$ 6.136.500,59	R\$ 466.374,04	R\$ 79.500,99	R\$ 386.873,05	6,30%
dez/17	R\$ 7.153.682,03	R\$ 543.679,83	R\$ 76.166,56	R\$ 467.513,27	6,54%
jan/18	R\$ 5.498.562,52	R\$ 417.890,75	R\$ 83.721,81	R\$ 334.168,94	6,08%
fev/18	R\$ 4.857.059,67	R\$ 369.136,53	R\$ 97.603,17	R\$ 271.533,36	5,59%
mar/18	R\$ 5.789.915,22	R\$ 440.033,56	R\$ 75.632,38	R\$ 364.401,18	6,29%
abr/18	R\$ 5.467.850,14	R\$ 415.556,61	R\$ 70.617,96	R\$ 344.938,65	6,31%
mai/18	R\$ 5.548.425,54	R\$ 421.680,34	R\$ 65.639,93	R\$ 356.040,41	6,42%
jun/18	R\$ 5.459.950,11	R\$ 414.956,21	R\$ 85.620,90	R\$ 329.335,31	6,03%
PERCENTUAL MÉDIO DO PERÍODO					6,24%

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL - CONTRIBUIÇÕES

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

Contribuinte: WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVICOS LTDA EPP

CNPJ: 06.091.637/0001-17

SCP:

Tipo: Retificadora

Identificação do arquivo: 582E0941435B47D75D7B93A951EE5EA938ECF96A

Período de apuração: 01/01/2018 a 31/01/2018

APURAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	PIS/PASEP	COFINS
------------------------------------	-----------	--------

REGIME DE APURAÇÃO NÃO-CUMULATIVO		
Valor Total do crédito disponível relativo ao período	R\$ 18.176,45	R\$ 83.721,81
Valor Total da Contribuição Apurada	R\$ 92.795,41	R\$ 427.421,30
(-) Valor total dos créditos descontados	R\$ 18.176,45	R\$ 83.721,81
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R\$ 36.169,23	R\$ 166.934,93
= Valor da contribuição Social a Recolher	R\$ 38.449,73	R\$ 176.764,56
Saldo de créditos relativo ao período a utilizar em períodos futuros	R\$ 0,00	R\$ 0,00

REGIME DE APURAÇÃO CUMULATIVO		
Valor Total da Contribuição Apurada	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R\$ 0,00	R\$ 0,00
= Valor da Contribuição Social a Recolher	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APURAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE RECEITAS	
Valor Total da Contribuição Apurada sobre Receitas	R\$ 0,00
(+) Valor total dos ajustes de acréscimo	R\$ 0,00
(-) Valor total dos ajustes de redução	R\$ 0,00
Valor da Contribuição Previdenciária a Recolher	R\$ 0,00

O presente recibo de entrega contém a transcrição da identificação da Escrituração Fiscal Digital das Contribuições incidentes sobre a Receita (EFD-Contribuições) enviada ao Sistema Público de Escrituração Digital, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.252, de 1º de março de 2012.

Esta escrituração foi assinada com o certificado digital de NI: 15.386.067/0001-83 CPF: 035.786.886-22	Escrituração recebida via Internet pelo Agente Receptor SERPRO em 29/05/2018 às 17:13:17
Número do Recibo: 58.2E.09.41.43.5B.47.D7.5D.7B.93.A9.5 1.EE.5E.A9.38.EC.F9.6A-2	Assinatura da transmissão gerada pelo ReceitaNet: 9D.FB.C5.45.B1.58.67.A4 EB.E5.AC.FC.61.D6.E7.91

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL - CONTRIBUIÇÕES

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

Contribuinte: WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVICOS LTDA EPP

CNPJ: 06.091.637/0001-17 **SCP:** **Tipo:** Original

Identificação do arquivo: 4301ED5714A11B5967D6B0A43A9CBF4D6591F1D2

Período de apuração: 01/02/2018 a 28/02/2018

APURAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	PIS/PASEP	COFINS
------------------------------------	-----------	--------

REGIME DE APURAÇÃO NÃO-CUMULATIVO		
Valor Total do crédito disponível relativo ao período	R\$ 21.190,16	R\$ 97.603,17
Valor Total da Contribuição Apurada	R\$ 70.771,32	R\$ 325.976,97
(-) Valor total dos créditos descontados	R\$ 21.190,16	R\$ 97.603,17
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R\$ 27.542,53	R\$ 127.119,39
= Valor da contribuição Social a Recolher	R\$ 22.038,63	R\$ 101.254,41
Saldo de créditos relativo ao período a utilizar em períodos futuros	R\$ 0,00	R\$ 0,00

REGIME DE APURAÇÃO CUMULATIVO		
Valor Total da Contribuição Apurada	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R\$ 0,00	R\$ 0,00
= Valor da Contribuição Social a Recolher	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APURAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE RECEITAS	
Valor Total da Contribuição Apurada sobre Receitas	R\$ 0,00
(+) Valor total dos ajustes de acréscimo	R\$ 0,00
(-) Valor total dos ajustes de redução	R\$ 0,00
Valor da Contribuição Previdenciária a Recolher	R\$ 0,00

O presente recibo de entrega contém a transcrição da identificação da Escrituração Fiscal Digital das Contribuições incidentes sobre a Receita (EFD-Contribuições) enviada ao Sistema Público de Escrituração Digital, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.252, de 1º de março de 2012.

Esta escrituração foi assinada com o certificado digital de NI: 06.091.637/0001-17 CPF: 793.799.661-72	Escrituração recebida via Internet pelo Agente Receptor SERPRO em 12/04/2018 às 23:41:02
Número do Recibo: 43.01.ED.57.14.A1.1B.59.67.D6.B0.A4.3 A.9C.BF.4D.65.91.F1.D2-1	Assinatura da transmissão gerada pelo ReceitaNet: C8.E3.22.08.5B.41.96.6A 4A.6A.F5.46.0F.F8.D2.54

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL - CONTRIBUIÇÕES

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

Contribuinte: WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVICOS LTDA EPP

CNPJ: 06.091.637/0001-17 **SCP:** **Tipo:** Original

Identificação do arquivo: D221378C4136038429995BC708AA6EA08ECAEEAB

Período de apuração: 01/03/2018 a 31/03/2018

APURAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAS	PIS/PASEP	COFINS
-----------------------------------	-----------	--------

REGIME DE APURAÇÃO NÃO-CUMULATIVO		
Valor Total do crédito disponível relativo ao período	R\$ 16.420,19	R\$ 75.632,38
Valor Total da Contribuição Apurada	R\$ 107.258,79	R\$ 494.040,46
(-) Valor total dos créditos descontados	R\$ 16.420,19	R\$ 75.632,38
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R\$ 41.857,34	R\$ 193.187,73
= Valor da contribuição Social a Recolher	R\$ 48.981,26	R\$ 225.220,35
Saldo de créditos relativo ao período a utilizar em períodos futuros	R\$ 0,00	R\$ 0,00

REGIME DE APURAÇÃO CUMULATIVO		
Valor Total da Contribuição Apurada	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R\$ 0,00	R\$ 0,00
= Valor da Contribuição Social a Recolher	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APURAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIARIA SOBRE RECEITAS	
Valor Total da Contribuição Apurada sobre Receitas	R\$ 0,00
(+) Valor total dos ajustes de acréscimo	R\$ 0,00
(-) Valor total dos ajustes de redução	R\$ 0,00
Valor da Contribuição Previdenciária a Recolher	R\$ 0,00

O presente recibo de entrega contém a transcrição da identificação da Escrituração Fiscal Digital das Contribuições incidentes sobre a Receita (EFD-Contribuições) enviada ao Sistema Público de Escrituração Digital, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.252, de 1º de março de 2012.

Esta escrituração foi assinada com o certificado digital de NI: 06.091.637/0001-17 CPF: 793.799.661-72	Escrituração recebida via Internet pelo Agente Receptor SERPRO em 15/05/2018 às 23:24:31
Número do Recibo: D2.21.37.8C.41.36.03.84.29.99.5B.C7.0 8.AA.6E.A0.8E.CA.EE.AB-7	Assinatura da transmissão gerada pelo ReceitaNet: 56.B0.5F.78.AB.B5.C6.C2 C1.25.54.99.0F.27.D1.15

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL - CONTRIBUIÇÕES

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

Contribuinte: WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVICOS LTDA

CNPJ: 06.091.637/0001-17 **SCP:** **Tipo:** Original

Identificação do arquivo: 1EAB550C0A7DA9C33C7B515CFB4EDAF166C4A585

Período de apuração: 01/04/2018 a 30/04/2018

APURAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	PIS/PASEP	COFINS
------------------------------------	-----------	--------

REGIME DE APURAÇÃO NÃO-CUMULATIVO		
Valor Total do crédito disponível relativo ao período	R\$ 15.331,53	R\$ 70.617,96
Valor Total da Contribuição Apurada	R\$ 92.745,87	R\$ 427.196,22
(-) Valor total dos créditos descontados	R\$ 15.331,53	R\$ 70.617,96
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R\$ 36.312,47	R\$ 167.596,02
= Valor da contribuição Social a Recolher	R\$ 41.101,87	R\$ 188.982,24
Saldo de créditos relativo ao período a utilizar em períodos futuros	R\$ 0,00	R\$ 0,00

REGIME DE APURAÇÃO CUMULATIVO		
Valor Total da Contribuição Apurada	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R\$ 0,00	R\$ 0,00
= Valor da Contribuição Social a Recolher	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APURAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE RECEITAS	
Valor Total da Contribuição Apurada sobre Receitas	R\$ 0,00
(+) Valor total dos ajustes de acréscimo	R\$ 0,00
(-) Valor total dos ajustes de redução	R\$ 0,00
Valor da Contribuição Previdenciária a Recolher	R\$ 0,00

O presente recibo de entrega contém a transcrição da identificação da Escrituração Fiscal Digital das Contribuições incidentes sobre a Receita (EFD-Contribuições) enviada ao Sistema Público de Escrituração Digital, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.252, de 1º de março de 2012.

Esta escrituração foi assinada com o certificado digital de NI: 15.386.067/0001-83 CPF: 035.786.886-22	Escrituração recebida via Internet pelo Agente Receptor SERPRO em 14/06/2018 às 20:29:57
Número do Recibo: 1E.AB.55.0C.0A.7D.A9.C3.3C.7B.51.5C. FB.4E.DA.F1.66.C4.A5.85-1	Assinatura da transmissão gerada pelo ReceitaNet: 93.32.3B.DE.86.AA.E7.10 7B.71.D3.85.42.58.BA.A5

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL - CONTRIBUIÇÕES

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

Contribuinte: WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVICOS LTDA

CNPJ: 06.091.637/0001-17 **SCP:** **Tipo:** Original

Identificação do arquivo: 24F6515DF12C68BD56E79364E814B9F93CCC9ECB

Período de apuração: 01/05/2018 a 31/05/2018

APURAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	PIS/PASEP	COFINS
------------------------------------	-----------	--------

REGIME DE APURAÇÃO NÃO-CUMULATIVO		
Valor Total do crédito disponível relativo ao período	R\$ 14.250,77	R\$ 65.639,93
Valor Total da Contribuição Apurada	R\$ 90.099,90	R\$ 415.008,62
(-) Valor total dos créditos descontados	R\$ 14.250,77	R\$ 65.639,93
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R\$ 35.090,65	R\$ 161.956,94
= Valor da contribuição Social a Recolher	R\$ 40.758,48	R\$ 187.411,75
Saldo de créditos relativo ao período a utilizar em períodos futuros	R\$ 0,00	R\$ 0,00

REGIME DE APURAÇÃO CUMULATIVO		
Valor Total da Contribuição Apurada	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R\$ 0,00	R\$ 0,00
= Valor da Contribuição Social a Recolher	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APURAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE RECEITAS	
Valor Total da Contribuição Apurada sobre Receitas	R\$ 0,00
(+) Valor total dos ajustes de acréscimo	R\$ 0,00
(-) Valor total dos ajustes de redução	R\$ 0,00
Valor da Contribuição Previdenciária a Recolher	R\$ 0,00

O presente recibo de entrega contém a transcrição da identificação da Escrituração Fiscal Digital das Contribuições incidentes sobre a Receita (EFD-Contribuições) enviada ao Sistema Público de Escrituração Digital, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.252, de 1º de março de 2012.

Esta escrituração foi assinada com o certificado digital de NI: 15.386.067/0001-83 CPF: 035.786.886-22	Escrituração recebida via Internet pelo Agente Receptor SERPRO em 12/07/2018 às 14:21:15
Número do Recibo: 24.F6.51.5D.F1.2C.68.BD.56.E7.93.64.E 8.14.B9.F9.3C.CC.9E.CB-0	Assinatura da transmissão gerada pelo ReceitaNet: 5D.AF.AF.8B.78.72.C1.61 5F.9D.1C.58.25.D6.DB.53

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL - CONTRIBUIÇÕES

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

Contribuinte: WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVICOS LTDA

CNPJ: 06.091.637/0001-17 **SCP:** **Tipo:** Original

Identificação do arquivo: 9400FB108E3E19A28E84CB6741258F2ECC6F37CC

Período de apuração: 01/06/2018 a 30/06/2018

APURAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	PIS/PASEP	COFINS
------------------------------------	-----------	--------

REGIME DE APURAÇÃO NÃO-CUMULATIVO		
Valor Total do crédito disponível relativo ao período	R\$ 18.588,76	R\$ 85.620,90
Valor Total da Contribuição Apurada	R\$ 89.115,02	R\$ 410.469,15
(-) Valor total dos créditos descontados	R\$ 18.588,76	R\$ 85.620,90
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R\$ 34.700,43	R\$ 160.155,90
= Valor da contribuição Social a Recolher	R\$ 35.825,83	R\$ 164.692,35
Saldo de créditos relativo ao período a utilizar em períodos futuros	R\$ 0,00	R\$ 0,00

REGIME DE APURAÇÃO CUMULATIVO		
Valor Total da Contribuição Apurada	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R\$ 0,00	R\$ 0,00
= Valor da Contribuição Social a Recolher	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APURAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE RECEITAS	
Valor Total da Contribuição Apurada sobre Receitas	R\$ 0,00
(+) Valor total dos ajustes de acréscimo	R\$ 0,00
(-) Valor total dos ajustes de redução	R\$ 0,00
Valor da Contribuição Previdenciária a Recolher	R\$ 0,00

O presente recibo de entrega contém a transcrição da identificação da Escrituração Fiscal Digital das Contribuições incidentes sobre a Receita (EFD-Contribuições) enviada ao Sistema Público de Escrituração Digital, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.252, de 1º de março de 2012.

Esta escrituração foi assinada com o certificado digital de NI: 15.386.067/0001-83 CPF: 035.786.886-22	Escrituração recebida via Internet pelo Agente Receptor SERPRO em 14/08/2018 às 18:53:34
Número do Recibo: 94.00.FB.10.8E.3E.19.A2.8E.84.CB.67.4 1.25.8F.2E.CC.6F.37.CC-8	Assinatura da transmissão gerada pelo ReceitaNet: 82.CE.77.0C.36.44.C0.86 E7.BF.54.9D.D6.ED.CB.85

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL - CONTRIBUIÇÕES

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

Contribuinte: WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVICOS LTDA

CNPJ: 06.091.637/0001-17 **SCP:** **Tipo:** Original

Identificação do arquivo: 339420DC8C6511923097EF707657B09001CBCDC6

Período de apuração: 01/07/2017 a 31/07/2017

APURAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	PIS/PASEP	COFINS
------------------------------------	-----------	--------

REGIME DE APURAÇÃO NÃO-CUMULATIVO		
Valor Total do crédito disponível relativo ao período	R\$ 19.093,82	R\$ 87.946,86
Valor Total da Contribuição Apurada	R\$ 124.417,19	R\$ 573.073,24
(-) Valor total dos créditos descontados	R\$ 19.093,82	R\$ 87.946,86
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R\$ 47.625,93	R\$ 219.811,91
= Valor da contribuição Social a Recolher	R\$ 57.697,44	R\$ 265.314,47
Saldo de créditos relativo ao período a utilizar em períodos futuros	R\$ 0,00	R\$ 0,00

REGIME DE APURAÇÃO CUMULATIVO		
Valor Total da Contribuição Apurada	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R\$ 0,00	R\$ 0,00
= Valor da Contribuição Social a Recolher	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APURAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE RECEITAS	
Valor Total da Contribuição Apurada sobre Receitas	R\$ 0,00
(+) Valor total dos ajustes de acréscimo	R\$ 0,00
(-) Valor total dos ajustes de redução	R\$ 0,00
Valor da Contribuição Previdenciária a Recolher	R\$ 0,00

O presente recibo de entrega contém a transcrição da identificação da Escrituração Fiscal Digital das Contribuições incidentes sobre a Receita (EFD-Contribuições) enviada ao Sistema Público de Escrituração Digital, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.252, de 1º de março de 2012.

Esta escrituração foi assinada com o certificado digital de NI: 02.818.002/0001-18 CPF: 599.213.581-20	Escrituração recebida via Internet pelo Agente Receptor SERPRO em 31/08/2017 às 15:56:43
Número do Recibo: 33.94.20.DC.8C.65.11.92.30.97.EF.70.7 6.57.B0.90.01.CB.CD.C6-7	Assinatura da transmissão gerada pelo ReceitaNet: 16.04.26.DD.0B.04.C9.FD 12.C4.9C.D9.8F.DF.74.81

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL - CONTRIBUIÇÕES

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

Contribuinte: WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVICOS LTDA

CNPJ: 06.091.637/0001-17 **SCP:** **Tipo:** Original

Identificação do arquivo: 174E175BE2CDD961AE3AC8C33AA20B6A68D98991

Período de apuração: 01/08/2017 a 31/08/2017

APURAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAS	PIS/PASEP	COFINS
-----------------------------------	-----------	--------

REGIME DE APURAÇÃO NÃO-CUMULATIVO		
Valor Total do crédito disponível relativo ao período	R\$ 21.946,34	R\$ 101.086,07
Valor Total da Contribuição Apurada	R\$ 108.732,31	R\$ 500.827,69
(-) Valor total dos créditos descontados	R\$ 21.946,34	R\$ 101.086,07
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R\$ 42.218,34	R\$ 194.854,11
= Valor da contribuição Social a Recolher	R\$ 44.567,63	R\$ 204.887,51
Saldo de créditos relativo ao período a utilizar em períodos futuros	R\$ 0,00	R\$ 0,00

REGIME DE APURAÇÃO CUMULATIVO		
Valor Total da Contribuição Apurada	R\$ 171,14	R\$ 789,88
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R\$ 0,00	R\$ 0,00
= Valor da Contribuição Social a Recolher	R\$ 171,14	R\$ 789,88

APURAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIARIA SOBRE RECEITAS	
Valor Total da Contribuição Apurada sobre Receitas	R\$ 0,00
(+) Valor total dos ajustes de acréscimo	R\$ 0,00
(-) Valor total dos ajustes de redução	R\$ 0,00
Valor da Contribuição Previdenciária a Recolher	R\$ 0,00

O presente recibo de entrega contém a transcrição da identificação da Escrituração Fiscal Digital das Contribuições incidentes sobre a Receita (EFD-Contribuições) enviada ao Sistema Público de Escrituração Digital, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.252, de 1º de março de 2012.

Esta escrituração foi assinada com o certificado digital de NI: 02.818.002/0001-18 CPF: 599.213.581-20	Escrituração recebida via Internet pelo Agente Receptor SERPRO em 16/10/2017 às 16:55:01
Número do Recibo: 17.4E.17.5B.E2.CD.D9.61.AE.3A.C8.C3. 3A.A2.0B.6A.68.D9.89.91-2	Assinatura da transmissão gerada pelo ReceitaNet: F6.DD.D6.60.5A.D9.A8.4D 71.63.45.A1.19.EB.53.90

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL - CONTRIBUIÇÕES

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

Contribuinte: WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVICOS LTDA

CNPJ: 06.091.637/0001-17

SCP:

Tipo: Retificadora

Identificação do arquivo: 22808E96A47F5FFC1C26DA2EB1640D818B3A014E

Período de apuração: 01/09/2017 a 30/09/2017

APURAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAS	PIS/PASEP	COFINS
-----------------------------------	-----------	--------

REGIME DE APURAÇÃO NÃO-CUMULATIVO		
Valor Total do crédito disponível relativo ao período	R\$ 16.551,83	R\$ 76.238,83
Valor Total da Contribuição Apurada	R\$ 113.703,87	R\$ 523.726,97
(-) Valor total dos créditos descontados	R\$ 16.551,83	R\$ 76.238,83
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R\$ 44.409,57	R\$ 204.967,42
= Valor da contribuição Social a Recolher	R\$ 52.742,47	R\$ 242.520,72
Saldo de créditos relativo ao período a utilizar em períodos futuros	R\$ 0,00	R\$ 0,00

REGIME DE APURAÇÃO CUMULATIVO		
Valor Total da Contribuição Apurada	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R\$ 0,00	R\$ 0,00
= Valor da Contribuição Social a Recolher	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APURAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIARIA SOBRE RECEITAS	
Valor Total da Contribuição Apurada sobre Receitas	R\$ 0,00
(+) Valor total dos ajustes de acréscimo	R\$ 0,00
(-) Valor total dos ajustes de redução	R\$ 0,00
Valor da Contribuição Previdenciária a Recolher	R\$ 0,00

O presente recibo de entrega contém a transcrição da identificação da Escrituração Fiscal Digital das Contribuições incidentes sobre a Receita (EFD-Contribuições) enviada ao Sistema Público de Escrituração Digital, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.252, de 1º de março de 2012.

Esta escrituração foi assinada com o certificado digital de NI: 02.818.002/0001-18 CPF: 599.213.581-20	Escrituração recebida via Internet pelo Agente Receptor SERPRO em 14/12/2017 às 16:40:42
Número do Recibo: 22.80.8E.96.A4.7F.5F.FC.1C.26.DA.2E. B1.64.0D.81.8B.3A.01.4E-5	Assinatura da transmissão gerada pelo ReceitaNet: 9C.1E.44.E1.BC.B0.A2.12 36.7B.D5.3F.A8.41.38.D6

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL - CONTRIBUIÇÕES

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

Contribuinte: WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVICOS LTDA

CNPJ: 06.091.637/0001-17 **SCP:** **Tipo:** Original

Identificação do arquivo: 7EC2BC54AB8848E3036727BB1C29DEA4ECD5989C

Período de apuração: 01/10/2017 a 31/10/2017

APURAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAS	PIS/PASEP	COFINS
-----------------------------------	-----------	--------

REGIME DE APURAÇÃO NÃO-CUMULATIVO		
Valor Total do crédito disponível relativo ao período	R\$ 17.321,23	R\$ 79.782,22
Valor Total da Contribuição Apurada	R\$ 125.730,80	R\$ 579.123,70
(-) Valor total dos créditos descontados	R\$ 17.321,23	R\$ 79.782,22
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R\$ 49.138,15	R\$ 226.791,52
= Valor da contribuição Social a Recolher	R\$ 59.271,42	R\$ 272.549,96
Saldo de créditos relativo ao período a utilizar em períodos futuros	R\$ 0,00	R\$ 0,00

REGIME DE APURAÇÃO CUMULATIVO		
Valor Total da Contribuição Apurada	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R\$ 0,00	R\$ 0,00
= Valor da Contribuição Social a Recolher	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APURAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIARIA SOBRE RECEITAS	
Valor Total da Contribuição Apurada sobre Receitas	R\$ 0,00
(+) Valor total dos ajustes de acréscimo	R\$ 0,00
(-) Valor total dos ajustes de redução	R\$ 0,00
Valor da Contribuição Previdenciária a Recolher	R\$ 0,00

O presente recibo de entrega contém a transcrição da identificação da Escrituração Fiscal Digital das Contribuições incidentes sobre a Receita (EFD-Contribuições) enviada ao Sistema Público de Escrituração Digital, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.252, de 1º de março de 2012.

Esta escrituração foi assinada com o certificado digital de NI: 02.818.002/0001-18 CPF: 599.213.581-20	Escrituração recebida via Internet pelo Agente Receptor SERPRO em 14/12/2017 às 16:41:57
Número do Recibo: 7E.C2.BC.54.AB.88.48.E3.03.67.27.BB. 1C.29.DE.A4.EC.D5.98.9C-4	Assinatura da transmissão gerada pelo ReceitaNet: 66.2E.39.25.E9.EF.AC.68 B4.86.32.83.4E.65.25.46

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL - CONTRIBUIÇÕES

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

Contribuinte: WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVICOS LTDA

CNPJ: 06.091.637/0001-17 **SCP:** **Tipo:** Original

Identificação do arquivo: 03285205CDBC3717F0DA8E16C744F13B31945835

Período de apuração: 01/11/2017 a 30/11/2017

APURAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	PIS/PASEP	COFINS
------------------------------------	-----------	--------

REGIME DE APURAÇÃO NÃO-CUMULATIVO		
Valor Total do crédito disponível relativo ao período	R\$ 17.260,21	R\$ 79.500,99
Valor Total da Contribuição Apurada	R\$ 103.882,54	R\$ 478.489,28
(-) Valor total dos créditos descontados	R\$ 17.260,21	R\$ 79.500,99
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R\$ 40.339,28	R\$ 186.181,44
= Valor da contribuição Social a Recolher	R\$ 46.283,05	R\$ 212.806,85
Saldo de créditos relativo ao período a utilizar em períodos futuros	R\$ 0,00	R\$ 0,00

REGIME DE APURAÇÃO CUMULATIVO		
Valor Total da Contribuição Apurada	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R\$ 0,00	R\$ 0,00
= Valor da Contribuição Social a Recolher	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APURAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE RECEITAS	
Valor Total da Contribuição Apurada sobre Receitas	R\$ 0,00
(+) Valor total dos ajustes de acréscimo	R\$ 0,00
(-) Valor total dos ajustes de redução	R\$ 0,00
Valor da Contribuição Previdenciária a Recolher	R\$ 0,00

O presente recibo de entrega contém a transcrição da identificação da Escrituração Fiscal Digital das Contribuições incidentes sobre a Receita (EFD-Contribuições) enviada ao Sistema Público de Escrituração Digital, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.252, de 1º de março de 2012.

Esta escrituração foi assinada com o certificado digital de NI: 02.818.002/0001-18 CPF: 599.213.581-20	Escrituração recebida via Internet pelo Agente Receptor SERPRO em 15/01/2018 às 19:07:03
Número do Recibo: 03.28.52.05.CD.BC.37.17.F0.DA.8E.16. C7.44.F1.3B.31.94.58.35-7	Assinatura da transmissão gerada pelo ReceitaNet: 90.C3.28.6B.61.00.8B.A5 1C.9D.75.EE.7F.74.A7.1A

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL - CONTRIBUIÇÕES

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

Contribuinte: WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVICOS LTDA

CNPJ: 06.091.637/0001-17

SCP:

Tipo: Retificadora

Identificação do arquivo: 1C92B19079FE0516466570B6E004A827C7985C29

Período de apuração: 01/12/2017 a 31/12/2017

APURAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	PIS/PASEP	COFINS
------------------------------------	-----------	--------

REGIME DE APURAÇÃO NÃO-CUMULATIVO		
Valor Total do crédito disponível relativo ao período	R\$ 16.536,19	R\$ 76.166,56
Valor Total da Contribuição Apurada	R\$ 110.689,08	R\$ 509.840,74
(-) Valor total dos créditos descontados	R\$ 16.536,19	R\$ 76.166,56
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R\$ 42.949,52	R\$ 198.228,58
= Valor da contribuição Social a Recolher	R\$ 51.203,37	R\$ 235.445,60
Saldo de créditos relativo ao período a utilizar em períodos futuros	R\$ 0,00	R\$ 0,00

REGIME DE APURAÇÃO CUMULATIVO		
Valor Total da Contribuição Apurada	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R\$ 0,00	R\$ 0,00
= Valor da Contribuição Social a Recolher	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APURAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE RECEITAS	
Valor Total da Contribuição Apurada sobre Receitas	R\$ 0,00
(+) Valor total dos ajustes de acréscimo	R\$ 0,00
(-) Valor total dos ajustes de redução	R\$ 0,00
Valor da Contribuição Previdenciária a Recolher	R\$ 0,00

O presente recibo de entrega contém a transcrição da identificação da Escrituração Fiscal Digital das Contribuições incidentes sobre a Receita (EFD-Contribuições) enviada ao Sistema Público de Escrituração Digital, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.252, de 1º de março de 2012.

Esta escrituração foi assinada com o certificado digital de NI: 02.818.002/0001-18 CPF: 599.213.581-20	Escrituração recebida via Internet pelo Agente Receptor SERPRO em 23/02/2018 às 16:46:07
Número do Recibo: 1C.92.B1.90.79.FE.05.16.46.65.70.B6.E 0.04.A8.27.C7.98.5C.29-6	Assinatura da transmissão gerada pelo ReceitaNet: 89.40.21.1D.6C.86.CD.EA 2C.44.0C.D4.3F.B4.70.2D

Senhor Pregoeiro,

Em referência a diligência solicitada no site comprasnet, venho informar:

Para WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVICOS LTDA - Senhor licitante concedo 30 (trinta) minutos para que: 1) Esclareça a quantidade de dose mensal, uma vez que na sua proposta apresentada na diligência consta 1.400 dose, enquanto no TR a demanda é de 2.800; 2) Corrigir em suas planilhas o valor do vale Alimentação e transporte, contemplando 22 dias.

1º Resposta: A Quantidade de 1.400 doses é por maquina a ser fornecida. Serão fornecidas 02 (duas) maquinas totalizando 2.800 doses mensais. Acrescentamos tal informação na descrição do item.

2º Resposta: Referente a quantidade de dias de Vale Alimentação e Transporte informamos que cotamos a média de 21 dias. Cabe ressaltar ainda que a Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017 deixa claro que o dimensionamento das Planilhas e dever da empresa e caso existe erros no dimensionamento a empresa deverá arcar com os mesmos.

Art. 63. A contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993. Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017.

Item	Mês	Dias Úteis
1	out/18	22
2	nov/18	20
3	dez/18	20
4	jan/19	22
5	fev/19	20
6	mar/19	20
7	abr/19	21
8	mai/19	22
9	jun/19	20
10	jul/19	23
11	ago/19	22
12	set/19	21
Média de Dias Uteis nos próximos 12 meses		21

ANEXO IV - MATERIAIS DURÁVEIS OU PERMANENTES						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	Quantidade	Vida Útil	Valor Unitário	VALOR TOTAL
1	Açucareiro em aço inoxidável	Unidade	3	24	R\$ 29,90	R\$ 3,74
2	Bandeja Média em aço inoxidável com 40 cm de diâmetro	Unidade.	3	24	R\$ 32,00	R\$ 4,00
3	Bebedouro elétrico de coluna para garrafão, na cor branca, com sistema de refrigeração através de compressor, para ser colocado no chão, utilizando garrafão de 20l, tendo saída para água natural e gelada, com capacidade de resfriamento igual ou superior a 2.8 L/H e capacidade de água gelada igual ou superior a 2 L	Unidade	12	60	R\$ 512,00	R\$ 102,40
4	Bules para café em aço inoxidável 900 ml	Unidade	2	24	R\$ 59,90	R\$ 4,99
5	Cafeteira elétrica industrial em aço inoxidável, capacidade mínima 15L	Unidade	3	60	R\$ 1.383,00	R\$ 69,15
6	Canecão em alumínio 4L	Unidade	2	24	R\$ 28,80	R\$ 2,40
7	Canecão em alumínio 2L	Unidade	2	24	R\$ 18,78	R\$ 1,57
8	Carrinho em material resistente, com rolamentos silenciosos, para transporte de galões de água (20l)	Unidade	1	60	R\$ 199,00	R\$ 3,32
9	Carrinho bandeja em aço inoxidável, com rolamentos silenciosos, para transporte de garrafas térmicas e para servir café	Unidade	2	60	R\$ 249,90	R\$ 8,33
10	Coletor para copos (sujo) descartáveis de água (200ml), em PVC	Unidade	12	12	R\$ 22,00	R\$ 22,00
11	Colher para café em aço inoxidável	Unidade	30	12	R\$ 0,89	R\$ 2,23
12	Colher para chá em aço inoxidável	Unidade	24	12	R\$ 1,05	R\$ 2,10
13	Copo de vidro liso 300ml	Unidade	200	3	R\$ 2,16	R\$ 144,00
14	Garrafa térmica, na cor preta, sem detalhes e com capacidade para 1,0 L	Unidade	40	12	R\$ 22,00	R\$ 73,33
15	Garrafa térmica, na cor preta, sem detalhes e com capacidade para 1,8 L	Unidade	40	12	R\$ 36,00	R\$ 120,00
16	Jarra para água em vidro com 1,8 L	Unidade	2	12	R\$ 82,00	R\$ 13,67
17	Máquina para bebidas quentes, com insumos compatíveis com a máquina, que deverão ser de primeira qualidade, com a rigorosa observância dos prazos de validade, para café, café expresso, café com leite, cappuccino, chá, leite caramelizado e chocolate para 1.400 doses mensais, por máquina. Serão alocadas 02 (duas) máquinas totalizando 2.800 doses mensais.	Doses	2800	1	R\$ 1,00	R\$ 2.800,00
18	Suporte para copos descartáveis em acrílico com base em ABS e sistema para liberação de 01 copo por acionamento (alavanca) para 80 copos (200ml).	Unidade	12	12	R\$ 25,90	R\$ 25,90
19	Suporte em aço inoxidável para copo de vidro com 8 cm de diâmetro	Unidade	50	12	R\$ 1,82	R\$ 7,58
20	Lata para mantimentos de 05L	Unidade	3	12	R\$ 26,90	R\$ 6,73
21	Lata para mantimentos de 03L	Unidade	3	12	R\$ 17,50	R\$ 4,38
22	Xícara de chá com pires em porcelana	Dúzia	3	3	R\$ 98,64	R\$ 98,64
23	Xícara de café com pires em porcelana	Dúzia	10	3	R\$ 60,72	R\$ 202,40
24	Forro de mesa 1,50x1,50	Unidade	4	3	R\$ 11,00	R\$ 14,67
25	Ponto Biometrico	Unidade	1	60	R\$ 1.000,00	R\$ 16,67
VALOR TOTAL MENSAL						R\$ 3.754,20
VALOR TOTAL MENSAL DIVIDIDO PELO NUMERO DE GARÇONS E COPEIRAS (5)						750,84

TOTAL MENSAL DE DOSES					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	Quantidade	Valor Total	Valor Unitário
1	Franquia Mensal (2 máquinas)	Doses	2800	R\$ 2.800,00	R\$ 1,00
2	Excedente Máximo Estimado a ser atingido por mês (2 máquinas)	Doses	2.801 a 10.000	R\$	1,00

RECEBEMOS DE Minagua Comercio e Distribuição de Bebidas Ltda OS PRODUTOS/SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO		NF-e Nº 000.003.718
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	SÉRIE: 1

Minagua Comercio e Distribuição de Bebidas Ltda gleba 2, 151 - galpao 2 - Picag, Brasília, DF - CEP: 72701970 - Fone/Fax: 6135612639		DANFE Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica 0 - Entrada 1 - Saída 1 Nº 000.003.718 SÉRIE: 1 Página 1 de 1	CONTROLE DO FISCO  CHAVE DE ACESSO 5318 0938 0750 4000 0175 5500 1000 0037 1810 0807 0003 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 353180038924505 - 04/09/2018 10:07
NATUREZA DA OPERAÇÃO venda			
INSCRIÇÃO ESTADUAL 0734511500105	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIB.	CNPJ 38.075.040/0001-75	

DESTINATÁRIO/REMETENTE			
NOME/RAZÃO SOCIAL WR Comercial de Alimentos Ltda		CNPJ/CPF 06.091.637/0001-17	DATA DA EMISSÃO 04/09/2018
ENDEREÇO QI 13 LOTES 01/14 SALA 106 - MESANINO B, S/N -	BAIRRO/DISTRITO TAGUATINGA	CEP 72135-130	DATA DE ENTRADA/SAÍDA 04/09/2018
MUNICÍPIO Brasília	FONE/FAX	UF DF	INSCRIÇÃO ESTADUAL 0752483200198
			HORA DE ENTRADA/SAÍDA 10:03

FATURA

CÁLCULO DO IMPOSTO	
BASE DE CÁLCULO DO ICMS 0,00	VALOR DO ICMS 0,00
BASE DE CÁLCULO DO ICMS ST 0,00	VALOR DO ICMS ST 0,00
VALOR TOTAL DOS PRODUTOS 31.408,00	
VALOR DO FRETE 0,00	VALOR DO SEGURO 0,00
DESCONTO 0,00	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS 0,00
VALOR DO IPI 0,00	VALOR TOTAL DA NOTA 31.408,00

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS	
RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA 9 - Sem Frete
CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO
UF	CNPJ/CPF
ENDEREÇO	MUNICÍPIO
UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
QUANTIDADE	ESPÉCIE
MARCA	NUMERAÇÃO
PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO

DADOS DO PRODUTO/SERVIÇO													
CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID.	QTD.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL	BC ICMS	VLR. ICMS	VLR. IPI	ALIQ. ICMS	ALIQ. IPI
AG20SG	Agua Mineral sem gas - embalagem retornável de 20 litros marca Agua Seiva de Brasília	22011000	0102	5102	litro	12.552,00	2,5000	31.380,00					
AG500SG	Agua Mineral sem gas em garrafa de 500 ml marca Agua seiva de Brasília	22021000	0102	5102	LITRO	2,0000	8,0000	16,00					
AG500CG	Agua mineral em garrafa de 500 ml descartavel - marca LIA	22011000	0102	5102	LITRO	1,0000	12,0000	12,00					

LANÇADO

CÁLCULO DO ISSQN	
INSCRIÇÃO MUNICIPAL 0734511500105	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS
BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	VALOR DO ISSQN

DADOS ADICIONAIS	
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES Fumag R\$ 170,00 Fumop. R\$ 347,50 Enrolatório R\$ 105,50	RESERVADO AO FISCO MDSA R\$ 7.547,50 MPOG R\$ 8.947,50 Proxideria R\$ 10.702,50 Seyme R\$ 3.587,50

RECEBEMOS DE CAFE EXPORT IND COM LTDA
OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO

NF-e
Nº. 311064
SÉRIE 0

DATA DE RECEBIMENTO IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR



Identificação do Emitente
CAFE EXPORT IND COM LTDA
QUADRA QI 19 LT 44/46 - 1 - SETOR
INDUSTRIAL - BRASILIA - DF - 72135190

Telefone: 61-3354-9194
Fax:
E-mail:

DANF-e

Documento Auxiliar da
Nota Fiscal

0 - ENTRADA

1 - SAÍDA

Nº. 311064

SÉRIE 0

FL 1 de 1



CHAVE DE ACESSO

5318 0800 6808 6800 0180 5500 0000 3110 6411 1102 3082

Consulta de autenticidade no portal nacional da
NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal

NATUREZA DE OPERAÇÃO

VENDE DE PRODUCAO DO ESTABELECIMENTO

INSCRIÇÃO ESTADUAL
0734573400163

INSC. EST. DO SUBST. TRIBUTARIO

CHPJ
00680868000180

Protocolo de Autorização(Data e Hora)

353180037101902

23/08/2018 08:12:33

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL

WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVICOS

CNPJ/CPF

06.091.637/0001-17

DATA DA EMISSÃO

23/08/2018

LOGRADOURO

QI 13 LTS 01/14 SL 106 MEZANINO B

NÚMERO

SIN

COMPLEMENTO

BAIRRO/DISTRITO

TAGUATINGA

DATA DA ENTRADA/SAÍDA

23/08/2018

CEP

72135130

MUNICÍPIO

BRASILIA

Telefone/Fax

3354 1967

UF

DF

INSCRIÇÃO ESTADUAL

0752483200198

HORA DE SAÍDA

09:00

FATURA

Nº
1 -

Venc.
22/09/18

VL

9.100,00

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DE ICMS

6.423,69

VALOR DO ICMS

1.156,26

BASE DE CÁLCULO DO ICMS ST.

0,00

VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO

0,00

VALOR TOTAL DOS PRODUTOS

9.100,00

VALOR DO FRETE

0,00

VALOR DO SEGURO

R\$ 0,00

VALOR DO DESCONTO

0,00

OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS

0,00

VALOR DO IPI

VALOR TOTAL DA NOTA

9.100,00

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL

FRETE POR CONTA

9 - Sem Frete

CÓDIGO ANTT

PLACA DO VEÍCULO

JHO4030

UF

DF

CNPJ/CPF

LOGRADOURO

MUNICÍPIO

UF

INSCRIÇÃO ESTADUAL

QUANTIDADE

650

ESPÉCIE

MARCA

NUMERAÇÃO

650

PESO BRUTO

650,00

PESO LÍQUIDO

650,00

DADOS DO PRODUTO/SERVIÇOS

Código	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	/UN	NCM/SH	CST	CFOP	UND	QTD	V. UN.	V. TOTAL	BC. ICMS	V. ICMS	V. ST	V. IPI	ALIQ. ICMS	ALIQ. IPI
3005	CAFE A VACUO 500G KG	1300	09012100	020	5101	KG	650	14,00	9.100,00	6.423,69	1.156,26	0,00	0,00	18,00	0,00

CÁLCULO DO ISSQN

FIM DOS PRODUTOS

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS

BASE DE CÁLCULO DE ISSQN

VALOR DO ISSQN

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

CODCLI 7577FANTASIA WR COML DE ALIMENTOS E SERVICOS VENDEDOR
20HAMILTON TEOFILO ARAUJO COBRANCA 001BANCO DO
BRASILCOB.BANCARIAPLANO PAG. 630 DIAS NUNPED 20005378TRANSACAO
564607 CARREGAMENTO 47708MOTORISTA 475NOME1 OBSERVACAOPROD COM
B.CALC ICM REDUZIDO P 70,59, CONF DECR 20.931 DE 301299 PROCON SCS
QD 08 ED VENANCIO 2000 BL B SALA 240, FONE 151

RESERVADO AO FISCO

LANÇADO
Presidência

A
AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2018

PROPOSTA COMERCIAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Prezados Senhores,

A WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ: 06.091.637/0001-17 e I.E n.º 07.452.289/001-01, sediada na ADE Conjunto 10 Lotes 10/11 Salas 102 a 104 – Águas Claras – DF CEP: 71.986-180 Telefone: (61) 3354-1967, fax: 3354-1985 endereço eletrônico: www.wrcomercial.com.br, vem por meio desta, apresentar a proposta de preços para Contratação de empresa especializada na prestação de serviços conforme objeto do pregão em referencia, planilhas anexas e valores MENSAL e ANUAL abaixo:

Contratação de serviço de copeiragem e fornecimento de insumos e equipamentos em regime de empreitada por preço global, para atender a Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ em Brasília/DF.

- | | | | |
|------------------|-----|------------|---|
| 1. VALOR MENSAL: | R\$ | 28.319,80 | (vinte e oito mil, trezentos e dezenove reais e oitenta centavos) |
| 2. VALOR ANUAL: | R\$ | 339.837,60 | (trezentos e trinta e nove mil, oitocentos e trinta e sete reais e sessenta centavos) |

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

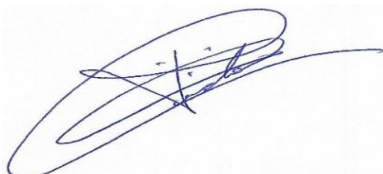
Declaramos que os preços oferecidos englobam a prestação de serviços, mão-de-obra, salários e todos os encargos trabalhistas, bem como todos os tributos e encargos, seguro e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação.

O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias.

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a assinar o contrato no prazo determinado no edital, e para esse fim fornecemos os seguintes **DADOS BANCÁRIOS: BANCO SANTANDER - AGÊNCIA nº 2132 - CONTA CORRENTE nº 13000942-9**

Informamos que, se vencermos este certame e formos convocados a firmar o respectivo contrato, deverá assiná-lo o Sr Renato Marinho de Araújo, Sócio Gerente, portador do RG 1.585.422 SSP-DF e CPF 793.799.661-72 e endereço: QS 08 Conjunto 410A Casa 31, Águas Claras - DF.

Brasília, 11 de Setembro de 2018.



WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS
RENATO MARINHO DE ARAÚJO
SOCIO GERENTE

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nº Processo: ESTIMATIVA DE PREÇOS

Licitação Nº: ESTIMATIVA DE PREÇOS

Data e Horário: 07/08/2018

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	07/08/2018
B	Minicípio/UF	Brasília-DF
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	DF000001/2018
D	Nº de meses de execução contratual	12

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Copeiro	Posto	3

1. MÓDULOS

Mão de obra vinculada à execução contratual

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra

1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Copeiro
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1.156,09
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	Copeiro
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/01/2018

Módulo 1 - Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	%	Valor (R\$)
A	Salário	100,00%	R\$ 1.156,09
B	Adicional de Periculosidade	0,00%	R\$ -
C	Adicional de Insalubridade	0,00%	R\$ -
D	Adicional Noturno	0,00%	R\$ -
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	0,00%	R\$ -
F	Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado	0,00%	R\$ -
G	Outros (especificar)	0,00%	R\$ -
Total de Remuneração			R\$ 1.156,09

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.

Nota 2: Para o empregado que labora a jornada 12x36, em caso da não concessão ou concessão parcial do intervalo intrajornada (§ 4º do art. 71 da CLT), o valor a ser pago será inserido na remuneração utilizando a alínea "G".

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	%	R\$
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	R\$ 96,30
B	Férias e Adicional de Férias	12,10%	R\$ 139,89
TOTAL		20,43%	R\$ 236,19

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina e adicional de férias.

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	Encargos previdenciários, FGTS e outras contribuições	%	R\$
A	INSS	20,00%	R\$ 278,46
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 34,81
C	SAT	2,14%	R\$ 29,79
D	SESC ou Sesi	1,50%	R\$ 20,88
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 13,92
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 8,35
G	INCRA	0,20%	R\$ 2,78
H	FGTS	8,00%	R\$ 111,38
TOTAL		35,94%	R\$ 500,39

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.

Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1, o Módulo 3, Módulo 4 e o Módulo 6.

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios mensais e diários	Quantidade	Valor R\$	Valor (R\$)
-----	------------------------------	------------	-----------	-------------

A	Transporte	21	R\$	10,00	R\$	140,63
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	21	R\$	31,50	R\$	661,50
C	Assistência Médica				R\$	-
D	Assistência Odontológica				R\$	-
E	Auxílio Funeral				R\$	-
Total de Benefícios mensais e diários					R\$	802,13

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º desta Instrução Normativa.

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	%	R\$
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	20,43%	R\$ 236,19
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	35,94%	R\$ 500,39
2.3	Benefícios Mensais e Diários		R\$ 802,13
TOTAL		56,37%	R\$ 1.538,71

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	%	R\$
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ 6,32
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03%	R\$ 0,42
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	4,35%	R\$ 60,56
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ 27,01
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,70%	R\$ 9,75
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,65%	R\$ 9,05
TOTAL		8,09%	R\$ 112,64

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto que por ventura venha cobrir o empregado nos casos de Ausências Legais (Submódulo 4.1) e/ou na Intrajornada (Submódulo 4.2), a depender da prestação do serviço.

Nota 2: Haverá a incidência do Submódulo 2.2 sobre esse módulo.

Submódulo 4.1 - Ausências Legais

4.1	Composição do custo de reposição do profissional ausente	%	R\$
A	Terço constitucional de férias e 13º salário do ferista $((3,03\% + 8,33\%) \div 12 = 0,95\%)$	0,95%	R\$ 26,67
B	Ausências legais e ausências por doença $((01 \div 30 \div 12) + (01 \div 30 \div 12) \times 100 = 0,56\%)$	0,56%	R\$ 15,72
C	Licença paternidade $((5 \div 30) \div 12 \times 0,075 \times 100 = 0,10\%)$	0,10%	R\$ 2,81
D	Ausência por acidente de trabalho $(15 \div 30 \div 12 \times 0,10 \times 100 = 0,42\%)$	0,42%	R\$ 11,79
E	Afastamento maternidade $((1 \div 12 \times 4) + (1,33 \div 12 \times 4)) \div 12 \times 0,0025 \times 100 = 0,02\%$	0,02%	R\$ 0,56
F	Outros (especificar)	0,00%	R\$ -
TOTAL		2,05%	R\$ 57,55

Nota: As alíneas "A" a "F" referem-se somente ao custo que será pago ao repositor pelos dias trabalhados quando da necessidade de substituir a mão de obra alocada na prestação do serviço.

Submódulo 4.2 - Intrajornada

4.2	Composição do custo de reposição do profissional ausente	%	R\$
A	Intervalo para repouso ou alimentação		R\$ -
TOTAL		0,00%	R\$ -

Nota: Quando houver a necessidade de reposição de um empregado durante sua ausência nos casos de intervalo para repouso ou alimentação deve-se contemplar o Submódulo 4.2.

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	%	R\$
4.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	2,05%	R\$ 57,55
4.2	GPS, FGTS e outras contribuições	0,00%	R\$ -
TOTAL		2,05%	R\$ 57,55

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	%	R\$
A	Uniformes		R\$ 49,00
B	Materiais		R\$ 528,85
C	Equipamentos		R\$ 33,28
D	Outros (especificar)		R\$ 750,84
TOTAL			R\$ 1.361,97

Nota: Valores mensais por empregado.

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	R\$
---	------------------------------------	---	-----

A	Custos indiretos	2,29%	R\$	96,80
B	Lucro	5,00%	R\$	216,19
C	Tributos	12,59%	R\$	653,91
	C.1. Tributos Federais (COFINS)	6,24%	R\$	324,10
	C.2 Tributos Federais (PIS)	1,35%	R\$	70,12
	C.3 Tributos Estaduais (ISS)	5,00%	R\$	259,69
	C.4 Tributos Municipais(especificar)	0,00%	R\$	-
TOTAL			R\$	966,90

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	R\$
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 1.156,09
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 1.538,71
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 112,64
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 57,55
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 1.361,97
Subtotal (A + B + C + D + E)		R\$ 4.226,96
E	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 966,90
Valor Total por Empregado		R\$ 5.193,86

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nº Processo: ESTIMATIVA DE PREÇOS

Licitação Nº: ESTIMATIVA DE PREÇOS

Data e Horário: 07/08/2018

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	07/08/2018
B	Minicípio/UF	Brasília-DF
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	DF000001/2018
D	Nº de meses de execução contratual	12

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Garçom	Posto	2

1. MÓDULOS

Mão de obra vinculada à execução contratual

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra

1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Garçom
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1.706,84
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	Garçom
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/01/2018

Módulo 1 - Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	%	Valor (R\$)
A	Salário	100,00%	R\$ 1.706,84
B	Adicional de Periculosidade	0,00%	-
C	Adicional de Insalubridade	0,00%	-
D	Adicional Noturno	0,00%	-
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	0,00%	-
F	Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado	0,00%	-
G	Outros (especificar)	0,00%	-
Total de Remuneração			R\$ 1.706,84

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.

Nota 2: Para o empregado que labora a jornada 12x36, em caso de não concessão ou concessão parcial do intervalo intrajornada (§ 4º do art. 71 da CLT), o valor a ser pago será inserido na remuneração utilizando a alínea "G".

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	%	R\$
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	R\$ 142,18
B	Férias e Adicional de Férias	12,10%	R\$ 206,53
TOTAL		20,43%	R\$ 348,71

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina e adicional de férias.

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	Encargos previdenciários, FGTS e outras contribuições	%	R\$
A	INSS	20,00%	R\$ 411,11
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 51,39
C	SAT	2,14%	R\$ 43,99
D	SESC ou Sesi	1,50%	R\$ 30,83
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 20,56
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 12,33
G	INCRA	0,20%	R\$ 4,11
H	FGTS	8,00%	R\$ 164,44
TOTAL		35,94%	R\$ 738,76

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.

Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1, o Módulo 3, Módulo 4 e o Módulo 6.

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios mensais e diários	Quantidade	Valor R\$	Valor (R\$)
-----	------------------------------	------------	-----------	-------------

A	Transporte	21	R\$	10,00	R\$	107,59
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	21	R\$	31,50	R\$	661,50
C	Assistência Médica				R\$	-
D	Assistência Odontológica				R\$	-
E	Auxílio Funeral				R\$	-
Total de Benefícios mensais e diários					R\$	769,09

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º desta Instrução Normativa.

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	%	R\$
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	20,43%	R\$ 348,71
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	35,94%	R\$ 738,76
2.3	Benefícios Mensais e Diários		R\$ 769,09
TOTAL		56,37%	R\$ 1.856,56

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	%	R\$
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ 9,32
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03%	R\$ 0,62
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	4,35%	R\$ 89,42
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ 39,88
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,70%	R\$ 14,39
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,65%	R\$ 13,36
TOTAL		8,09%	R\$ 166,29

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto que por ventura venha cobrir o empregado nos casos de Ausências Legais (Submódulo 4.1) e/ou na Intrajornada (Submódulo 4.2), a depender da prestação do serviço.

Nota 2: Haverá a incidência do Submódulo 2.2 sobre esse módulo.

Submódulo 4.1 - Ausências Legais

4.1	Composição do custo de reposição do profissional ausente	%	R\$
A	Terço constitucional de férias e 13º salário do ferista $((3,03\% + 8,33\%) \div 12 = 0,95\%)$	0,95%	R\$ 35,43
B	Ausências legais e ausências por doença $((01 \div 30 \div 12) + (01 \div 30 \div 12) \times 100 = 0,56\%)$	0,56%	R\$ 20,89
C	Licença paternidade $((5 \div 30) \div 12 \times 0,075 \times 100 = 0,10\%)$	0,10%	R\$ 3,73
D	Ausência por acidente de trabalho $(15 \div 30 \div 12 \times 0,10 \times 100 = 0,42\%)$	0,42%	R\$ 15,66
E	Afastamento maternidade $((1 \div 12 \times 4) + (1,33 \div 12 \times 4)) \div 12 \times 0,0025 \times 100 = 0,02\%$	0,02%	R\$ 0,75
F	Outros (especificar)	0,00%	R\$ -
TOTAL		2,05%	R\$ 76,46

Nota: As alíneas "A" a "F" referem-se somente ao custo que será pago ao repositor pelos dias trabalhados quando da necessidade de substituir a mão de obra alocada na prestação do serviço.

Submódulo 4.2 - Intrajornada

4.2	Composição do custo de reposição do profissional ausente	%	R\$
A	Intervalo para repouso ou alimentação		R\$ -
TOTAL		0,00%	R\$ -

Nota: Quando houver a necessidade de reposição de um empregado durante sua ausência nos casos de intervalo para repouso ou alimentação deve-se contemplar o Submódulo 4.2.

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	%	R\$
4.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	2,05%	R\$ 76,46
4.2	GPS, FGTS e outras contribuições	0,00%	R\$ -
TOTAL		2,05%	R\$ 76,46

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	%	R\$
A	Uniformes		R\$ 76,50
B	Materiais		R\$ 528,85
C	Equipamentos		R\$ 33,28
D	Outros (especificar)		R\$ 750,84
TOTAL			R\$ 1.389,47

Nota: Valores mensais por empregado.

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	R\$
---	------------------------------------	---	-----

A	Custos indiretos	2,05%	R\$	106,51
B	Lucro	5,00%	R\$	265,11
C	Tributos	12,59%	R\$	801,87
	C.1. Tributos Federais (COFINS)	6,24%	R\$	397,43
	C.2 Tributos Federais (PIS)	1,35%	R\$	85,98
	C.3 Tributos Estaduais (ISS)	5,00%	R\$	318,46
	C.4 Tributos Municipais(especificar)	0,00%	R\$	-
TOTAL			R\$	1.173,49

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	R\$
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 1.706,84
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 1.856,56
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 166,29
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 76,46
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 1.389,47
Subtotal (A + B + C + D + E)		R\$ 5.195,62
E	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 1.173,49
Valor Total por Empregado		R\$ 6.369,11

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

QUADRO RESUMO

CATEGORIA	QUANTIDADE DE POSTOS	SALÁRIO BASE	VALOR DO POSTO	VALOR MENSAL POSTO	VALOR GLOBAL PARA 12 (DOZE) MESES
Copeiro	3	R\$ 1.156,09	R\$ 5.193,86	R\$ 15.581,58	R\$ 186.978,96
Garçom	2	R\$ 1.706,84	R\$ 6.369,11	R\$ 12.738,22	R\$ 152.858,64
VALOR MENSAL					R\$ 28.319,80
VALOR GLOBAL PARA 12 (DOZE) MESES					R\$ 339.837,60

CUSTO DO UNIFORME

COPEIRO					
Genero	Descrição do Uniforme	Entrega Inicial	Entrega Semestral	Preço Unitário	Preço Total Anual
COPEIRO (UNIFORME MASCULINO)	Calça social confeccionada em tecido de microfibra, na cor preta	2	2	R\$ 30,00	R\$ 120,00
	Camisa social na cor branca, de manga curta	3	3	R\$ 30,00	R\$ 180,00
	Avental inteiriço preto	1	1	R\$ 35,00	R\$ 70,00
	Pares de meias pretas	4	4	R\$ 2,00	R\$ 16,00
	Pares de sapatos em couro, na cor preta, com solado antiderrapante	2	2	R\$ 40,00	R\$ 160,00
	Cinto preto	1	1	R\$ 10,00	R\$ 20,00
TOTAL POR EMPREGADO					R\$ 47,17

COPEIRO					
Genero	Descrição do Uniforme	Entrega Inicial	Entrega Semestral	Preço Unitário	Preço Total Anual
COPEIRA (UNIFORME FEMININO)	Calça social confeccionada em tecido de microfibra, na cor preta	2	2	R\$ 30,00	R\$ 120,00
	Camisa social na cor branca, de manga curta	3	3	R\$ 30,00	R\$ 180,00
	Avental inteiriço preto	1	1	R\$ 35,00	R\$ 70,00
	Pares de meias finas na cor preta	4	4	R\$ 10,00	R\$ 80,00
	Pares de sapatos em couro, na cor preta, com solado antiderrapante	2	2	R\$ 40,00	R\$ 160,00
TOTAL POR EMPREGADO					R\$ 50,83

PREÇO MÉDIO POR EMPREGADO					R\$ 49,00
----------------------------------	--	--	--	--	------------------

GARÇOM					
Genero	Descrição do Uniforme	Entrega Inicial	Entrega Semestral	Preço Unitário	Preço Total Anual
GARÇOM (UNIFORME MASCULINO)	Paletó / blazer confeccionado em tecido de microfibra, na cor preta	2	2	R\$ 80,00	R\$ 320,00
	Colete preto, curto, na altura da cintura, abertura frontal	2	2	R\$ 35,00	R\$ 140,00
	Camisas confeccionadas em tecido 100% algodão, na cor branca, manga longa, com detalhes em piquet no peito, na gola e nos punhos	3	3	R\$ 30,00	R\$ 180,00
	Calça social confeccionada em tecido de microfibra, na cor preta	2	2	R\$ 30,00	R\$ 120,00
	Gravata borboleta preta	2	2	R\$ 10,00	R\$ 40,00
	Cinto de couro, modelo social, regulável, com fivela cromada discreta, na cor preta;	1	1	R\$ 10,00	R\$ 20,00
	Pares de meias pretas	4	4	R\$ 2,00	R\$ 16,00
	Pares de sapato social, 100% em couro, napa ou pelica, com cadarço, com solado antiderrapante, na cor preta.	2	2	R\$ 40,00	R\$ 160,00
	Par de luvas brancas	1	1	R\$ 25,00	R\$ 50,00
TOTAL POR EMPREGADO					R\$ 87,17

GARÇOM					
Genero	Descrição do Uniforme	Entrega Inicial	Entrega Semestral	Preço Unitário	Preço Total Anual
GARÇOM (UNIFORME FEMININO)	Colete social na cor preta	2	2	R\$ 35,00	R\$ 140,00
	Camisas sociais brancas de manga comprida	3	3	R\$ 30,00	R\$ 180,00
	Saias confeccionada em tecido de microfibra	2	2	R\$ 35,00	R\$ 140,00
	Lenço de pescoço na cor preta	2	2	R\$ 10,00	R\$ 40,00
	Pares de meias finas na cor preta	4	4	R\$ 10,00	R\$ 80,00
	Par de sapato social, 100% em couro, napa ou pelica, com solado antiderrapante, na cor preta.	2	2	R\$ 40,00	R\$ 160,00
	Par de luvas brancas.	1	1	R\$ 25,00	R\$ 50,00
TOTAL POR EMPREGADO					R\$ 65,83

PREÇO MÉDIO POR EMPREGADO					R\$ 76,50
----------------------------------	--	--	--	--	------------------

ANEXO II - MATERIAL DE CONSUMO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	CONSUMO MENSAL	Valor Unitário	VALOR TOTAL
1	Adoçante líquido sem aspartame	100 ml	8	R\$ 1,47	R\$ 11,76
2	Açúcar Refinado	kg	15	R\$ 2,39	R\$ 35,85
3	Açúcar Cristal	kg	30	R\$ 1,55	R\$ 46,50
4	Água mineral	20 L	528	R\$ 2,50	R\$ 1.320,00
5	Biscoito Recheado Doce	Pacote	10	R\$ 1,20	R\$ 12,00
6	Biscoito Salgado	Pacote	10	R\$ 1,08	R\$ 10,80
7	Chá em saquinhos (maça, verde, mate, camomila, cidreira, hortelã, morango, erva doce)	Embalagem com 10 caixas	20	R\$ 1,90	R\$ 38,00
8	Café torrado e moído	500 g	80	R\$ 7,00	R\$ 560,00
9	Coador de café grande de flanela (nº 5)	-	2	R\$ 4,95	R\$ 9,90
10	Copo descartável para água (compatível com o dispensador para copos descartável – 200ml - em acrílico com base em ABS e sistema para liberação de 1 copo por acionamento)	Caixa com 2500	12	R\$ 45,65	R\$ 547,80
11	Copo descartável para café	Caixa com 5000	1	R\$ 43,85	R\$ 43,85
12	Forro de Bandeja 100% vinil	Und;	2	R\$ 3,90	R\$ 7,80
VALOR TOTAL MENSAL					R\$ 2.644,26
VALOR TOTAL MENSAL DIVIDIDO PELO NUMERO DE GARÇONS E COPEIRAS (5)					528,85

ANEXO III - MATERIAL DE LIMPEZA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	CONSUMO MENSAL	Valor Unitário	VALOR TOTAL
1	Água sanitária	L	6	R\$ 1,19	R\$ 7,14
2	Álcool líquido	L	5	R\$ 3,15	R\$ 15,75
3	Balde 8L	Unidade	2	R\$ 2,61	R\$ 5,22
4	Detergente tipo multiuso	500 ml	8	R\$ 1,50	R\$ 12,00
5	Detergente	500 ml	24	R\$ 0,84	R\$ 20,16
6	Rodo 40 cm	Unidade	1	R\$ 3,86	R\$ 3,86
7	Esponja de espuma, tipo dupla face (com quatro unidades)	Pacote	5	R\$ 1,60	R\$ 8,00
8	Esponja de aço	Pacote	7	R\$ 0,85	R\$ 5,95
9	Limpa inox	500 ml	2	R\$ 9,98	R\$ 19,96
10	Pano de chão (67 X 44 cm)	-	5	R\$ 1,35	R\$ 6,75
11	Flanelas (pacote com seis)	Pacote	1	R\$ 5,40	R\$ 5,40
12	Pano de prato(55 X 80 cm)	-	2	R\$ 1,25	R\$ 2,50
13	Pasta Rosa	500g	4	R\$ 2,29	R\$ 9,16
14	Rodo 60 cm	Unidade	1	R\$ 4,89	R\$ 4,89
15	Sabão em pedra (com cinco unidades)	Pacote	2	R\$ 3,75	R\$ 7,50
16	Saco de lixo 40 L Reforçado	Fardo	1	R\$ 4,88	R\$ 4,88
17	Saco de lixo 100 L Reforçado	Fardo	1	R\$ 15,50	R\$ 15,50
18	Sapólio em pó	300g	4	R\$ 2,02	R\$ 8,08
19	Vassoura de Piaçava	Unidade	1	R\$ 3,69	R\$ 3,69
VALOR TOTAL MENSAL					R\$ 166,39
VALOR TOTAL MENSAL DIVIDIDO PELO NUMERO DE GARÇONS E COPEIRAS (5)					33,28

ANEXO IV - MATERIAIS DURÁVEIS OU PERMANENTES						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	Quantidade	Vida Útil	Valor Unitário	VALOR TOTAL
1	Açucareiro em aço inoxidável	Unidade	3	24	R\$ 29,90	R\$ 3,74
2	Bandeja Média em aço inoxidável com 40 cm de diâmetro	Unidade.	3	24	R\$ 32,00	R\$ 4,00
3	Bebedouro elétrico de coluna para garrafão, na cor branca, com sistema de refrigeração através de compressor, para ser colocado no chão, utilizando garrafão de 20l, tendo saída para água natural e gelada, com capacidade de resfriamento igual ou superior a 2.8 L/H e capacidade de água gelada igual ou superior a 2 L	Unidade	12	60	R\$ 512,00	R\$ 102,40
4	Bules para café em aço inoxidável 900 ml	Unidade	2	24	R\$ 59,90	R\$ 4,99
5	Cafeteira elétrica industrial em aço inoxidável, capacidade mínima 15L	Unidade	3	60	R\$ 1.383,00	R\$ 69,15
6	Canecão em alumínio 4L	Unidade	2	24	R\$ 28,80	R\$ 2,40
7	Canecão em alumínio 2L	Unidade	2	24	R\$ 18,78	R\$ 1,57
8	Carrinho em material resistente, com rolamentos silenciosos, para transporte de galões de água (20l)	Unidade	1	60	R\$ 199,00	R\$ 3,32
9	Carrinho bandeja em aço inoxidável, com rolamentos silenciosos, para transporte de garrafas térmicas e para servir café	Unidade	2	60	R\$ 249,90	R\$ 8,33
10	Coletor para copos (sujo) descartáveis de água (200ml), em PVC	Unidade	12	12	R\$ 22,00	R\$ 22,00
11	Colher para café em aço inoxidável	Unidade	30	12	R\$ 0,89	R\$ 2,23
12	Colher para chá em aço inoxidável	Unidade	24	12	R\$ 1,05	R\$ 2,10
13	Copo de vidro liso 300ml	Unidade	200	3	R\$ 2,16	R\$ 144,00
14	Garrafa térmica, na cor preta, sem detalhes e com capacidade para 1,0 L	Unidade	40	12	R\$ 22,00	R\$ 73,33
15	Garrafa térmica, na cor preta, sem detalhes e com capacidade para 1,8 L	Unidade	40	12	R\$ 36,00	R\$ 120,00
16	Jarra para água em vidro com 1,8 L	Unidade	2	12	R\$ 82,00	R\$ 13,67
17	Máquina para bebidas quentes, com insumos compatíveis com a máquina, que deverão ser de primeira qualidade, com a rigorosa observância dos prazos de validade, para café, café expresso, café com leite, cappuccino, chá, leite caramelizado e chocolate para 1.400 doses mensais, por máquina.	Doses	2800	1	R\$ 1,00	R\$ 2.800,00
18	Suporte para copos descartáveis em acrílico com base em ABS e sistema para liberação de 01 copo por acionamento (alavanca) para 80 copos (200ml).	Unidade	12	12	R\$ 25,90	R\$ 25,90
19	Suporte em aço inoxidável para copo de vidro com 8 cm de diâmetro	Unidade	50	12	R\$ 1,82	R\$ 7,58
20	Lata para mantimentos de 05L	Unidade	3	12	R\$ 26,90	R\$ 6,73
21	Lata para mantimentos de 03L	Unidade	3	12	R\$ 17,50	R\$ 4,38
22	Xícara de chá com pires em porcelana	Dúzia	3	3	R\$ 98,64	R\$ 98,64
23	Xícara de café com pires em porcelana	Dúzia	10	3	R\$ 60,72	R\$ 202,40
24	Forro de mesa 1,50x1,50	Unidade	4	3	R\$ 11,00	R\$ 14,67
25	Ponto Biometrico	Unidade	1	60	R\$ 1.000,00	R\$ 16,67
VALOR TOTAL MENSAL						R\$ 3.754,20
VALOR TOTAL MENSAL DIVIDIDO PELO NUMERO DE GARÇONS E COPEIRAS (5)						750,84

TOTAL MENSAL DE DOSES					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	Quantidade	Valor Total	Valor Unitário
1	Franquia Mensal (2 máquinas)	Doses	2800	R\$ 2.800,00	R\$ 1,00
2	Excedente Máximo Estimado a ser atingido por mês (2 máquinas)	Doses	2.801 a 10.000	R\$	1,00

PROPOSTA COMERCIAL

Brasília, 11 de Setembro de 2018.

A

WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS

Prezado,

Temos a satisfação de apresentar a nossa proposta para fornecimento do **Sistema Pop Machine – Bebidas Quentes**, a maneira mais prática e agradável de oferecer bebidas e lanches.



Colibri (C5) Máquina italiana semiautomática de bebidas quentes. Respeitando as mais rígidas normas internacionais prepara bebidas em doses unitárias evitando o desperdício de produtos e minimizando o tempo gastos nas operações. Baixo custo por dose e total qualidade em todas as bebidas fornecidas.



O Sistema utiliza café em grãos, leite desnatado, chocolate, chá de limão, o que vem demonstrando um alto grau de satisfação de nossos clientes. Nosso equipamento oferece as seguintes opções de bebidas: **Café Expresso curto, Café Expresso longo, Café com Leite, Cappuccino, Chocolate, Leite e Chá de Limão.**

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

Alimentação:

- ❖ Rede hidráulica ou reservatório;
- ❖ Tensão Elétrica: 220 V;
- ❖ Potência: 1,3 kW;
- ❖ Dimensões:
- ❖ Altura: 650 mm;
- ❖ Largura: 410 mm;
- ❖ Profundidade: 490 mm;
- ❖ Peso: 33 kg.

Apresentamos a Vossa Senhoria nossa proposta, pelo preço total global de R\$ 21.360,00 (Vinte e um mil, trezentos e sessenta reais) nos termos da Planilha de Formação de Preços, conforme abaixo:

Grupo	Descrição do serviço	Quantidade de dose mensal	Valor excedentes	Valor unitário da dose	Custo Mensal
2	Locação, instalação e manutenção de 2 máquinas automáticas de fornecimento de café e bebidas quentes, compreendendo o emprego do equipamento, materiais e insumos necessários à execução no fornecimento.	1.400	R\$ 0,80	R\$ 0,80	R\$ 2.740,00

- a) Declaramos que nos preços propostos estão incluídas todas as despesas com material, mão-de-obra, taxas, tributos, encargos sociais e demais obrigações necessárias ao completo desempenho dos serviços;
- b) O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, contados da data de entrega da proposta.
- c) A proponente declara, ao apresentar a proposta, que se submete a todas as condições solicitadas via e-mail,

Segue tabela com os dados da Empresa.

Razão Social	ACP DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS E ALIMENTOS LTDA ME				
CNPJ (MF) nº:	00.952.617/0001-07				
Inscrição Estadual nº:	07.356.564/001-77 - DF				
Inscrição Municipal nº:	07.356.564/001-77 - DF				
Endereço:	2ª AVENIDA 421/427-A LOJA 02 – CEP 71715-070				
Telefone:	61-3386-3582				
Cidade:	NÚCLEO BANDEIRANTE	UF:	DF		
Banco:	BRB	Agência:	204	Conta C.:	026920-1

Dados do Representante para fim de apresentação da proposta e assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente:

Nome:	CARLOS HENRIQUE LEITE E PIMENTA		
CPF:	224.566.431-00	Cargo/Função:	DIRETOR COMERCIAL
Carteira de Identidade:	512.063	Expedido por:	SSP/DF
Nacionalidade	BRASILEIRO	Estado Civil	DIVORCIADO
Endereço:	2ª AV. LOTE 421/427-A LOJA 2 – Núcleo Bandeirante/DF		
Telefone:	61-3386-3582		
Endereço Eletrônico:	Popmachine.acp@gmail.com		

Atenciosamente,


Carlos Henrique Leite Pimenta
DIRETOR COMERCIAL
CPF: 224.566.431-00

CARLOS HENRIQUE LEITE PIMENTA
Diretor Comercial

SÉTIMA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL

WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA - EPP

RENATO MARINHO DE ARAÚJO, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, comerciante, natural de Porangatu-GO., nascido no dia 30 de novembro de 1978, filho de Amadeus Marinho de Araújo e de Jesuina de Fátima Araújo, portador da Carteira de Identidade RG nº. 1.585.422 expedida pela SSP/DF., da Carteira Nacional de Habilitação-CNH nº. 00157091579 expedida pelo Detran/DF., em 03 de janeiro de 2003 e CPF nº. 793.799.661-72, residente e domiciliado a QS 08 Conjunto 410 Bloco A Casa 31 Águas Claras-DF., Cep: 71973-540 e

MARIA ROSANGELA ALVES CAETANO, brasileira, solteira, empresária, natural de Parnaíba-PI, nascida no dia 05 de dezembro de 1981, filha de Antonio Caetano Veras e de Antonia Alves Caetano, portadora da Carteira de Identidade RG nº. 2.281.836 expedida pela SSP/DF., em 06 de maio de 2009 e do CPF nº. 989.376.771-72, residente e domiciliada a Quadra 70 Lote 180-A Casa 02 Setor de Mansões Santo Antonio do Descoberto-GO., Cep: 72900-000, únicos sócios componentes da sociedade, que gira nesta praça de Brasília-DF., sob a Denominação Social de **WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA - EPP**, com sede a ADE Conjunto 10 Lotes 10/11 Galpão Águas Claras-DF., Cep: 71986-180, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda CNPJ sob nº 06.091.637/0001-17, com seu Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Distrito Federal sob nº 5320122999.8 por despacho de 08 de janeiro de 2004, resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito alterar e consolidar a sociedade limitada e o fazem por este instrumento de conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A atividade da empresa passa nesta data para:

Serviços de limpeza e conservação, garçom, copeiragem, porteiro, recepcionista, fiscal de piso, lavanderia, jardinagem, carregador, supervisor e encarregado geral, secretária, ascensorista, açougueiro, apoio administrativo, mensageiro, frentista, pedreiro, eletricitista, bombeiro hidráulico, bombeiro mecânico, motociclista, motorista (categorias A,B,C,D,E), segurança veículos automotivos, manobrista, encarregado de motoristas, cozinheiro, ajudante de cozinha, chefe de cozinha, nutricionista, culinária, buffet, fornecimento de comida, promoção e eventos, brigadista de incêndio, terceirização de mão de obra em geral;

Serviços de engenharia civil, elétrica, hidráulica, mecânica, construção e reformas de edifícios comerciais e residenciais, serviços auxiliares da construção civil; fiscalização de obras civis, estudos, projetos e execução de instalação som ambiente e instalação eletrônica (comercialização e distribuição de produtos), telefonia móvel e telefonia fixa (instalação, manutenção e fornecimento de aparelhos) inspeção, venda e instalação de aparelho de ar condicionado; instalação e manutenção de grama sintética, manutenção e planejamento de serviços, prevenção combate a incêndio/brigadista, obras civis de terraplanagem, pavimentação, asfalto, instalação de paralelepípedo, meio fio, confecção e instalação de placa e sinalização de trânsito; paisagismo, construção e reforma de praça e canteiros, sistema de drenagem pluvial, industrial, saneamento, sistema de esgoto sanitário, tratamento de água, obras civis de saneamento; e demais serviços inerentes ao ramo.



Aluguel de carros particulares com ou sem motorista, aluguel de ônibus e caminhão com ou sem motorista, transporte de cargas interno e interestadual, transporte de pessoas interno e interestadual, fornecimentos de tratores máquinas e implementos com ou sem maquinista, locação e manutenção de equipamentos permanentes; locação, montagem e desmontagem de stands e projetos em feiras e exposições; locação de aeronave; locação de máquinas de escavação, terraplenagem e agrícola; locação de gerador elétrico, locação de sonda de perfuração e produção, locação de andaimes, manutenção, reforma e instalação de prevenção combate incêndio;

Serviço especializado em assistência social; consultoria e assessoria, segurança do trabalho; propaganda e publicidade, serviços de impressão gráfica;

Comércio de produtos alimentícios em geral e conservas; artigos de cama, mesa, banho, copa e cozinha; artigos esportivos, recreativos e campanha; roupas, calçados, bolsas e acessórios de vestuário; ferramentas e utensílios de curta duração para uso na agricultura, obras civis e oficinas; materiais de construção, acabamento, hidráulico e elétrica; materiais para agropecuária, cutelaria, zootecnia, materiais para alfaiataria e capotaria; material de expediente e ensino; material de cinematografia, fotografia, radiologia, radiofonia e telecomunicações; materiais para limpeza, conservação, higiene e cosméticos; materiais para sinalização, identificação, segurança e proteção individual e de trânsito; materiais, utensílios e equipamentos de uso hospitalar, clínicos, odontológicos, de laboratórios e de primeiros socorros; peças, serviços e acessórios para veículos automotores de grande e pequeno porte e motos; materiais para utilização em gráficas; aparelhos e equipamentos técnicos para medição, orientação e controle; equipamentos de prevenção, proteção, segurança, patrulhamento e socorro; equipamentos, software e utensílio de informática, processamento de dados e microfilmagem; instrumentos musicais, artísticos e coleções; materiais bibliográficos, discotecas e filmotecas; máquinas, ferramentas e utensílios; objetos e peças para decoração; máquinas, serviços, equipamentos e utensílios para coleta e transporte de lixo, reciclagem de resíduos em geral; materiais e embarcações marítimas; fornecimento e distribuição de leite, fornecimento e distribuição de pão; e demais produtos inerentes ao ramo, sem estoque no local.

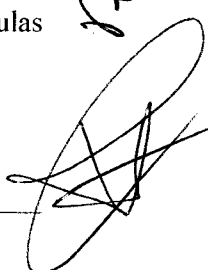
CLÁUSULA SEGUNDA

Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de suas administrações, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

Parágrafo Único – Fica previsto, caso necessário para demonstração da situação contábil da empresa, a elaboração de Balanço Patrimonial Intermediário, contendo todas as demonstrações contábeis condensadas de um período inferior ao exercício social completo.

CONSOLIDAÇÃO:

E por estarem justos e contratados, resolvem proceder à consolidação das disposições contratuais, passando a sociedade a ser regida pelas cláusulas seguintes:

Prozengulu


RENATO MARINHO DE ARAÚJO, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, comerciante, natural de Porangatu-GO., nascido no dia 30 de novembro de 1978, filho de Amadeus Marinho de Araújo e de Jesuina de Fátima Araújo, portador da Carteira de Identidade RG nº. 1.585.422 expedida pela SSP/DF., da Carteira Nacional de Habilitação-CNH nº. 00157091579 expedida pelo Detran/DF., em 03 de janeiro de 2003 e CPF nº. 793.799.661-72, residente e domiciliado a QS 08 Conjunto 410 Bloco A Casa 31 Águas Claras-DF., Cep: 71973-540 e

MARIA ROSANGELA ALVES CAETANO, brasileira, solteira, empresária, natural de Parnaíba-PI, nascida no dia 05 de dezembro de 1981, filha de Antonio Caetano Veras e de Antonia Alves Caetano, portadora da Carteira de Identidade RG nº. 2.281.836 expedida pela SSP/DF., em 06 de maio de 2009 e do CPF nº. 989.376.771-72, residente e domiciliada a Quadra 70 Lote 180-A Casa 02 Setor de Mansões Santo Antonio do Descoberto-GO., Cep: 72900-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA

A sociedade gira sob a Denominação Social de **WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA - EPP.**, com sede a ADE Conjunto 10 Lotes 10/11 Galpão Águas Claras-DF., Cep: 71986-180.

CLÁUSULA SEGUNDA

A sociedade tem o objetivo de:

Serviços de limpeza e conservação, garçom, copeiragem, porteiro, recepcionista, fiscal de piso, lavanderia, jardinagem, carregador, supervisor e encarregado geral, secretária, ascensorista, açougueiro, apoio administrativo, mensageiro, frentista, pedreiro, eletricista, bombeiro hidráulico, bombeiro mecânico, motociclista, motorista (categorias A,B,C,D,E), segurança veículos automotivos, manobrista, encarregado de motoristas, cozinheiro, ajudante de cozinha, chefe de cozinha, nutricionista, culinária, buffet, fornecimento de comida, promoção e eventos, brigadista de incêndio, terceirização de mão de obra em geral;

Serviços de engenharia civil, elétrica, hidráulica, mecânica, construção e reformas de edifícios comerciais e residenciais, serviços auxiliares da construção civil; fiscalização de obras civis, estudos, projetos e execução de instalação som ambiente e instalação eletrônica (comercialização e distribuição de produtos), telefonia móvel e telefonia fixa (instalação, manutenção e fornecimento de aparelhos) inspeção, venda e instalação de aparelho de ar condicionado; instalação e manutenção de grama sintética, manutenção e planejamento de serviços, prevenção combate a incêndio/brigadista, obras civis de terraplanagem, pavimentação, asfalto, instalação de paralelepípedo, meio fio, confecção e instalação de placa e sinalização de trânsito; paisagismo, construção e reforma de praça e canteiros, sistema de drenagem pluvial, industrial, saneamento, sistema de esgoto sanitário, tratamento de água, obras civis de saneamento; e demais serviços inerentes ao ramo.

Aluguel de carros particulares com ou sem motorista, aluguel de ônibus e caminhão com ou sem motorista, transporte de cargas interno e interestadual, transporte de pessoas interno e interestadual, fornecimentos de tratores máquinas e implementos com ou sem maquinista, locação e manutenção de equipamentos permanentes; locação, montagem e desmontagem de stands e projetos em feiras e exposições; locação de aeronave; locação de máquinas de escavação, terraplanagem e agrícola; locação de gerador elétrico, locação de sonda de perfuração e produção, locação de andaimes, manutenção, reforma e instalação de prevenção combate incêndio;

ROSANGELA

Serviço especializado em assistência social; consultoria e assessoria, segurança do trabalho; propaganda e publicidade, serviços de impressão gráfica;

Comércio de produtos alimentícios em geral e conservas; artigos de cama, mesa, banho, copa e cozinha; artigos esportivos, recreativos e campanha; roupas, calçados, bolsas e acessórios de vestuário; ferramentas e utensílios de curta duração para uso na agricultura, obras civis e oficinas; materiais de construção, acabamento, hidráulico e elétrica; materiais para agropecuária, cutelaria, zootecnia, materiais para alfaiataria e capotaria; material de expediente e ensino; material de cinematografia, fotografia, radiologia, radiofonia e telecomunicações; materiais para limpeza, conservação, higiene e cosméticos; materiais para sinalização, identificação, segurança e proteção individual e de trânsito; materiais, utensílios e equipamentos de uso hospitalar, clínicos, odontológicos, de laboratórios e de primeiros socorros; peças, serviços e acessórios para veículos automotores de grande e pequeno porte e motos; materiais para utilização em gráficas; aparelhos e equipamentos técnicos para medição, orientação e controle; equipamentos de prevenção, proteção, segurança, patrulhamento e socorro; equipamentos, software e utensílio de informática, processamento de dados e microfilmagem; instrumentos musicais, artísticos e coleções; materiais bibliográficos, discotecas e filмотecas; máquinas, ferramentas e utensílios; objetos e peças para decoração; máquinas, serviços, equipamentos e utensílios para coleta e transporte de lixo, reciclagem de resíduos em geral; materiais e embarcações marítimas; fornecimento e distribuição de leite, fornecimento e distribuição de pão; e demais produtos inerentes ao ramo, sem estoque no local.

CLÁUSULA TERCEIRA

A sociedade teve o início de suas atividades no dia 01 de dezembro de 2003 e seu prazo de duração será por tempo indeterminado.

CLÁUSULA QUARTA

O Capital Social é de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), totalmente dividido em quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando 500.000 (quinhentas mil) quotas, totalmente subscritas e integralizadas neste ato e em moeda corrente do país, por todos os sócios e fica distribuído da seguinte forma:

SUBSCRITOR	QUOTAS	VALOR EM R\$	%
RENATO MARINHO DE ARAÚJO	250.000	250.000,00	50
MARIA ROSANGELA ALVES CAETANO	250.000	250.000,00	50
TOTAL	500.000	500.000,00	100

CLÁUSULA QUINTA

A responsabilidade de cada sócio é restrito ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

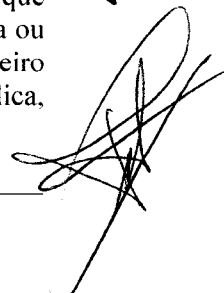
CLÁUSULA SEXTA

A administração da sociedade caberá a todos os sócios, que assinarão em conjunto, com os poderes e atribuições de Administradores, com autorização do uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

Parágrafo Único – Fica vedado aos sócios constituir ou administrar outras empresas com o mesmo segmento de atividade, sob a pena de indenização financeira.

CLÁUSULA SÉTIMA

Os Administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Rosângela


CLÁUSULA OITAVA

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA NONA

Falecendo ou interdito qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotados em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA

Ao término da cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de suas administrações, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

Parágrafo Único – Fica previsto, caso necessário para demonstração da situação contábil da empresa, a elaboração de Balanço Patrimonial Intermediário, contendo todas as demonstrações contábeis condensadas de um período inferior ao exercício social completo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão o administrador, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de “pró-labore”, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

Nos casos previstos nesta cláusula os haveres dos sócios serão pagos em 12 (doze) parcelas, iguais mensais e sucessivas, corrigidas monetariamente, vencendo-se a primeira 30 (trinta) dias após a realização do Balanço Geral Extraordinário.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

Os sócios declaram sob as penas da Lei que não estão inclusos em nenhum crime cuja pena vede o acesso à atividade mercantil.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

Os administradores deverão apresentar mensalmente um balancete sobre toda a movimentação financeira da sociedade até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

Os sócios responderão solidariamente por crimes praticados contra a sociedade nos âmbitos: criminal, civil, trabalhista e tributário.

Parágrafo Único – Se comprovado atos ilícitos praticados por qualquer uma das partes, a mesma deverá indenizar o outro sócio, sob pena de responder judicialmente pelo seu ato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

Fica vedado atos de nepotismo na sociedade, salvo com o consentimento expresso do outro sócio.


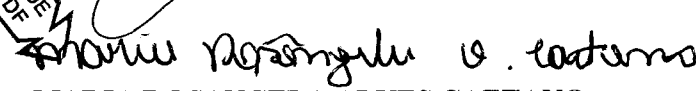
CLÁUSULA DÉCIMA NONA

Fica eleito o foro de Brasília-DF., para dirimir quaisquer questões atinentes ao presente instrumento, seja qual for o domicílio dos contratantes.


Handwritten signature and scribble.


E por estarem de comum acordo, justos e contratados assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas.

Brasília-DF., 15 de Outubro de 2014.


5º OFÍCIO DE NOTAS - DF
RENATO MARINHO DE ARAÚJO

5º OFÍCIO DE NOTAS - DF
MARIA ROSANGELA ALVES CAETANO

TESTEMUNHAS:


RAFAEL DE LIMA
RG - 1.989.976 SSP/DF
CPF - 889.193.401-10

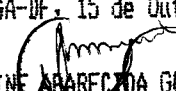

RODRIGO VINÍCIUS DE LIMA
RG - 1.435.627 SSP/DF
CPF - 599.213.581-20


Juliete da Silva


5º OFÍCIO DE NOTAS DE TAGUATINGA
DNA 04, LOTES 32/34 TAGUATINGA - DF
Telefone: 61-3961-8900 Fax: 61-3351-6992

Reconheço por AUTENTICIDADE a(s) firma(s)
CHs4P2Zp21-RENATO MARINHO DE ARAUJO.....
CHs4PUJ221-MARIA ROSANGELA ALVES CAETANO.....
Selo Digital TJDF20140100796886YSAZ e
TJDF20140100796887JJIM

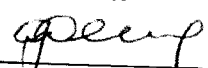
Em testemunho da verdade.
TAGUATINGA-DF, 15 de Outubro de 2014


KATRINE APARECIDA GOMES BELO
ESCREVENTE AUTORIZADA


Alisson Escorciô Melo
Escraventa


JUNTA COMERCIAL DO DISTRITO FEDERAL
CERTIFICO O REGISTRO EM: 21/10/2014 SOB N.: 20140828486
Protocolo: 14/082848-6, DE 16/10/2014

Empresa: 53 2 0122999-8
WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E
SERVIÇOS LTDA EPP


GISELA SIMIEMA CESCHIN
PRESIDENTE



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVICOS LTDA

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 06.091.637/0001-17

Certidão nº: 158270601/2018

Expedição: 13/09/2018, às 15:52:47

Validade: 11/03/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVICOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **06.091.637/0001-17**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 06.091.637/0001-17 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 08/01/2004
NOME EMPRESARIAL WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVICOS LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVICOS	PORTE ME	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 47.55-5-03 - Comercio varejista de artigos de cama, mesa e banho 47.29-6-99 - Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente 47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios 47.44-0-01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas 47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria 46.86-9-02 - Comércio atacadista de embalagens 47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral 47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo 47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico 96.01-7-01 - Lavanderias 46.79-6-99 - Comércio atacadista de materiais de construção em geral 41.20-4-00 - Construção de edifícios 78.20-5-00 - Locação de mão-de-obra temporária 38.11-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos 38.12-2-00 - Coleta de resíduos perigosos		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO A ADE CONJUNTO 10 LOTES	NÚMERO 10/11	COMPLEMENTO GALPAO
CEP 71.986-180	BAIRRO/DISTRITO AGUAS CLARAS	MUNICÍPIO BRASILIA
UF DF		ENDEREÇO ELETRÔNICO
TELEFONE (61) 3354-1967		ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 23/10/2004	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **13/09/2018** às **15:54:04** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CADASTRO FISCAL DO DISTRITO FEDERAL
**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
NO CADASTRO FISCAL DO DISTRITO FEDERAL
- DIF**

CF/DF	CPF/CNPJ
07.524.832/001-98	06.091.637/0001-17
Data da Concessão da Inscrição	
10/08/2009	

Denominação social			
WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVICOS LTDA EPP			
Título do Estabelecimento - Nome Fantasia			
WR COML DE ALIMENTOS E SERVICOS			
Natureza Jurídica/Tipo de Contribuinte			
SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA			
Qualificação do Contribuinte		FAC - Número do Protocolo	
ISS E ICMS		819-15463/61	
Regime de Tributação do ISS	Faixa do ISS	Data de enquadramento no ISS	
REGIME NORMAL DE APURACAO	XX	01/01/2011	
Regime de Tributação do ICMS	Faixa do ICMS	Data de enquadramento no ICMS	
REGIME NORMAL DE APURACAO	XX	01/01/2011	
Descrição Atividade Econômica do ISS	Código da Atividade - ISS	Data de Início de Atividade - ISS	
SERVICOS COMBINADOS DE ESCRITORIO E APOIO ADMINISTRATIVO	N8211-3/00-00	01/01/2011	
Descrição da Atividade Econômica do ICMS	Código da Atividade - ICMS	Data de Início de Atividade - ICMS	
COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EM GERAL OU ESPECIALIZADO EM PRODUTOS ALIMENTICIOS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	G4729-6/99-00	01/01/2011	
Endereço			
ADE CONJUNTO 10 LOTE 10/11 GALPAO			
Bairro	Cidade	UF	CEP
AGUAS CLARAS	BRASILIA	DF	71.986-180
Situação Cadastral	Data		
ATIVA	05/12/2017		

Este documento foi emitido no dia 05/12/2017 às 15:15:30 na Internet pelo portal Agência@Net e poderá ser reimpresso no endereço <http://www.fazenda.df.gov.br/agencianet/publica/LoginImprimirdif.asp>



Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 06.091.637/0001-17
Razão Social: WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVICOS LTDA
Nome Fantasia: WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVICOS
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 29/07/2019

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	18/12/2018
FGTS	Validade:	19/09/2018
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	28/01/2019

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	03/12/2018
Receita Municipal (Isento)		

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2019

Esta declaração é uma simples consulta e não tem efeito legal

Emitido em: 13/09/2018 15:51

CPF: 793.799.661-72 Nome: RENATO MARINHO DE ARAUJO

Ass: _____

WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA EPP
CNPJ: 06.091.637/0001-17 NIRE: 5320122999.8 em 08/01/2004

Folha: 0802
Emissão: 16/05/2018
Em 31 de Dezembro de 2017

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO

ATIVO CIRCULANTE		25.759.083,20
CAIXA	21.352,25	
BANCO C/ MOVIMENTO	678,98	
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	116.908,42	
CLIENTES	5.036.486,39	
OUTROS CRÉDITOS	16.742.995,76	
IMPOSTOS A RECUPERAR	3.506.788,27	
ESTOQUES	101.643,53	
DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	232.229,60	
ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.033.245,69
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	258.023,33	
TÍTULOS A RECEBER	58.015,83	
INVESTIMENTOS	200.007,50	
IMOBILIZADO		1.327.219,98
IMÓVEIS	269.471,94	
MOVEIS E UTENSÍLIOS	34.270,25	
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	470.569,13	
VEÍCULOS	481.309,91	
INSTALAÇÕES	3.000,00	
COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	68.598,75	
(-) DEPRECIAÇÕES		(551.997,62)
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	(551.997,62)	
TOTAL DO ATIVO		26.792.328,89

WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA EPP
Renato Marinho de Araújo
CPF: 793.799.661-72
Sócio Administrador

Rodrigo Vinicius de Lima
CONTADOR
CRC-DF 013791-1
ESCRICONTAL CONTABILIDADE LTDA
02.818.002/0001-18 - 00778-DF
Rodrigo Vinicius de Lima - CONTADOR
013791/O-DF - OPF: 599.213.581-20
ESCRICONTAL CONTABILIDADE LTDA
QND 02-LOTE 20-SALA 203/204
CEP 72.120-020 YAGUATINGA - DF (TEL. 3351-4971)
CRC-DF 778 - CNPJ 02.818.002/0001-18

A.D.E Conjunto 10 - Lote 10/11 - Sala 102 a 104 - Águas Claras - DF
E-mail: licitacao@wrcomercial.com.br



Junta Comercial do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1072199 em 01/06/2018 da Empresa WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA EPP, Nire 53201229998 e protocolo 181648679 - 18/05/2018. Autenticação: 34F54EAE15C39A2292C37598210E2C946FF. Saulo Izidorio Vieira - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jcdf.mdic.gov.br> e informe nº do protocolo 18/164.867-9 e o código de segurança aeF8 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/06/2018 por Saulo Izidorio Vieira - Secretário-Geral.

Saulo Izidorio Vieira
SAULO IZIDORIO VIEIRA
SECRETÁRIO GERAL

WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA EPP
CNPJ: 06.091.637/0001-17 NIRE: 5320122999.8 em 08/01/2004

Folha: 0803
Emissão: 16/05/2018
Em 31 de Dezembro de 2017


BALANÇO PATRIMONIAL

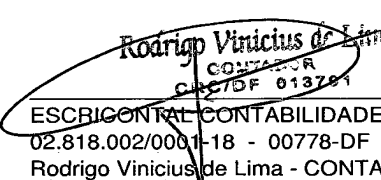
PASSIVO

PASSIVO CIRCULANTE		12.610.557,59
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	3.680.216,07	
FORNECEDORES NACIONAIS	1.194.078,41	
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR	2.124.473,29	
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS A RECOLHER	2.659.529,92	
PROVISÕES TRABALHISTAS	2.816.126,91	
OUTRAS OBRIGAÇÕES	136.132,99	
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		101.475,88
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	101.475,88	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		14.080.295,42
CAPITAL SOCIAL	500.000,00	
RESERVA ESPECIAL	10.296.360,90	
RESERVAS DE LUCROS A REALIZAR	1.864.593,61	
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.419.340,91	
TOTAL DO PASSIVO		26.792.328,89

Reconhecemos a exatidão e veracidade do presente Balanço Patrimonial, somando o Ativo e Passivo, a importância de R\$ 26.792.328,89, resultado da escrituração durante o exercício de 2017, na conformidade dos documentos apresentados à contabilidade até a presente data.

BRASÍLIA, DF., 31 DE DEZEMBRO DE 2017


WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA EPP
Renato Marinho de Araújo
CPF: 793.799.661-72
Sócio Administrador


Rodrigo Vinicius de Lima
CONTADOR
CRC/DF 013791
ESCRICONTAL CONTABILIDADE LTDA
02.818.002/0001-18 - 00778-DF
Rodrigo Vinicius de Lima - CONTADOR
013791/O-DF - CPF: 599.213.581-20
ESCRICONTAL CONTABILIDADE LTDA
QND 02-LOTE 20-SALA 203/204
CEP 72.120-020 TAGUATINGA - DF (TEL. 3351-4971)
CRC-DF 778 - CNPJ 02.818.002/0001-18

A.D.E Conjunto 10 - Lote 10/11 - Sala 102 a 104 - Águas Claras - DF
E-mail: licitacao@wrcomercial.com.br



Junta Comercial do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1072199 em 01/06/2018 da Empresa WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA EPP, Nire 53201229998 e protocolo 181648679 - 18/05/2018. Autenticação: 34F54EAE15C39A2292C37598210E2C946FF. Saulo Izidorio Vieira - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jcdf.mdic.gov.br> e informe nº do protocolo 18/164.867-9 e o código de segurança aeF8 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/06/2018 por Saulo Izidorio Vieira - Secretário-Geral.


SAULO IZIDORIO VIEIRA
SECRETÁRIO GERAL

WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA EPP
CNPJ: 06.091.637/0001-17 NIRE: 5320122999.8 em 08/01/2004

Folha: 0804

Emissão: 16/05/2018

Período de 01/01/2017 até 31/12/2017

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DE EXERCÍCIO

RECEITA OPERACIONAL BRUTA	78.940.154,06
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	(11.234.901,91)
RECEITA LIQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	67.705.252,15
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	418.520,99
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	68.123.773,14
(-) CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	(60.346.112,41)
LUCRO BRUTO	7.777.660,73
DESPESAS OPERACIONAIS	(3.058.239,49)
ADMINISTRATIVAS	(1.418.436,01)
DESPESAS COM PESSOAL	(1.107.917,73)
ENCARGOS SOCIAIS	(184.989,08)
DESPESAS TRIBUTARIAS	(225.364,57)
DEPRECIACÕES	(121.532,10)
RESULTADOS FINANCEIROS	(1.004.795,62)
DESPESAS FINANCEIRAS	(1.314.259,73)
RECEITAS FINANCEIRAS	309.464,11
RESULTADO OPERACIONAL	3.714.625,62
RECEITAS E DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	26.500,00
RESULTADO DO PERÍODO ANTES DA CSLL E IRPJ	3.741.125,62
PROVISÃO PARA CSLL	(1.046.687,83)
PROVISÃO PARA IRPJ	(385.447,62)
RESULTADO DO PERÍODO DEPOIS DA CSLL E IRPJ	2.308.990,17
DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS	(889.649,26)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	1.419.340,91

Reconhecemos a exatidão e veracidade da presente Demonstração do Resultado do Exercício, apresentando um resultado na importância de R\$ 1.419.340,91, em decorrência das operações da Empresa, escrituradas durante o exercício de 2017,

na conformidade dos documentos apresentados à contabilidade até a presente data.

BRASÍLIA, DF., 31 DE DEZEMBRO DE 2017

WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA EPP
Renato Marinho de Araújo
CPF: 793.799.661-72
Sócio Administrador

Rodrigo Vinicius de Lima
CONTADOR
CRC-DF 013791
ESCRITORIAL CONTABILIDADE LTDA
02.818.002/0001-18 - 00778-DF
Rodrigo Vinicius de Lima - CONTADOR
013791/O-DF - CPF: 599.213.581-20

A.D.E Conjunto 10 - Lote 10/11 - Sala 102 a 104 - Águas Claras - DF

E-mail: licitacao@wrcomercial.com.br

ESCRITORIAL CONTABILIDADE LTDA
CND 02-LOTE 20-SALA 203/204
CEP 72.120-020 TAGUATINGA - DF (TEL. 3351-4971)
CRC-DF 778 - CNPJ 02.818.002/0001-18



Junta Comercial do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1072199 em 01/06/2018 da Empresa WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVICOS LTDA EPP, Nire 53201229998 e protocolo 181648679 - 18/05/2018. Autenticação: 34F54EAE15C39A2292C37598210E2C946FF. Saulo Izidorio Vieira - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jcdf.mdic.gov.br> e informe nº do protocolo 18/164.867-9 e o código de segurança aeF8 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/06/2018 por Saulo Izidorio Vieira - Secretário-Geral.

Saulo Izidorio Vieira
SAULO IZIDORIO VIEIRA
SECRETÁRIO GERAL

WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA EPP
CNPJ: 06.091.637/0001-17 NIRE: 5320122999.8 em 08/01/2004

Folha: 0805
Emissão: 16/05/2018
Período de 01/01/2017 até 31/12/2017

DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS

SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	1.788.172,77
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	76.420,84
PARCELA DE LUCROS INCORPORADAS AO CAPITAL	-
CORREÇÃO MONETÁRIA	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 01/01/2017 A 31/12/2017	2.308.990,17
DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS DOS SÓCIOS	(889.649,26)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	3.283.934,52

Reconhecemos a exatidão e veracidade da presente Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados apresentando um resultado na importância de R\$ 3.283.934,52 em decorrência das operações da Empresa, escrituradas durante o exercício de 2017, na conformidade dos documentos apresentados à contabilidade até a presente data.

BRASÍLIA, DF., 31 DE DEZEMBRO DE 2017

WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA EPP
Renato Marinho de Araújo
CPF: 793.799.661-72
Sócio Administrador

Rodrigo Vinicius de Lima
CONTADOR
013791/O-DF - CPF: 599.213.581-20
ESCRICONTAL CONTABILIDADE LTDA
02.818.002/0001-18 - 00778-DF
Rodrigo Vinicius de Lima - CONTADOR
013791/O-DF - CPF: 599.213.581-20
ESCRICONTAL CONTABILIDADE LTDA
QND 02-LOTE 20-SALA 203/204
CEP 72.120-020 TAGUATINGA - DF (TEL. 3351-4971)
CRC-DF 778 - CNPJ 02.818.002/0001-18

A.D.E Conjunto 10 - Lote 10/11 - Sala 102 a 104 - Águas Claras - DF
E-mail: licitacao@wrcomercial.com.br



Junta Comercial do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1072199 em 01/06/2018 da Empresa WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVICOS LTDA EPP, Nire 53201229998 e protocolo 181648679 - 18/05/2018. Autenticação: 34F54EAE15C39A2292C37598210E2C946FF. Saulo Izidorio Vieira - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jcdf.mdic.gov.br> e informe nº do protocolo 18/164.867-9 e o código de segurança aeF8 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/06/2018 por Saulo Izidorio Vieira - Secretário-Geral.

Saulo Izidorio Vieira
SAULO IZIDORIO VIEIRA
SECRETÁRIO GERAL

WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA EPP
CNPJ: 06.091.637/0001-17 NIRE: 5320122999.8 em 08/01/2004

Folha: 0806
Emissão: 16/05/2018
Período de 01/01/2017 até 31/12/2017

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	12.584.533,67
CAPITAL SOCIAL	500.000,00
RESERVA DE LUCROS A REALIZAR	1.788.172,77
RESERVA ESPECIAL	10.296.360,90
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	76.420,84
(-) PREJUÍZOS ACUMULADOS	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE 01/01/2017 A 31/12/2017	1.419.340,91
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO 2017	14.080.295,42

Reconhecemos a exatidão e veracidade da presente Demonstração de Mutação do Patrimônio Líquido, apresentando um resultado na importância de R\$ 14.080.295,42 em decorrência das operações da Empresa, escrituradas durante o exercício de 2017, na conformidade dos documentos apresentados à contabilidade até a presente data.

BRASÍLIA, DF., 31 DE DEZEMBRO DE 2017

WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA EPP
Renato Marinho de Araujo
CPF: 793.799.661-72
Sócio Administrador

Rodrigo Vinicius de Lima
CONTADOR
CRC/DF 01378
ESCRICONTAL CONTABILIDADE LTDA
02.818.002/0001-18 - 00778-DF
Rodrigo Vinicius de Lima - CONTADOR
013791/O-DF - CPF: 599.213.581-20
ESCRICONTAL CONTABILIDADE LTDA
QND 02-LOTE 20-SALA 203/204
CEP 72.120-020 TAGUATINGA - DF (TEL. 3351-4971)
CRC-DF 778 - CNPJ 02.818.002/0001-18

A.D.E Conjunto 10 - Lote 10/11 - Sala 102 a 104 - Águas Claras - DF
E-mail: licitacao@wrcomercial.com.br



WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA EPP
CNPJ: 06.091.637/0001-17 NIRE: 5320122999.8 em 08/01/2004

Folha: 0807
Emissão: 16/05/2018

INDICADORES ECONÔMICOS E FINANCEIROS

Data Base: 31/12/2017

INDICADORES	FÓRMULA	CÁLCULO	RESULTADO
ILG = Índice de Liquidez Geral	A. Circulante+A. Realizável a LP	25.759.083,20 + 258.023,33	2,0467
	P. Circulante+P. Exigível a LP	12.610.557,59 + 101.475,88	
ILC = Índice de Liquidez Corrente	Ativo Circulante	25.759.083,20	2,0427
	Passivo Circulante	12.610.557,59	
SG = Solvência Geral	Ativo	26.792.328,89	2,1076
	P. Circulante+P. Exigível a LP	12.610.557,59 + 101.475,88	
GEG = Grau de Endividamento	P. Circulante + P. Exigível a LP	12.610.557,59 + 101.475,88	0,4745
	Ativo	26.792.328,89	
CCL = Capital Circulante Líquido	A. Circulante - P. Circulante	25.759.083,20-12.610.557,59	13.148.525,61

WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA EPP
Renato Marinho de Araújo
CPF: 793.799.661-72
Sócio Administrador

Rodrigo Vinicius de Lima
ESCRICONTAL CONTABILIDADE LTDA
02.818.002/0001-18 CRC/DF: 00778
Rodrigo Vinicius de Lima - CONTADOR
CRC/DF: 013791/O - CPF: 599.213.581-20

ESCRICONTAL CONTABILIDADE LTDA
QND 02-LOTE 20-SALA 203/204
CEP 72.120-020 TAGUATINGA - DF (TEL. 3351-4971)
CRC-DF 778 - CNPJ 02.818.002/0001-18

A.D.E Conjunto 10 - Lote 10/11 - Sala 102 a 104 - Águas Claras - DF
E-mail: licitacao@wrcomercial.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS

Em 31 de Dezembro de 2017

Nota 1 - Contexto Operacional

1.a) WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA EPP, é uma sociedade limitada com fins lucrativos e de prazo indeterminado. A entidade é regida pelo seu contrato social e pelos regulamentos e regimentos internos.

A sociedade foi constituída em janeiro de 2004 e tem com objeto social de comércio de produtos alimentícios em geral e conservas; materiais para limpeza, conservação, higiene e cosméticos; materiais e utensílios para copa e cozinha; e serviços de segurança, limpeza e conservação.

Nota 2 - Elaboração das Demonstrações Financeiras

2.a) As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Nota 3 - Práticas Contábeis

3.a) As receitas, os custos e as despesas operacionais são reconhecida pelo regime de competência.

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos ou bonificações. A receita da prestação de serviços é reconhecida após a conclusão final dos serviços propostos.

As despesas são contabilizadas obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e competem a exercícios futuros são baixadas de acordo com seus respectivos prazos de duração.

As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre contas a receber e os ganhos com aplicações financeiras. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos e os demais encargos com empréstimos, financiamentos e outras transações financeiras.



WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA EPP
CNPJ: 06.091.637/0001-17 NIRE: 5320122999.8 em 08/01/2004

Folha: 0809
Emissão: 16/05/2018

3.b) As aplicações financeiras refere-se ao fundo de investimento em Bancos, o montante representa o valor investido acrescido dos rendimentos auferidos até 31 de dezembro de 2017.

3.c) O montante dos empréstimos foram obtidos a curto e a longo prazo, em moeda nacional de acordo com as taxas de juros em contrato.

3.d) A forma de tributação do imposto de renda e da contribuição social são apurados sob o regime do Lucro Real.

3.e) A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada bem pelo método linear, de modo que o valor do custo de aquisição menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado.

Nota 4 – Ativo Imobilizado

4.a) Os bens do ativo imobilizado são avaliados e depreciados pelo seu custo de aquisição ou formação. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas de cada imobilizado. A depreciação desses ativos inicia-se com a data de aquisição.

4.b) Em 2017, houve aquisição de bens para o Ativo Imobilizado no total de R\$ 102.306,41 e baixa no valor de R\$ 39.101,31.

4.c) No ano de 2017, houve gastos com obra em andamento da sede no total de R\$ 246.471,94.

Nota 5 - Patrimônio Social

5.a) O Patrimônio Líquido da entidade é constituído de capital social, reservas, prejuízos acumulados e de bens e direitos deles derivados.

5.b) A distribuição dos lucros apurados aos sócios e de quaisquer participações nos resultados aos colaboradores e administradores está de acordo a legislação societária brasileira vigente.

WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA EPP
Renato Marinho de Araujo
CPF: 793.799.661-72
Sócio Administrador

Rodrigo Vinicius de Lima
CONTADOR
CRC/DF 013791
ESCRICONTAL CONTABILIDADE LTDA
02.818.002/0001-18 - 00778-DF
Rodrigo Vinicius de Lima - CONTADOR
013791/O-DF - CPF: 599.213.581-20

ESCRICONTAL CONTABILIDADE LTDA
QND 02-LOTE 20-SALA 203/204
CEP 72.120-020 YAGUATINGA - DF (TEL. 3351-4971)
CRC-DF 778 - CNPJ 02.818.002/0001-18



WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA EPP
CNPJ: 06.091.637/0001-17 NIRE: 5320122999.8 em 08/01/2004

Folha: 0810
Emissão: 16/05/2018

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	2017	2016	2015
SALDOS ANTERIORES	12.584.533,67	12.340.164,68	11.238.918,21
CAPITAL SOCIAL	500.000,00	500.000,00	500.000,00
RESERVA DE LUCROS A REALIZAR	1.788.172,77	1.543.803,78	442.557,31
RESERVA ESPECIAL	10.296.360,90	10.296.360,90	10.296.360,90
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	76.420,84	-	-
(-) PREJUÍZOS ACUMULADOS	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.419.340,91	244.368,99	1.101.246,47
SALDOS FINAIS	14.080.295,42	12.584.533,67	12.340.164,68

Reconhecemos a exatidão e veracidade da presente Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido Comparativa, em decorrência das operações da Empresa, escrituradas durante o exercício de 2015 a 2017, na conformidade dos documentos apresentados à contabilidade até a presente data.

BRASÍLIA, DF., 31 DE DEZEMBRO DE 2017

WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA EPP
Renato Marinho de Araujo
CPF: 793.799.661-72
Sócio Administrador

Rodrigo Vinicius de Lima
CONTADOR
CRC/DF 013791
ESCRICONTAL CONTABILIDADE LTDA
02.818.002/0001-18 - 00778-DF
Rodrigo Vinicius de Lima - CONTADOR
013791/O-DF - CPF: 599.213.581-20

ESCRICONTAL CONTABILIDADE LTDA
QND 02-LOTE 20-SALA 203/204
CEP 72.120-020 TAGUATINGA - DF (TEL. 3351-4971)
CRC-DF 778 - CNPJ 02.818.002/0001-18



**TJDFT**

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO(AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS)
1ª e 2ª Instâncias**

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações de falências e recuperações judiciais disponíveis até 12/09/2018, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVICOS LTDA
06.091.637/0001-17

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), informando-se o número do selo digital de segurança impresso.
- c) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- d) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- e) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, Cidadãos, Certidão de Nada Consta, Tipos de Certidão.
- f) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- g) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

Emitida gratuitamente pela internet em: 13/09/2018

Data da última atualização do banco de dados: 12/09/2018

Selo digital de segurança: **2018.CTD.N4T9.5QSF.M1GP.RQYU.UH6A**

*** VÁLIDA POR 30(TRINTA) DIAS ***

A
AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2018
Processo Administrativo n.º 50300.011034/2018-51

JUSTIFICATIVA PARA A VARIAÇÃO PERCENTUAL MAIOR QUE 10%

A WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ: 06.091.637/0001-17 e I.E n.º 07.452.289/001-01, sediada na ADE Conjunto 10 Lotes 10/11 Salas 102 a 104 – Águas Claras – DF CEP: 71.986-180 Telefone: (61) 3354-1967, por intermédio de seu representante legal, Sr. **Renato Marinho de Araújo**, portador(a) da CI nº 1.585.422, expedida pelo SSP/DF, e do CPF nº 793.799.661-72, informa que a diferença encontrada, corresponde:

- * Aos contratos que tiveram seu início do decorrer do exercício, não tendo sido considerados no Balanço os 12 meses.
- * E os contratos firmados por esta empresa no decorrer do ano de 2017.
- * As rescisões de contrato ocorridas no ano de 2017 .
- * Aos reajustes (repactuações) ocorridos nos contratos.
- * Obras paralizadas, aguardando nova convocação para execução da obra.

Brasília, 13 de setembro de 2018.



WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS

Ronaldo Marinho de Araújo

Procurador

LIVRO DIÁRIO

Folha: 00001

TERMO DE ABERTURA

ESTE LIVRO COM 0811 FOLHAS CONTÍNUAS IMPRESSAS POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO DE DADOS, NUMERADAS SEQUENCIALMENTE DE 0001 À 0811, SERVIRÁ DE LIVRO DIÁRIO NÚMERO 0009, REFERENTE AO PERÍODO E EMPRESA ESPECIFICADOS ABAIXO.

ESTE LIVRO ESTÁ DE ACORDO COM O ESTABELECIDO PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA 11, DE 05/12/2013, DO DREI (DEPARTAMENTO DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO).

Razão Social: WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA EPP

Endereço: ADE CONJUNTO 10 LOTES 10 E 11 - GALPÃO - ÁGUAS CLARAS CEP: 71986-180

Cidade: BRASÍLIA - DF

CNPJ: 06.091.637/0001-17

Registro: N.I.R.E.:5320122999.8 **DATA:** 08/01/2004

Período: 01/01/2017 até 31/12/2017

Data de encerramento do exercício social: 31/12/2017

BRASÍLIA, DF., 01/01/2017

WR Comercial de Alimentos e Serviços LTDA.
Renato Marinho de Araujo
Sócio-Administrador

Rodrigo Vinicius de Lima
CONTADOR
CRC/DF 013791

WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA EPP
CNPJ: 06.091.637/0001-17
RENATO MARINHO DE ARAUJO
CPF: 793.799.661-72
ADMINISTRADOR

ESCRICONTAL CONTABILIDADE LTDA
CNPJ: 02.818.002/0001-18
CRC: 013791/O
RODRIGO VINICIUS DE LIMA
CPF: 599.213.581-20 RG: 1435627
CRC: 013791/O-DF
CONTADOR / CONTABILISTA

ESCRICONTAL CONTABILIDADE LTDA
QND 02-LOTE 20-SALA 203/204
CEP 72.120-020 TAGUATINGA - DF (TEL. 3351-4971)
CRC-DF 778 - CNPJ 02.818.002/0001-18

LIVRO DIÁRIO

Folha: 00811

TERMO DE ENCERRAMENTO

ESTE LIVRO COM 0811 FOLHAS CONTÍNUAS IMPRESSAS POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO DE DADOS, NUMERADAS SEQUENCIALMENTE DE 0001 À 0811, SERVIU DE LIVRO DIÁRIO NÚMERO 0009, REFERENTE AO PERÍODO E EMPRESA ESPECIFICADOS ABAIXO.

ESTE LIVRO ESTÁ DE ACORDO COM O ESTABELECIDO PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA 11, DE 05/12/2013, DO DREI (DEPARTAMENTO DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO).

Razão Social: WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA EPP

Endereço: ADE CONJUNTO 10 LOTES 10 E 11 - GALPÃO - ÁGUAS CLARAS CEP: 71986-180

Cidade: BRASÍLIA - DF

CNPJ: 06.091.637/0001-17

Registro: N.I.R.E.:5320122999.8 **DATA:** 08/01/2004

Período: 01/01/2017 até 31/12/2017

Data de encerramento do exercício social: 31/12/2017

BRASÍLIA, DF., 31/12/2017

WR Comercial de Alimentos e Serviços LTDA.
Renato Marinho de Araujo
Sócio-Administrador

Rodrigo Vinicius de Lima
CONTADOR
CRC/DF 013791

WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA EPP
CNPJ: 06.091.637/0001-17
RENATO MARINHO DE ARAUJO
CPF: 793.799.661-72
ADMINISTRADOR

ESCRICONTAL CONTABILIDADE LTDA
CNPJ: 02.818.002/0001-18
CRC: 013791/O
RODRIGO VINICIUS DE LIMA
CPF: 599.213.581-20 RG: 1435627
CRC: 013791/O-DF
CONTADOR / CONTABILISTA

ESCRICONTAL CONTABILIDADE LTDA
QND 02-LOTE 20-SALA 203/204
CEP 72.120-020 TAGUATINGA-DF (TEL. 3351-4971)
CRC-DF 778 - CNPJ 02.818.002/0001-18



Presidência da República
Secretaria-Geral
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos

TERMO ADITIVO Nº 07 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COPEIRAGEM QUE, ENTRE SI, FAZEM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, E A EMPRESA WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA.

PROCESSO Nº 00140.000268/2011-16

CONTRATO Nº 98/2011

A **UNIÃO**, por intermédio da Presidência da República, CNPJ nº 00.394.411/0001-09, neste ato representada pela Diretora de Recursos Logísticos, da Secretaria de Administração, Senhora **CLAUDIA REGINA BONALUME**, portadora da Carteira de Identidade nº 1032453688 - SJS-RS, e do CPF nº 428.642.830-34, de acordo com a competência prevista na portaria nº 312 de 06/09/2012, publicada no Diário Oficial da União em 10/09/2012, doravante designada simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ nº 06.091.637/0001-17, com sede na QI 13, Lotes 01/14, Sala 106, Mezanino, Taguatinga, Brasília/DF, CEP: 72.135-130, telefone nº (61) 3354-1967 / fax nº (61) 3354-1985, neste ato representada pelo Senhor **RENATO MARINHO DE ARAÚJO**, portador da Carteira de Identidade nº 1.585.422 – SSP/DF, e do CPF nº 793.799.661-72, residente e domiciliado nesta cidade, daqui por diante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm, entre si, acordado os termos deste Termo Aditivo ao Contrato nº 98/2011, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência contratual e repactuação da mão-de-obra, conforme subcláusulas abaixo:

Subcláusula Primeira – Fica prorrogado o prazo de vigência até 30 de maio de 2016 ou até a conclusão da nova contratação, o que primeiro ocorrer, com respaldo no disposto no inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

Subcláusula Segunda – Em decorrência da repactuação, o valor anual do contrato passa de R\$ 7.863.442,62 (sete milhões, oitocentos e sessenta e três mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e sessenta e dois centavos) para R\$ 8.524.590,21 (oito milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, quinhentos e noventa reais e vinte e um centavos), conforme tabela abaixo:

DESCRIÇÃO SERVIÇO	QDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
AUX. SERVIÇOS GERAIS	13	R\$ 3.081,39	R\$ 40.058,13
COPEIRA	17	R\$ 3.094,56	R\$ 52.607,60
COPEIRA 12X36	43	R\$ 2.833,64	R\$ 121.846,73
ENCARREGADO	7	R\$ 5.145,83	R\$ 36.020,84
ENCARREGADO GERAL	1	R\$ 6.283,78	R\$ 6.283,78
GARÇON	31	R\$ 4.082,45	R\$ 126.555,87
GARÇON 12X36	72	R\$ 3.821,53	R\$ 275.150,00
TOTAL MÃO-DE-OBRA MENSAL	184		R\$ 658.522,95
TOTAL MÃO-DE-OBRA ANUAL			R\$ 7.902.275,36
TOTAL MATERIAL MENSAL			R\$ 51.859,57
TOTAL MATERIAL ANUAL			R\$ 622.314,85
TOTAL GLOBAL ANUAL			R\$ 8.524.590,21

1/30/16



Presidência da República
Secretaria-Geral
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos

Subcláusula Terceira – Fica estabelecido que a **CONTRATADA** faz jus à diferença de preços prevista na Subcláusula Segunda desta Cláusula, referente ao período compreendido entre 1º de janeiro de 2015 e a data de assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários ao atendimento das despesas, no valor total de **R\$ 8.524.590,21 (oito milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, quinhentos e noventa reais e vinte e um centavos)**, correrão à conta do PTRES: 85454; Naturezas das Despesas: 339030 e 339037; Notas de Empenho: 2015NE801499, 2015NE801500, 2015NE801501 e 2015NE801502, de 29 de maio de 2015.

Mão-de-obra: R\$ 7.902.275,36 (sete milhões, novecentos e dois mil, duzentos e setenta e cinco reais e trinta e seis centavos);

Material: R\$ 622.314,85 (seiscentos e vinte e dois mil, trezentos e quatorze reais e oitenta e cinco centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO


Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Contrato original, bem como dos Termos Aditivos nºs 1, 2, 3, 4, 5 e 6, não alteradas pelo presente instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

A **CONTRATANTE** providenciará a publicação resumida do presente instrumento, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, é lavrado este Termo Aditivo em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que depois de lido e achado de acordo, é assinado pelas partes contratantes, para que surtam os efeitos dele decorrentes.

Brasília/DF, 29 de maio de 2015.


CLAUDIA REGINA BONALUME
Diretora de Recursos Logísticos
Presidência da República


RENATO MARINHO DE ARAÚJO
WR Comercial de Alimentos e Serviços Ltda



SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

7º TERMO ADITIVO

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2016 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO NA ÁREA DE COPEIRAGEM, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL DE LIMPEZA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, E A EMPRESA WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA. (Pregão eletrônico nº 97/2015. Processo eletrônico nº 003004/2016).

A UNIÃO, por intermédio do **SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**, sediado na Praça dos Três Poderes, em Brasília - Distrito Federal, CNPJ 00.531.640/0001-28, neste ato representado pelo seu Diretor-Geral, Senhor **Eduardo Silva Toledo**, RG 3.690.902 SSP/GO e CPF 891.130.551-00, no uso das atribuições que lhe confere o Regulamento da Secretaria do Supremo Tribunal Federal, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ 06.091.637/0001-17, com sede no ADE Conj. 10, Lotes 10/11, Salas 102/104, Águas Claras, CEP 71.986-180, Brasília-DF, telefones (61) 3354.1967, fax (61) 3354.1985 neste ato representada por seu Sócio, Senhor **Renato Marinho de Araújo**, RG 1.585.422-SSP/DF e CPF 793.779.661-72, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente aditivo observando-se as normas constantes nas Leis 8.666/1993, o contido no 003004/2016 e mediante as cláusulas a seguir enumeradas.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – Constitui objeto do presente Termo Aditivo:

- a) prorrogar a vigência do Contrato em epígrafe;
- b) corrigir os quantitativos dos itens Uniformes masculinos e femininos, a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme Anexos a este Instrumento.

DA PRORROGAÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA – O Contrato fica prorrogado por 12 (doze) meses, a partir de **1º de janeiro de 2019**.

DO VALOR

CLÁUSULA TERCEIRA – O valor mensal estimado do Contrato passa a ser **R\$ 351.963,50** (trezentos e cinquenta e um mil novecentos e sessenta e três reais e cinquenta centavos) e o valor anual estimado passa a ser **R\$ 4.223.562,04** (quatro milhões, duzentos e vinte e três mil quinhentos e sessenta e dois reais e quatro centavos), com efeitos financeiros **a partir do dia 1º de janeiro de 2019**, na forma dos anexos I, II e III deste Instrumento.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

CLÁUSULA QUARTA – A despesa decorrente deste Aditivo correrá à conta dos recursos consignados ao **CONTRATANTE** no Orçamento Geral da União, Programa de Trabalho: 02.061.0565.6359.5664, Natureza da Despesa 33.90.37, cujas Notas de Empenho serão emitidas no exercício de 2019.

DA GARANTIA

CLÁUSULA QUINTA – Fica a **CONTRATADA** obrigada a apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da assinatura deste aditivo, **nova garantia** no valor de **R\$ 211.178,10** (duzentos e onze mil cento e setenta e oito reais e dez centavos) , **referente ao período de 1º/01/2019 a 31/12/2019**, na modalidade seguro-garantia, correspondente a 5% do valor total anual, tendo como beneficiário o **CONTRATANTE**, ressalvada as demais condições estabelecidas na cláusula nona do Contrato.

DA REPACTUAÇÃO

CLÁUSULA SEXTA – Fica assegurado eventual direito à repactuação, nos termos do Contrato.

DO REAJUSTE

CLÁUSULA SÉTIMA – Fica ressalvado eventual direito ao reajuste nos termos do Contrato.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA OITAVA – O presente Termo Aditivo terá vigência a partir da data de sua assinatura, ressalvados os efeitos financeiros da cláusula segunda.

DA PUBLICIDADE

CLÁUSULA NONA – O extrato do presente Termo Aditivo será publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei n. 8.666/1993.

DA RATIFICAÇÃO

CLÁUSULA DEZ – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato no que não colidam com as presentes disposições.

Brasília/DF

ANEXO

Documento Sei (0632865)



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Quadrado De Moraes, ASSESSOR CHEFE - ASS. JURÍDICA**, em 24/06/2018, às 09:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RENATO MARINHO DE ARAUJO, Usuário Externo**, em 26/06/2018, às 16:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Silva Toledo, DIRETOR-GERAL**, em 27/06/2018, às 08:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sistemas.stf.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0632859** e o código CRC **C22A9C77**.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA GERAL
DIRETORIA DE RECURSOS LOGÍSTICOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE SUBSISTÊNCIA**

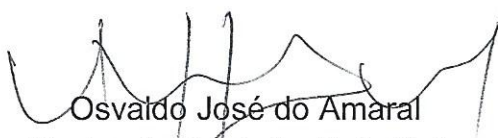
ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 06.091.637/0001-17, estabelecida na A.D.E Conjunto 10 lote 10/11 – Águas Claras – DF, mantém contrato com a PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, inscrita no CNPJ: 00.394.411/0001-09, com sede no Palácio do Planalto, CEP: 70.150-900, Brasília – DF., **vem executando através do Contrato nº 98/2011, assinado em 30 de maio de 2011, vigente até 29 de maio de 2015, de serviços de Copeiragem com fornecimento de mão de obra, equipamentos e materiais, para atendimento da demanda na Presidência da República, nas quantidades informado abaixo:**

CATEGORIA FUNCIONAL	QUANT
GARÇOM	31
GARÇOM 12 X 36	72
COPEIRA	17
COPEIRA 12 X 36	43
ENCARREGADO	5
ENCARREGADO 12 X 36	2
AUX DE SERVIÇOS GERAIS	13
ENCARREGADO GERAL	1
TOTAL	184

Atestamos por fim, que tais serviços estão sendo executados satisfatoriamente, não existindo em nossos registros, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Brasília-DF, 20 de junho de 2014


Osvaldo José do Amaral
Gestor de Contrato, Substituto



SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atesto, para os devidos fins, que a empresa **WR Comercial de Alimentos e Serviços Ltda**, com sede no ADE, Conjunto 10, Lotes 102/104 - Águas Claras-DF, CEP: 71986-180, inscrita no CNPJ nº 06.091.637/0001-17, presta, ao Supremo Tribunal Federal, com sede na Praça dos Três Poderes - Brasília - DF, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.531.640/0001-28, o objeto em destaque, com as seguintes características:

Processo Administrativo de Contratação nº 356.512 (Físico) e nº 003004/2016 (SEI).

Modalidade de contratação: Pregão Eletrônico nº 97/2015.

Contrato nº 01/2016.

Objeto: Prestação de serviços de apoio administrativo na área de copeiragem, com fornecimento de material de limpeza para uso das copas. Também contempla serviços de lavanderia para as peças de uniformes dos garçons.

Vigência: 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2017.

obs: No período de vigência do ajuste, foram firmados 2 (dois) Termos Aditivos.

Distribuição dos postos de trabalho:

Posto de Trabalho	Quantidade
Copeiro - SAAN	01
Copeiros - STF	23
Garçons - STF	25
Garçom - Presidência	01
Supervisores de Copeiragem	02
Total	52

2. Declaro que a contratada vem executando o objeto do ajuste acima indicado, de forma satisfatória, de acordo com as especificações e condições estabelecidas no instrumento contratual e no respectivo Termo de Referência, nos termos expostos pela Seção de Copa da Secretaria de Administração e Finanças do Supremo Tribunal Federal, constante no Processo Administrativo nº 001616/2017.

Brasília, 07 de fevereiro de 2017.

Antonia Ana de Melo
Gestora do Contrato nº 01/2016.

Ciente.

Armando Akio Santos Doi
Secretário de Administração e Finanças



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Marcondes De Moraes Xavier, CHEFE DE SEÇÃO SUBSTITUTO**, em 07/02/2017, às 14:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Armando Akio Santos Doi, SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**, em 07/02/2017, às 17:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sistemas.stf.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0264015** e o código CRC **75E8FE43**.



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COPEIRAGEM QUE, ENTRE SI, FAZEM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, E A EMPRESA WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA.

PROCESSO Nº 00140.000268/2011-16

CONTRATO Nº 98/2011

A **UNIÃO**, por intermédio da Presidência da República, CNPJ nº 00.394.411/0001-09, neste ato representada pelo Diretor de Recursos Logísticos da Secretaria de Administração, Senhor **ÁLVARO HENRIQUE MATIAS PEREIRA**, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, CPF nº 120.168.291-68 de acordo com a competência prevista no art. 1º da Portaria nº 07, de 08/01/2008, publicada no Diário Oficial da União de 09/01/2008 doravante designada simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ nº 06.091.637/0001-17, com sede na QI 13, Lotes 01/14, Sala 106, Mezaninho, Taguatinga/DF, CEP: 72.135-130, telefone nº (61) 3354-1967 / fax nº (61) 3354-1985, neste ato representada pelo Senhor **RENATO MARINHO DE ARAÚJO**, portador da Carteira de Identidade nº 1.585.422 – SSP/DF, e do CPF nº 793.799.661-72, residente e domiciliado nesta cidade, daqui por diante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm, entre si, acordado os termos deste Contrato, objeto do Pregão nº 21/2011, consoante consta do Processo nº 00140.000268/2011-16, sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, aos Decretos nºs 5.450, de 31 de maio de 2005, e 6.204, de 5 de setembro de 2007, a IN Nº 02, de 30 de abril de 2008 SLTI – MPOG, e a IN SLTI/MP Nº 02, de 11 de outubro de 2010, e, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93, e suas alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços de copeiragem, com fornecimento de materiais, cujos serviços deverão ser prestados em copas que atendem à **CONTRATANTE**, conforme especificações constantes deste Contrato.

Subcláusula Única – Vinculam-se ao presente Contrato o Pregão nº 21/2011 e seus Anexos, bem como a proposta da **CONTRATADA**, os quais constituem parte deste instrumento, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I - São obrigações da **CONTRATADA**, além de outras assumidas neste Contrato:

- 1) Prestar os serviços de acordo com as exigências constantes no Edital do Pregão nº 21/2011 e seus anexos.
- 2) Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo o material, a mão-de-obra, utensílios e ingredientes relacionados nos Apêndices I, II e VI do Termo de Referência (Anexo I) do Edital do Pregão nº 21/2011.



Presidência da República
Secretaria-Geral
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos

- 3) Responder pela direção, supervisão e fornecimento de toda a mão-de-obra necessária ou a execução dos serviços contratados, sendo, para todos os efeitos legais, considerado como único e exclusivo empregador.
- 4) Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, incluindo reposição de peças, material, utensílios, impostos e encargos sociais.
- 5) Responsabilizar-se por qualquer despesa com alimentação e locomoção de seus empregados, bem como os encargos, sejam de natureza civil, fiscal, ou obrigações sociais, previdenciárias ou trabalhistas, inclusive no que tange ao seguro de acidente de trabalho, não cabendo a **CONTRATANTE** qualquer tipo de responsabilidade por qualquer acidente que venha a sofrer os empregados da **CONTRATADA** na execução de serviço dentro das dependências da **CONTRATANTE**.
- 6) Registrar e controlar diariamente a assiduidade e a pontualidade de seus empregados, bem como as ocorrências havidas, efetuando a reposição da mão-de-obra, em caráter imediato e na eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho.
- 7) Em caso de ausência de empregados, providenciar sua imediata substituição independentemente dos casos de falta, licença médica ou férias regulamentares, mantendo sempre a continuidade dos serviços, nos níveis e qualidade contratados.
- 8) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança, inclusive quanto à prevenção de incêndio e as de segurança e medicina do trabalho.
- 9) Relatar a **CONTRATANTE** toda e qualquer irregularidade observada nas instalações onde houver prestação de serviço.
- 10) Assumir todas as responsabilidades e adotar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou quando acometidos de mal súbito, assumindo ainda as responsabilidades civis, penais, criminais e demais sanções legais decorrentes do seu descumprimento.
- 11) Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela **CONTRATANTE**, substituindo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após notificação, qualquer empregado por conduta inconveniente.
- 12) Ressarcir a **CONTRATANTE** ou terceiros pelos danos a bens de sua propriedade causados por seus empregados ou prepostos, por quaisquer danos advindos de imperícia, negligência ou por descumprimento de normas de segurança.
- 13) Requerer-se na função do serviço, características pessoais, tais como: cordialidade nos contatos, interesse em lidar com pessoas, iniciativas e educação, cumprindo o padrão de desempenho fixado pela **CONTRATANTE**.
- 14) Comprometer-se para não permitir o atendimento dos servidores no interior da área de manipulação de gêneros alimentícios das copas.



Presidência da República
Secretaria-Geral
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos

14.1) Nas copas onde exista balcão dividindo tal área das demais, permitir-se-á que sejam atendidos os servidores em tal balcão.

15) Responsabilizar-se pela guarda e manutenção preventiva e corretiva de equipamentos, instalações físicas e utensílios constantes do Termo de Responsabilidade (Anexo I) do Edital do Pregão nº 21/2011, colocados a sua disposição pela **CONTRATANTE**.

16) Mobiliário o escritório, com móveis, telefone e material de expediente, cujo local será definido e cedido pela **CONTRATANTE**.

17) Apresentar ao gestor deste Contrato, quadro nominativo de todo o contingente de empregados destinados ao serviço contratado, todos portando crachás de identificação expedidos pela **CONTRATANTE**.

18) Indicar ao gestor deste Contrato o nome de seu preposto ou empregado responsável, para manter entendimento e receber comunicações ou transmiti-las ao gestor deste Contrato.

19) Apresentar ao gestor deste Contrato, por escrito, para fins de credenciamento junto ao Departamento de Segurança da **CONTRATANTE**, relação nominal de todos os empregados e dirigentes que terão acesso aos locais onde os serviços serão executados, contendo obrigatoriamente, as seguintes informações:

a) Nome completo, endereço, cópia da carteira de identidade e 02 (duas) fotos 3 x 4.

b) Cópias dos certificados de propriedade dos veículos que serão utilizados e, dando-se conhecimento igualmente, das alterações, exclusões ou inclusões.

20) Indicar ao gestor deste Contrato, por escrito, as alterações porventura advindas no quadro nominativo com eventuais substituições, exclusões ou inclusões.

21) Apresentar, uma lista com nomes, correspondente a 10% (dez por cento) do contingente contratado, que, depois de aprovado pelo Departamento de Segurança constará do quadro reserva para as eventuais substituições por motivo de férias, licenças médicas, ausências legais, faltas ou trocas a pedido da **CONTRATANTE**, admitindo-se alteração no referido quadro.

22) Designar, para realização dos serviços, empregados devidamente habilitados, maiores de idade, uniformizados conforme especificação do Apêndice V do Termo de Referência (Anexo I) do Edital do Pregão nº 21/2011, e identificados por crachá, fornecidos pela **CONTRATANTE**, reservando-se à esta o direito de impugnar, a qualquer tempo, aqueles que, a seu juízo, não preencherem os requisitos exigíveis para o desempenho do serviço.

23) Responder por danos materiais ou físicos causados culposa ou dolosamente por seus empregados, aos equipamentos sob sua responsabilidade, às instalações, aos servidores da **CONTRATANTE** ou a terceiros, nos setores previstos no Termo de Referência (Anexo I) do Edital do Pregão nº 21/2011, devendo ser adotadas providências necessárias dentro de 48 (quarenta e oito) horas, após o comunicado da **CONTRATANTE**.



Presidência da República
Secretaria-Geral
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos

24) Arcar com todos os seguros, custo de fretes e de mercadorias, tributos e outros ônus decorrentes do desempenho da atividade.

25) Realizar, antes da assinatura deste Contrato, inspeção técnica completa em todas as instalações, juntamente com o gestor, informando por escrito as reais condições dessas instalações, dos equipamentos e utensílios colocados à disposição pela **CONTRATANTE**, assinando o respectivo Termo de Responsabilidade por ocasião da assinatura deste Contrato.

26) Fornecer sabonete líquido para assepsia das mãos de seus funcionários que deve ser eficiente, possuir efeito residual e ser de fácil aplicação, específico para copa industrial, conforme especificado no item 2.3 do Apêndice II do Termo de Referência (Anexo I) do Edital do Pregão nº 21/2011.

27) Acatar todas as orientações do gestor deste Contrato, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

28) Apresentar relação de qualquer equipamento, utensílio ou objeto de sua propriedade, mantendo, sob sua guarda, uma cópia, para eventuais conferências ou ajustes.

29) Recolher em dia todos os impostos, taxas, emolumentos e demais encargos incidentes sobre o objeto deste Contrato.

30) Remover, se necessário e/ou instalar equipamentos nas áreas abrangidas por este Contrato, após aprovação por escrito do gestor, não cabendo à **CONTRATANTE** nenhum ônus sobre os mesmos.

31) Realizar mensalmente a desinsetização e a desratização das copas e demais áreas sob sua responsabilidade de modo que ratos, moscas, baratas e formigas não tenham acesso nem condições de desenvolvimento nessas áreas.

31.1) É obrigatório que a empresa contratada para a desratização e desinsetização esteja de acordo com o que é preconizado pelos órgãos federal e estadual de fiscalização, sendo as despesas por sua própria conta.

32) Recolher o lixo por meio de um funcionário auxiliar dos serviços gerais, pelo menos duas vezes por dia, ou quando se fizer necessário, sempre com o auxílio de luvas.

32.1) Os recipientes para acondicionamento devem ser providos de tampa.

32.2) As bandejas com restos alimentares deverão ser recolhidas, levadas para as copas e os restos colocados em sacos de lixo que ofereçam resistência apropriada para transporte desse tipo de material.

33) Proibir o uso de esponja de aço para dar brilho em utensílios de alumínio; usar agentes de polimento adequado, quando for necessário dar brilho ou retirar manchas em utensílios de inox.

34) Usar escova para limpeza de área física, não sendo permitido para higiene das mãos.



Presidência da República
Secretaria-Geral
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos

35) Lavar os panos de chão na copa em baldes separados e com o auxílio de luvas.

35.1) A água de lavagem deve ser despejada no ralo.

36) Comprometer-se a não permitir o uso de pano para secagem de mãos e, sim, toalhas de papel descartáveis.

36.1) Os porta-papéis devem ser instalados nas copas.

36.2) Alternativamente, poderá ser utilizado ar quente.

37) Utilizar álcool à 70° GL, para sanitização, com auxílio de pano esterilizado.

38) Prover suficiente retaguarda de reabastecimento dos utensílios utilizados, ao nível de estocagem, de forma a evitar a lentidão, o atraso ou a paralisação dos serviços.

39) Transportar com seus próprios meios os ingredientes estocados no depósito da Coordenação-Geral de Subsistência da **CONTRATANTE**, constantes do item 1 do Apêndice I do Termo de Referência (Anexo I) do Edital do Pregão nº 21/2011, de acordo com as necessidades de consumo previstas.

39.1) Para a execução deste transporte são necessários 2 (dois) veículos utilitários, devido à demanda e a distância entre as copas.

40) Apresentar seus funcionários para o serviço diário com uniformes limpos, de modo que estejam sempre em perfeita apresentação individual.

40.1) O fornecimento do uniforme completo, incluindo o calçado, será por conta da **CONTRATADA** e deverá ser substituído a cada 6 (quatro) meses. (Verificar o quantitativo)

40.2) A **CONTRATADA** deverá fornecer os uniformes até o final do primeiro mês da vigência contratual.

40.3) Os uniformes deverão ser entregues a todas as categorias profissionais mediante recibo (relação nominal), cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao gestor deste Contrato.

40.4) Fornecer, ainda, uniforme apropriado às empregadas gestantes, substituindo-os sempre que necessário.

40.5) Os custos dos uniformes não poderão ser descontados de seus empregados pela **CONTRATADA**.

41) Executar o serviço de limpeza e conservação das instalações, áreas de carga e descarga de alimentos, dos equipamentos e dos utensílios, mantendo-os nas condições especificadas de limpeza e higienização, bem como fornecer todo o material necessário, e utilizar produtos com a especificação fornecida pela **CONTRATANTE**.



Presidência da República
Secretaria-Geral
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos

42) Manter, durante toda a execução deste Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital do Pregão nº 21/2011.

43) Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste Contrato, sem prévia autorização da **CONTRATANTE**.

44) Pagar as contas dos telefonemas externos realizados pelo escritório e pelas copas.

45) Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que venham a ser exigida por força de Lei, ligadas ao cumprimento deste Contrato.

46) Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados diretamente à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.

47) Prestar esclarecimentos à **CONTRATANTE** sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, independentemente de solicitação.

48) Apresentar, sempre que solicitado pela **CONTRATANTE**, os comprovantes dos seguintes fatos: pagamento de salários e benefícios dos empregados; recolhimento dos encargos sociais; e regularidade junto ao Ministério do Trabalho – Delegacia Regional do Trabalho (por meio de apresentação dos recibos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, nos termos da Lei nº 4.923/65); cópia da carteira de trabalho e previdência social dos empregados admitidos no período; documentação rescisória completa e recibos de pagamento dos empregados demitidos no período.

49) Manter matriz, filial ou escritório de representação no Distrito Federal, durante toda a vigência deste Contrato, com condições adequadas para gerenciar a prestação dos serviços.

49.1) A **CONTRATADA** deverá fornecer, no ato da assinatura contratual, endereço da matriz, filial ou escritório no Distrito Federal, bem como número de telefone comercial fixo, móvel, fax, também no Distrito Federal e endereço eletrônico (e-mail), devendo atualizar todos os dados sempre que houver alterações.

Subcláusula Única – A associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação só serão admitidas quando apresentada a documentação comprobatória que justifique quaisquer das ocorrências, e desde que não afetem a boa execução deste Contrato.

II - São obrigações da **CONTRATANTE**, além de outras assumidas neste Contrato:

1) Exercer a fiscalização dos serviços por servidor especialmente designado, na forma prevista na Lei nº 8.666/93 e suas alterações.



Presidência da República
Secretaria-Geral
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos

- 2) Solicitar a **CONTRATADA** e seus prepostos, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços.
- 3) Assegurar-se de que o número de empregados alocados ao serviço pela **CONTRATADA** é suficiente e competente para o bom desempenho dos serviços.
- 4) Documentar as ocorrências havidas e a frequência dos empregados, em registro próprio, firmado juntamente com o preposto da **CONTRATADA**.
- 5) Fiscalizar o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela **CONTRATADA**, compatíveis com os registros previstos no item anterior, no que se refere à execução deste Contrato.
- 6) Emitir pareceres em todos os atos relativos à execução deste Contrato, em especial aplicação de sanções, alterações e repactuação.
- 7) Disponibilizar instalações necessárias ao apoio à execução dos serviços.
- 8) Relacionar as dependências das instalações físicas, bem como os bens de sua propriedade, que serão disponibilizados para a execução dos serviços, quando for o caso, com a indicação do estado de conservação.
- 9) Permitir o livre acesso dos empregados da **CONTRATADA**, devidamente identificados, para a execução dos serviços.
- 10) Controlar o estoque referido no item 1 do Apêndice I do Termo de Referência (Anexo I) do Edital do Pregão nº 21/2011, e fiscalizar o recebimento e distribuição de todo o material.
- 11) Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**.
- 12) Abster-se de exercer poder de mando sobre os empregados da **CONTRATADA**, reportando-se somente aos prepostos e responsáveis por ele indicados.
- 13) Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento da prestação dos serviços/fornecimento contratados.
- 14) Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

A **CONTRATANTE** nomeará um gestor titular e um substituto, para executar a fiscalização deste Contrato, que registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada, à **CONTRATADA**, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.



Presidência da República
Secretaria-Geral
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos

Subcláusula Primeira - As exigências e a atuação da fiscalização pela **CONTRATANTE** em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva da **CONTRATADA**, no que concerne à execução do objeto ora contratado.

Subcláusula Segunda - Não obstante a **CONTRATADA** seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a **CONTRATANTE** reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados.

Subcláusula Terceira - Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da **CONTRATADA** que estiver sem uniforme ou crachá, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente.

Subcláusula Quarta - Examinar as Carteiras Profissionais dos empregados colocados a serviço da **CONTRATANTE**, para comprovar o registro da função profissional.

Subcláusula Quinta - Solicitar a **CONTRATADA** a substituição de qualquer produto cujo uso seja considerado prejudicial à boa conservação de seus bens e/ou instalações, ou ainda, que não atendam às necessidades dos serviços contratados.

Subcláusula Sexta - Documentar e firmar em registro próprio, juntamente com o preposto da **CONTRATADA**, a frequência de seus empregados e as ocorrências havidas, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou incorreções observadas.

Subcláusula Sétima - Fiscalizar o cumprimento, pela **CONTRATADA**, das obrigações e encargos sociais e trabalhistas, no que se refere à execução deste Contrato.

Subcláusula Oitava - Verificar a regularidade da documentação apresentada pela **CONTRATADA**, afim de atestar a conformidade dos serviços executados.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

O pagamento será creditado mensalmente em nome da **CONTRATADA**, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez cumpridas as condições estabelecidas neste Contrato, até o **5º (quinto) dia útil do mês subsequente** ao da prestação dos serviços, a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela, mediante apresentação, aceitação e atesto do gestor deste Contrato nos documentos hábeis de cobrança.

VALOR DA CONTRATAÇÃO		
DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL R\$	VALOR ANUAL R\$
SERVIÇOS	314.809,81	3.777.717,73
MATERIAIS	37.493,24	449.918,86
TOTAL (SERVIÇOS + MATERIAIS) - R\$	352.303,05	4.227.636,59



Presidência da República
Secretaria-Geral
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos

Subcláusula Primeira - O pagamento mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a **CONTRATADA** efetue cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

Subcláusula Segunda - Para execução do pagamento de que trata esta, a **CONTRATADA** deverá fazer constar da nota fiscal correspondente, emitida, sem rasura, em letra legível em nome da Secretaria de Administração da **CONTRATANTE**, CNPJ nº 00.394.411/0001-09, o nome do Banco, o número de sua Conta Bancária e a respectiva Agência.

Subcláusula Terceira - Caso a **CONTRATADA** seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

Subcláusula Quarta - Executados os serviços, a **CONTRATADA** deverá apresentar, mensalmente, para liquidação e pagamento da despesa nota fiscal/fatura discriminada, em 2 (duas) vias, acompanhada dos documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações decorrentes deste Contrato.

Subcláusula Quinta - A comprovação de que trata a Subcláusula Quarta, será demonstrada mediante apresentação de documentos oficiais, individualizados e identificados por contrato, correspondentes ao mês do adimplemento da obrigação ou, excepcionalmente, do mês anterior, quando ainda não-vencidas as referidas contribuições.

Subcláusula Sexta - Para efeito de cada pagamento mensal, a **CONTRATADA** deverá apresentar, obrigatoriamente, junto com as notas fiscais/faturas:

- a) Relação nominal dos profissionais alocados, com os comprovantes de pagamento salarial relativo ao mês de referência do faturamento cobrado (cópia da folha de pagamento do mês anterior à execução do serviço) devidamente recebidos pelos funcionários ou comprovantes de depósitos em suas contas correntes; bem como de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte e vale-alimentação).
- b) Quadro demonstrativo de férias e licenças concedidas, indicando se houve ou não a ocupação do posto de trabalho, referente ao mês anterior à prestação dos serviços.
- c) Planilha de cálculo do valor a ser deduzido na nota fiscal pela não ocupação do quantitativo de trabalhadores, em caso de faltas, férias e posto vago.
- d) GFIP correspondente às guias de recolhimento do INSS e do FGTS, relativas ao mês de referência do faturamento, discriminando o nome de cada um dos empregados beneficiados, por tomador de serviço.
- e) Guia de recolhimento autenticado do INSS e do FGTS, relativas ao mês de referência do faturamento, discriminando o nome de cada um dos empregados beneficiados.



Presidência da República
Secretaria-Geral
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos

- f) Certidão Negativa de Débito Salarial e Certidão Negativa de Infrações Trabalhistas, emitidas pela Delegacia Regional do Trabalho.
- g) Certidão Negativa de Débito – CND (Previdência Social).
- h) Certificado de Regularidade do FGTS.
- i) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Federais e Dívida Ativa da União.

Subcláusula Sétima - A documentação trabalhista apresentada pela empresa deverá estar devidamente autenticada.

Subcláusula Oitava - A nota fiscal correspondente deverá ser entregue diretamente ao gestor deste Contrato, que somente atestará e liberará para pagamento, quando cumpridas todas as condições pactuadas.

Subcláusula Nona – A **CONTRATANTE** poderá deduzir do montante* a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela **CONTRATADA**, bem como das faturas mensais o valor proporcional aos dias não trabalhados pelos funcionários, calculado sobre o valor total do respectivo efetivo.

Subcláusula Décima - A **CONTRATANTE** reserva-se, ainda, o direito de somente efetuar o pagamento dos serviços prestados após a comprovação do pagamento dos correspondentes salários dos profissionais da **CONTRATADA**, alocados no contrato de trabalho e dos respectivos encargos sociais, enfim o cumprimento integral das obrigações decorrentes da relação de emprego mantida entre o empregado e a prestadora.

Subcláusula Décima Primeira - A fatura referente ao último mês deste Contrato, bem como a garantia contratual só serão, respectivamente, pagas e liberadas, após apresentação dos comprovantes de quitação de todas as obrigações trabalhistas da mão-de-obra envolvida nos serviços.

Subcláusula Décima Segunda - Junto com a nota fiscal mensal deverão ser apresentados: comprovantes de quitação de todos os Encargos, Relação SEFIP, Folha de pagamento e Comprovantes de pagamento dos auxílios transporte e alimentação, devidamente assinados pelos empregados, tudo referente ao mês faturado e especificamente do objeto contratado, bem como outros comprovantes exigíveis para o atesto da fatura e liberação do seu pagamento.

Subcláusula Décima Terceira - Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, ela será devolvida a **CONTRATADA**, e o pagamento ficará pendente até que sejam providenciadas as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

Subcláusula Décima Quarta - No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma, para tanto, fica convencionado que o índice de compensação financeira devido será calculado mediante a aplicação da seguinte fórmula:



Presidência da República
Secretaria-Geral
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos

EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

Subcláusula Décima Quinta - A compensação financeira, no caso de atraso considerado, será incluída na nota fiscal/fatura seguinte ao da ocorrência.

Subcláusula Décima Sexta - No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive nas notas fiscais/fatura, serão estes restituídos a **CONTRATADA**, para as correções solicitadas, não respondendo a **CONTRATANTE** por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

Subcláusula Décima Sétima - Para o pagamento a **CONTRATANTE** realizará consulta prévia ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação da **CONTRATADA**.

Subcláusula Décima Oitava - Constatada a situação de irregularidade da **CONTRATADA** junto ao SICAF, ela será notificada, por escrito, para que no prazo de até 30 (trinta) dias regularize sua situação junto ao SICAF ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, sob pena de rescisão contratual.

Subcláusula Décima Nona - O prazo estipulado poderá ser prorrogado a critério da Administração.

Subcláusula Vigésima - Qualquer alteração nos dados bancários deverá ser comunicada à **CONTRATANTE**, por meio de Carta, ficando sob inteira responsabilidade da **CONTRATADA** os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

Subcláusula Vigésima Primeira - O pagamento efetuado pela **CONTRATANTE** não isenta a **CONTRATANTE** de suas obrigações e responsabilidades assumidas.



Presidência da República
Secretaria-Geral
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos

CLÁUSULA QUINTA – DO AUMENTO E DA SUPRESSÃO

No interesse da **CONTRATANTE** o objeto deste Contrato poderá ser suprimido ou aumentado até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, facultada a supressão além desse limite, por acordo entre as partes, conforme disposto no art. 65, parágrafos primeiro e segundo, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DA REPACTUAÇÃO

Será admitida a repactuação dos preços dos serviços continuados contratados com o prazo de vigência igual ou superior a 12 (doze) meses, desde que seja observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, a contar da data do orçamento a que a proposta se referir, ou da data da última repactuação.

Subcláusula Primeira - Será adotada com data do orçamento a que proposta se referir, a data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, que estipular o salário vigente à época da apresentação da proposta, vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de antecipações e de benefícios não previstos originariamente.

Subcláusula Segunda - A repactuação será procedida de demonstração analítica do aumento dos custos, de acordo com Planilha de Custos, apresentada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

Este Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar de 30 de maio de 2011, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93, mediante a celebração do competente Termo Aditivo, até um total de 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários ao atendimento das despesas, no valor de **R\$ 4.227.636,59 (quatro milhões, duzentos e vinte e sete mil, seiscentos e trinta e seis reais e cinquenta e nove centavos)**, correrão à conta do PTRES: 000947; Natureza da Despesa: 339037 e 339030.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA CONTRATUAL

No prazo de até 10 (dez) dias da assinatura deste Contrato e retirada da nota de empenho a **CONTRATADA** deverá apresentar garantia no valor de **R\$ 211.381,82 (duzentos e onze mil, trezentos e oitenta e um reais e oitenta e dois centavos)**, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total deste Contrato, a fim de assegurar a sua execução, prevista no artigo 56 da Lei nº 8.666/1993, na modalidade de Seguro Garantia.

Subcláusula Primeira – O descumprimento do prazo de entrega da garantia implicará em multa diária por atraso, de 1% (um por cento), sobre o valor da garantia.



Presidência da República
Secretaria-Geral
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos

Subcláusula Segunda - Caso haja atraso superior a 5 (cinco) dias na apresentação da garantia, considerar-se-á o inadimplemento deste Contrato, e conseqüentemente sua rescisão.

Subcláusula Terceira - Se a opção de garantia for em seguro-garantia ou fiança bancária deverá conter expressamente cláusula de atualização financeira, de imprescritibilidade, de inalienabilidade e de irrevogabilidade.

Subcláusula Quarta - A garantia prestada pela **CONTRATADA** deverá ter validade de 3 (três) meses após o término da vigência contratual e somente será liberada, ou restituída, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, depois de expirado o prazo de vigência do Contrato ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação.

Subcláusula Quinta - Quando a garantia for apresentada em dinheiro, ela será atualizada monetariamente, conforme os critérios estabelecidos pela instituição bancária em que for realizado o depósito.

Subcláusula Sexta - Aditado o Contrato, prorrogado o prazo de sua vigência ou alterado o seu valor, ou reduzido o valor da garantia em razão de aplicação de qualquer penalidade, a **CONTRATADA** fica obrigada a apresentar garantia complementar ou a substituí-la, no mesmo percentual e modalidades constantes desta Seção.

Subcláusula Sétima - Em caso de prorrogação do prazo contratual, a garantia será liberada após a apresentação da nova garantia e da assinatura de termo aditivo ao Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, sem justificativa aceita pela **CONTRATANTE**, resguardados os preceitos legais pertinentes, poderá acarretar:

- 1) Multa de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento), ao dia, sobre a parcela que der causa, em caso de atraso na prestação dos serviços, limitada a incidência a 30 (trinta) dias.
- 2) Multa de 10% (dez por cento), sobre o valor da parcela que der causa, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no item anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida.
- 3) Multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor da contratação, em caso de inexecução total da obrigação assumida.
- 4) Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), calculada sobre o valor da contratação, por infração a qualquer cláusula ou condição pactuada neste instrumento.
- 5) Advertência.



Presidência da República
Secretaria-Geral
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos

6) Além dessas, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, por descumprimento das obrigações contratuais a **CONTRATANTE** aplicará multas, conforme as infrações cometidas e a graduação estabelecida no ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO, nas tabelas a seguir:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	R\$ 300,00
2	R\$ 500,00
3	R\$ 700,00
4	R\$ 900,00
5	R\$ 2.000,00
6	R\$ 5.000,00

Tabela 2

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	PERMITIR A PRESENÇA DE EMPREGADO NÃO UNIFORMIZADO OU COM UNIFORME MANCHADO, SUJO, MAL APRESENTADO E/OU SEM CRACHÁ;	1	POR EMPREGADO E POR OCORRÊNCIA
2	MANTER FUNCIONÁRIO SEM QUALIFICAÇÃO PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS;	1	POR EMPREGADO E POR DIA
3	EXECUTAR SERVIÇO INCOMPLETO, PALIATIVO SUBSTITUTIVO COMO POR CARÁTER PERMANENTE, OU DEIXAR DE PROVIDENCIAR RECOMPOSIÇÃO COMPLEMENTAR;	2	POR OCORRÊNCIA
4	FORNECER INFORMAÇÃO PÉRFIDA DE SERVIÇO OU SUBSTITUIÇÃO DE MATERIAL;	2	POR OCORRÊNCIA
5	EXECUTAR SERVIÇO SEM A UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI), QUANDO NECESSÁRIOS;	3	POR EMPREGADO E POR OCORRÊNCIA
6	SUSPENDER OU INTERROMPER, SALVO MOTIVO DE FORÇA MAIOR OU CASO FORTUITO, OS SERVIÇOS CONTRATUAIS;	6	POR DIA E POR TAREFA DESIGNADA
7	DESTRUIR OU DANIFICAR DOCUMENTOS POR CULPA OU DOLO DE SEUS AGENTES;	3	POR OCORRÊNCIA
8	UTILIZAR AS DEPENDÊNCIAS DO CONTRATANTE PARA FINS DIVERSOS DO OBJETO DO CONTRATO;	5	POR OCORRÊNCIA
9	RECUSAR-SE A EXECUTAR SERVIÇO DETERMINADO PELA FISCALIZAÇÃO, SEM MOTIVO JUSTIFICADO;	5	POR OCORRÊNCIA
10	PERMITIR SITUAÇÃO QUE CRIE A POSSIBILIDADE DE CAUSAR OU CAUSE DANO FÍSICO, LESÃO CORPORAL OU CONSEQUÊNCIAS LETAIS;	6	POR OCORRÊNCIA
11	RETIRAR DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA QUAISQUER EQUIPAMENTOS OU FERRAMENTAS, PREVISTOS EM CONTRATO, SEM AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO RESPONSÁVEL;	1	POR ITEM E POR OCORRÊNCIA
12	RETIRAR FUNCIONÁRIOS OU ENCARREGADOS DO SERVIÇO DURANTE O EXPEDIENTE, SEM A ANUÊNCIA PRÉVIA DO CONTRATANTE;	4	POR EMPREGADO E POR DIA
13	REUTILIZAR MATERIAL, PEÇA OU EQUIPAMENTO SEM ANUÊNCIA DA FISCALIZAÇÃO.	1	POR OCORRÊNCIA



Presidência da República
Secretaria-Geral
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos

PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:			
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
14	REGISTRAR E CONTROLAR, DIARIAMENTE, A ASSIDUIDADE E A PONTUALIDADE DE SEU PESSOAL;	1	POR FUNCIONÁRIO E POR DIA
15	APRESENTAR NOTAS FISCAIS DISCRIMINANDO PREÇO E QUANTIDADE DE TODOS OS MATERIAIS UTILIZADOS MENSALMENTE, INDICANDO MARCA, QUANTIDADE TOTAL E QUANTIDADE UNITÁRIA (VOLUME, PESO ETC.);	1	POR OCORRÊNCIA
16	SUBSTITUIR EMPREGADO QUE TENHA CONDUTA INCONVENIENTE OU INCOMPATÍVEL COM SUAS ATRIBUIÇÕES;	1	POR EMPREGADO E POR DIA
17	MANTER A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ATUALIZADA;	1	POR ITEM E POR OCORRÊNCIA
18	CUMPRIR HORÁRIO ESTABELECIDO PELO CONTRATO OU DETERMINADO PELA FISCALIZAÇÃO;	1	POR OCORRÊNCIA
19	CUMPRIR DETERMINAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO PARA CONTROLE DE ACESSO DE SEUS FUNCIONÁRIOS;	1	POR OCORRÊNCIA
20	FORNECER EPI, QUANDO EXIGIDO, AOS SEUS EMPREGADOS E DE IMPOR PENALIDADES ÀQUELES QUE SE NEGAREM A USÁ-LOS;	2	POR EMPREGADO E POR OCORRÊNCIA
21	CUMPRIR DETERMINAÇÃO FORMAL OU INSTRUÇÃO COMPLEMENTAR DA FISCALIZAÇÃO;	2	POR OCORRÊNCIA
22	SUBSTITUIR OS EQUIPAMENTOS QUE APRESENTAREM DEFEITOS E/OU APRESENTAREM RENDIMENTO INSATISFATÓRIO EM ATÉ 48 (QUARENTA E OITO) HORAS DA COMUNICAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO;	2	POR DIA
23	EFETUAR A REPOSIÇÃO DE FUNCIONÁRIOS FALTOSOS;	2	POR OCORRÊNCIA
24	MANTER EM ESTOQUE O MATERIAL SUFICIENTE PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS;	3	POR OCORRÊNCIA
25	EFETUAR O PAGAMENTO DE SALÁRIOS, VALES-TRANSPORTE, VALES-REFEIÇÃO, SEGUROS, ENCARGOS FISCAIS E SOCIAIS, BEM COMO ARCAR COM QUAISQUER DESPESAS DIRETAS E/OU INDIRETAS RELACIONADAS À EXECUÇÃO DO CONTRATO NAS DATAS AVENÇADAS;	2	POR DIA E POR OCORRÊNCIA
26	ENTREGAR O UNIFORME AOS FUNCIONÁRIOS A CADA 6 (SEIS) MESES;	1	POR FUNCIONÁRIO E POR DIA
27	PROVIDENCIAR A MANUTENÇÃO PARA SOLUÇÃO DE PROBLEMA QUE ACARRETE SUSPENSÃO DE DISPONIBILIDADE OU DE OPERACIONALIDADE DE SISTEMA PREDIAL;	4	POR OCORRÊNCIA
28	APRESENTAR, QUANDO SOLICITADO, DOCUMENTAÇÃO FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA;	2	POR OCORRÊNCIA E POR DIA
29	MANTER SEDE, FILIAL OU ESCRITÓRIO DE ATENDIMENTO NA CIDADE LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, DO ITEM 8.1.48 DESTE TERMO DE REFERÊNCIA;	1	POR OCORRÊNCIA E POR DIA
30	ENTREGAR COM ATRASO A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO ITEM 10.4 DESTE TERMO DE REFERÊNCIA;	1	POR OCORRÊNCIA E POR DIA
31	ENTREGAR INCOMPLETA A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO ITEM 10.4 DESTE TERMO DE REFERÊNCIA;	1	POR OCORRÊNCIA E POR DIA
32	ENTREGAR COM ATRASO OS ESCLARECIMENTOS FORMAIS SOLICITADOS PARA SANAR AS INCONSISTÊNCIAS OU DÚVIDAS SUSCITADAS DURANTE A ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO ITEM 10.4 DESTE TERMO DE REFERÊNCIA;	1	POR OCORRÊNCIA E POR DIA

7) Será também considerada inexecução parcial caso a **CONTRATADA** se enquadre em pelo menos 1 (uma) das situações abaixo:



Tabela 3

SITUAÇÃO	GRAU DA INFRAÇÃO	QUANTIDADE DE INFRAÇÕES
1	1	7 OU MAIS
2	2	6 OU MAIS
3	3	5 OU MAIS
4	4	4 OU MAIS
5	5	3 OU MAIS
6	6	2 OU MAIS

8) Conforme disposto no Anexo I, inciso XXII da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/2008, o Acordo de Níveis de Serviços (ANS) deverá vir anexo ao Contrato.

8.1) As ocorrências desta Cláusula, bem como as penalidades resultantes serão formalizadas por meio de notificação, via Ofício.

Subcláusula Segunda - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas na Lei nº 8.666/93, inclusive responsabilização da **CONTRATADA** por eventuais perdas e danos causados à Administração.

Subcláusula Terceira - A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela **CONTRATANTE**.

Subcláusula Quarta - O valor da multa poderá ser descontado da nota fiscal ou crédito existente na **CONTRATANTE**, em favor da **CONTRATADA**, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

Subcláusula Quinta - As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato de autoridade competente da **CONTRATANTE**, devidamente justificado.

Subcláusula Sexta - Caso a **CONTRATADA** venha falhar ou fraudar na prestação dos serviços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.

Subcláusula Sétima - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a **CONTRATADA** às sanções previstas no Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005.

Subcláusula Oitava - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.



Presidência da República
Secretaria-Geral
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos

Subcláusula Nona - Em qualquer hipótese de aplicação de sanções serão assegurados à **CONTRATADA** o contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

Este Contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, com base nos motivos previstos nos arts. 77 e 78, na forma do art. 79, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO


A **CONTRATANTE** providenciará a publicação resumida do presente instrumento, nos termos do parágrafo único do art.61, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

As questões decorrentes da execução deste Contrato, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Brasília/DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem de pleno acordo com o que neste instrumento é pactuado, assinam o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual forma e teor, para que produzam os efeitos dele decorrente.

Brasília/DF, 27 de MAIO de 2011.


ÁLVARO HENRIQUE MATIAS PEREIRA
Diretor de Recursos Logísticos da Presidência da República

RENATO MARINHO DE ARAÚJO
WR Comercial de Alimentos e Serviços Ltda

Supremo Tribunal Federal

CONTRATO Nº 01/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE APOIO
ADMINISTRATIVO NA ÁREA DE
COPEIRAGEM, COM FORNECIMENTO
DE MATERIAL DE LIMPEZA, QUE
ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR
INTERMÉDIO DO SUPREMO
TRIBUNAL FEDERAL, E A EMPRESA
WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E
SERVIÇOS LTDA. PREGÃO
ELETRÔNICO Nº 97/2015 –
PROCESSO 356.512).

A **UNIÃO**, por intermédio do **SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**, sediado na Praça dos Três Poderes, em Brasília - Distrito Federal, CNPJ 00.531.640/0001-28, neste ato representado pelo Diretor-Geral, Senhor **Amarildo Vieira de Oliveira**, RG 561.385 SSP/DF e CPF 289.880.001-53, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso IX, alínea “z”, do Regulamento da Secretaria do Supremo Tribunal Federal, de 4/11/2003, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA.**, com sede no ADE Conjunto 10, Lotes 10/11, Salas 102/104, Águas Claras, Brasília/DF, CEP: 71.986-180, CNPJ 06.091.637/0001-17, telefone: (61) 3354.1967, fax: (61) 3354.1985, neste ato representada Sócio Gerente, Senhor **Renato Marinho de Araújo**, RG 1.585.422 SSP/DF e CPF 793.799.661-72, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato observando-se as normas constantes nas Leis 8.666/1993 e 10.520/2002 e no Decreto 3.555/2000, o contido no Processo 356.512 e mediante as cláusulas a seguir enumeradas.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – O objeto do presente Contrato é a prestação de serviços de apoio administrativo na área de copeiragem, com fornecimento de material de limpeza, observados o Edital de licitação, o Termo de Referência e a proposta da **CONTRATADA**, os quais, independentemente de transcrição, são partes integrantes deste instrumento, naquilo que não o contrarie.

Supremo Tribunal Federal

DO REGIME DE EXECUÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA – O objeto do presente instrumento será executado por empreitada por preço global, em conformidade com o disposto na Lei 8.666/1993.

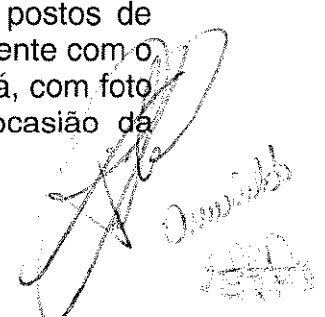
DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA TERCEIRA – Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

- a) prestar à **CONTRATADA** as informações e os esclarecimentos necessários ao cumprimento do objeto deste Contrato;
- b) permitir, durante a vigência do Contrato, o acesso dos representantes ou empregados da **CONTRATADA** ao local de prestação dos serviços, desde que devidamente identificados;
- c) acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços por meio de servidor especialmente designado, que anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;
- d) atestar a execução do objeto deste Contrato por meio do setor competente;
- e) efetuar o pagamento à **CONTRATADA** de acordo com as condições estabelecidas neste Contrato;
- f) aferir, por meio de sistema eletrônico, as horas de prestação de serviços dos postos de trabalho, para fins de pagamento;
- g) proceder à estimativa do quantitativo de horas suplementares e dar a autorização para a realização dos serviços em horas suplementares.

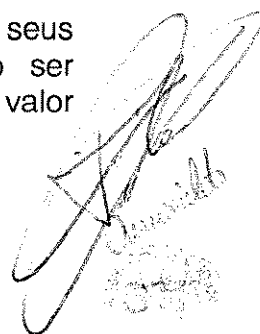
CLÁUSULA QUARTA – Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) executar os serviços e observar todas as condições estabelecidas no Termo de Referência;
- b) proceder a avaliação técnica e psicológica de todos os profissionais a serem alocados nos postos de trabalho, com vistas a aprovação do **CONTRATANTE**;
- c) apresentar previamente a relação dos profissionais contratados para os serviços, com a respectiva avaliação individual, a qual deverá atender as exigências estabelecidas neste Termo de Referência;
- d) manter os profissionais, quando em horário de funcionamento dos postos de trabalho, obrigatoriamente uniformizados OU trajados de forma condizente com o serviço a executar e identificados mediante uso permanente de crachá, com foto e nome visível, a ser confeccionado pelo **CONTRATANTE**, por ocasião da instalação do posto de trabalho;

Handwritten signature and a circular stamp, likely an official seal or approval mark, located in the bottom right corner of the page.

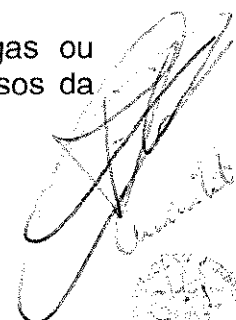
Supremo Tribunal Federal

- e) manter pessoal devidamente identificado por meio do uso de crachás de identificação, de acordo com os padrões de identificação do **CONTRATANTE**, sem que isso implique acréscimo nos preços contratados. O STF fornecerá crachá ao profissional alocado no posto de trabalho, no momento do preenchimento do posto. Na hipótese de extravio ou dano no crachá fornecido, a **CONTRATADA** deverá fornecer ao **CONTRATANTE** o custo do crachá, no valor de R\$ 11,71 (onze reais e setenta e um centavos). Esse valor poderá sofrer atualização;
- f) suprir toda e qualquer falta no posto de trabalho por outro profissional que atenda aos requisitos técnicos exigidos, no prazo máximo de 1 (uma) hora, a contar do início do titular, quando solicitado pelo **CONTRATANTE**. O substituto deverá cumprir os mesmos requisitos exigidos para o preenchimento do posto de trabalho, sendo que a **CONTRATADA** se obriga a:
 - f.1) manter nas dependências do **CONTRATANTE** cadastro dos profissionais, atualizado, de forma que o **CONTRATANTE** possa verificar, a qualquer tempo, a conformidade dos requisitos exigidos para o preenchimento do posto de trabalho a ser ocupado;
 - f.2) remunerar o profissional substituto com o salário devido ao profissional substituído, recolhendo-se os encargos correspondentes e previstos contratualmente;
 - f.3) preencher o posto vago após autorização do **CONTRATANTE**, sob pena de glosa do valor correspondente ao período em que o posto de trabalho permaneceu desocupado;
 - f.4) o substituto poderá ser profissional que esteja alocado em outro posto de trabalho contratado com a licitante vencedora desde que o substituto cumpra os mesmos requisitos exigidos para o preenchimento do posto de trabalho;
- g) nos casos de férias do titular do posto de trabalho, apresentar o profissional substituto no local de prestação dos serviços em até 5 (cinco) dias do início das férias do profissional titular do posto de trabalho, a fim de treinamento. O substituto deverá preencher todos os requisitos do titular, inclusive quanto aos aspectos de avaliação, devendo apresentar toda a documentação e atestados exigidos, quando da contratação para o preenchimento de um posto;
- h) no caso de falta do profissional, em qualquer posto de trabalho, não suprido por outro profissional, será descontado, do faturamento mensal, o valor correspondente ao número de horas não trabalhadas;
- i) cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados, como também aquelas referentes à segurança e à medicina do trabalho;
- j) responsabilizar-se por todo e qualquer dano que, por dolo ou culpa, os seus profissionais causarem a terceiros ou ao **CONTRATANTE**, devendo ser descontado, no primeiro pagamento subsequente à ocorrência, o valor correspondente aos prejuízos causados, conforme o caso;



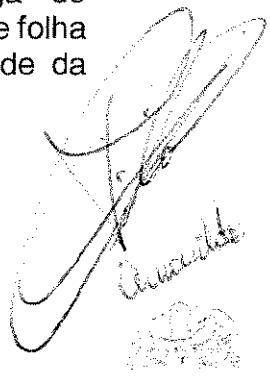
Supremo Tribunal Federal

- k) executar os serviços contratados, de acordo com os padrões de qualidade exigidos pelo **CONTRATANTE**;
- l) manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do **CONTRATANTE** ou de terceiros, que tomar conhecimento em razão da execução do Contrato, devendo orientar os profissionais nesse sentido;
- m) instruir os seus profissionais, quanto à prevenção de acidentes e incêndios nas dependências do **CONTRATANTE**;
- n) manter durante toda a execução do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;
- o) cumprir as normas e regulamentos internos do **CONTRATANTE**, porém sem qualquer vínculo empregatício com o órgão;
- p) substituir definitivamente, sempre que exigido pelo **CONTRATANTE** e independentemente de justificativa por parte deste, qualquer profissional no posto de trabalho cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do serviço público. Fica vedado o retorno dos profissionais substituídos às dependências do **CONTRATANTE**, para cobertura de licenças, dispensas, suspensão ou férias de outros profissionais;
- q) comunicar ao **CONTRATANTE**, por escrito, quando verificar condições inadequadas de execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do Contrato;
- r) comunicar, por escrito, eventual atraso ou paralisação dos serviços, apresentando razões justificadoras que serão objeto de apreciação pelo **CONTRATANTE**;
- s) acatar a fiscalização do **CONTRATANTE** levada a efeito por pessoa devidamente credenciada para tal fim, e cuja solicitação atender-se-á imediatamente, comunicando-o de quaisquer irregularidades detectadas durante a execução dos serviços;
- t) apresentar ao **CONTRATANTE** toda a Legislação Federal e Distrital atualizada existente ou que venha a ser criada que regulamenta as atividades contratadas, bem como, fornecer, quando da assinatura do contrato e quando de sua prorrogação e sempre que houver alteração, o acordo ou convenção coletiva registrado no Ministério do Trabalho e Emprego;
- u) criar métodos de incentivo profissional, visando motivar o profissional no desempenho de suas atividades;
- v) orientar os profissionais alocados nos postos de trabalhos a:
 - v.1) não permanecer em grupos conversando com visitantes, colegas ou funcionários, durante o horário de trabalho, sobre assuntos diversos da atividade exercida no posto;

A handwritten signature in black ink is written over a circular official stamp. The stamp contains text in Portuguese, including "Supremo Tribunal Federal" and "Assessoria de Comunicação Social".

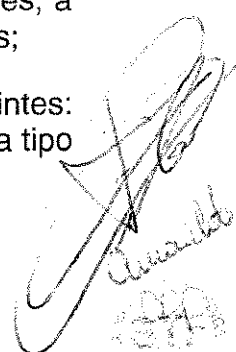
Supremo Tribunal Federal

- v.2) utilizar o telefone exclusivamente para o serviço. As chamadas externas realizadas em caráter particular serão cobradas em conta telefônica, devendo ser pagas até o 5º dia útil, a contar da notificação;
- v.3) apresentar-se devidamente asseados, barbeados, unhas e cabelos cortados e os cabelos presos ou curtos;
- v.4) portar em lugar visível o crachá de identificação confeccionado pelo **CONTRATANTE**;
- w) apresentar, no primeiro mês de cada período de vigência do contrato ou quando for solicitado pelo **CONTRATANTE**, o plano de férias dos profissionais alocados nos postos de trabalho ao **CONTRATANTE** para fins de avaliação, observada a necessidade de serviços do Tribunal;
- x) entregar, sempre que solicitado, à unidade fiscalizadora do Contrato, cópias dos comprovantes de pagamento de salário e de fornecimento de auxílio-alimentação e auxílio-transporte aos profissionais, os quais deverão constar nome e matrícula do profissional, data da entrega, bem como a quantidade e o valor dos vales e o mês de competência e, ainda, assinatura do profissional atestando o recebimento, cuja comprovação deverá ocorrer em até 2 (dois) dias úteis após a solicitação do **CONTRATANTE**;
- y) entregar ao profissional o auxílio-transporte e o auxílio-alimentação até o último dia útil do mês anterior ao da prestação dos serviços;
- z) efetuar o pagamento dos salários dos profissionais via depósito bancário na conta do trabalhador, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do **CONTRATANTE**;
- aa) manter matriz, filial ou escritório no Distrito Federal, durante toda a vigência do Contrato, com condições adequadas para gerenciar a prestação dos serviços;
- bb) fornecer, em até 5 (cinco) dias úteis, a contar da assinatura do Contrato, endereço da matriz, filial ou escritório no Distrito Federal, bem como número de telefone comercial fixo, móvel, fax também no Distrito Federal e endereço eletrônico (e-mail), devendo atualizar todos os dados sempre que houver alteração;
- cc) manter preposto nas dependências do **CONTRATANTE** a partir da assinatura do Contrato, no horário de 8h as 19h, em local a ser indicado pelo **CONTRATANTE**, que tenha capacidade gerencial para tratar dos assuntos contratuais, sem que isso implique acréscimo nos preços contratados. O preposto deverá manter contato com o representante da Administração durante a execução do Contrato, atender às solicitações do **CONTRATANTE**, efetuar controle de informações relativas ao faturamento mensal da **CONTRATADA**, atender os profissionais alocados nos postos de trabalho efetuando tarefas como: entrega de contracheques, auxílio-transporte, auxílio-alimentação, uniforme, controle de folha de ponto, bem como desempenhar outras atividades de responsabilidade da **CONTRATADA**;
- dd) não indicar como preposto profissional ocupante dos postos de trabalho;

A large, stylized handwritten signature in black ink is written over a circular official stamp. The stamp contains text that is partially obscured by the signature. Below the signature, there is a smaller, less legible stamp or mark.

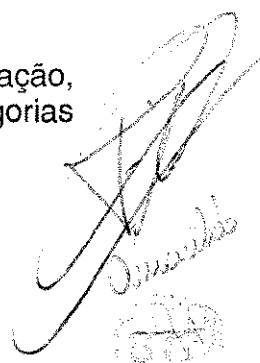
Supremo Tribunal Federal

- ee) não substituir profissional de posto de trabalho pelo preposto, nos casos de faltas ou impedimentos;
- ff) disponibilizar para o preposto todos os equipamentos, materiais e insumos necessários para o desempenho das atividades nas dependências do **CONTRATANTE**;
- gg) registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade dos profissionais;
- hh) manter os profissionais capacitados e atualizados de acordo com a necessidade dos serviços realizados nos postos de trabalho;
- ii) realizar, para os profissionais alocados nos postos de trabalho, treinamento contendo programação de economia de energia, água e outros recursos naturais, observadas as normas ambientais vigentes;
- jj) providenciar, no prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar do início da prestação dos serviços, junto ao INSS, senha para todos os empregados com o objetivo de acessar o Extrato de Informações Previdenciárias pela internet;
- kk) autorizar, no momento da assinatura do Contrato, o STF a fazer o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem honrados pela **CONTRATADA**, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- ll) viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados do presente contrato;
- mm) oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos sempre que solicitado pelo **CONTRATANTE**;
- nn) apresentar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 3 (três) dias, o comprovante das transferências/movimentações/extratos bancários referente às obrigações trabalhistas;
- oo) fornecer todo o material de limpeza, no quantitativo previsto para o primeiro mês, no primeiro dia da prestação dos serviços;
- pp) os profissionais da **CONTRATADA**, responsáveis pela entrega de materiais/produtos, ou outros que estiverem a serviços desta, enquanto permanecerem nas dependências do **CONTRATANTE**, deverão submeter-se às normas de segurança e disciplina do STF;
- qq) apresentar, para todos os profissionais ocupantes dos postos de trabalho de copeiragem, Atestado de Saúde Ocupacional, no primeiro mês de atividades, a cada renovação contratual, bem como na contratação de novos empregados;
 - qq.1) de cada Atestado de Saúde Ocupacional deverão constar os seguintes: exame parasitológico de fezes, hemograma completo, exame de urina tipo I (EAS), dermatológico e avaliação clínica;

A handwritten signature in black ink is written over a circular official stamp. The stamp contains the text "STF" and "Assinatura" (Signature) in a circular arrangement. The signature is slanted and appears to be "Amaral".

Supremo Tribunal Federal

- qq.2) os Atestados de Saúde Ocupacional serão sem ônus para os profissionais;
- rr) responsabilizar-se pelo transporte de seus profissionais da residência até as dependências do **CONTRATANTE**, e vice-versa;
- ss) providenciar, por meios próprios, o transporte dos funcionários quando houver paralisação dos transportes coletivos, independentemente de itinerário, percurso ou distância;
- tt) realizar, anualmente, reciclagem, abordando temas de relações interpessoais e segurança no trabalho, conforme ANEXO D do Termo de Referência, e de acordo com a necessidade de cada posto de trabalho e sempre que o **CONTRATANTE** entender conveniente, devendo ser apresentado o plano de reciclagem ao **CONTRATANTE** para fins de aprovação;
- uu) realizar anualmente, reciclagem para os profissionais alocados nos postos de trabalho de supervisão, que contenha conteúdo programático, tais como: características de liderança, como controlar; fiscalizar; autoridade funcional; autoridade moral; responsabilidade da função; atendimento de pessoas e noções básicas de Legislação Trabalhista, conforme Anexo D do Termo de Referência;
- vv) todo e qualquer custo de reciclagem será por conta da **CONTRATADA**;
- ww) todas as reciclagens devem ser avaliados pelo **CONTRATANTE**, quanto ao conteúdo (aplicação ao trabalho), ao instrutor, aos recursos didáticos e ao local físico. A **CONTRATADA** deverá enviar os relatórios das avaliações e a folha de frequência para o gestor do contrato, em até 5 (cinco) dias úteis, a contar da realização da reciclagem;
- xx) fornecer, os materiais de limpeza para os serviços de copeiragem, nas quantidades, especificações e periodicidade estabelecida no Anexo B do Termo de Referência;
- yy) fornecer os materiais e quantitativos definidos para um mês, no primeiro dia útil de vigência do Contrato, conforme Anexo B do Termo de Referência;
- zz) substituir qualquer material de limpeza cujo uso o **CONTRATANTE** considere prejudicial à boa conservação de seus pertences, equipamentos ou instalações ou ainda, que não atendam às necessidades dos serviços;
- aaa) a **CONTRATADA** deverá proceder, semanalmente, à lavagem dos uniformes dos profissionais alocados nos postos de trabalho de Garçom, Garçom-Presidência e Supervisão;
- bbb) observar as normas de segurança e medicina do trabalho, bem como fornecer produtos que se fizerem necessários, aos profissionais que estejam expostos em condições climáticas adversas;
- ccc) apresentar, quando da assinatura do contrato e quando de sua prorrogação, quando for o caso, os acordos ou convenções coletivas que regem as categorias profissionais vinculadas à execução dos serviços;
- ddd) observar as demais condições estabelecidas no Termo de Referência.

A handwritten signature in black ink is written over a circular official stamp. The stamp contains the text "Supremo Tribunal Federal" and "Assinatura" (Signature) in a circular arrangement around a central emblem.

Supremo Tribunal Federal

DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE

CLÁUSULA QUINTA – Constituem prerrogativas do **CONTRATANTE** examinar as carteiras de trabalho dos profissionais alocados nos postos de trabalho, para comprovar o registro de função profissional, o valor do salário e as obrigações trabalhistas.

DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA SEXTA – O **CONTRATANTE** nomeará gestor titular e substituto para executar a fiscalização do Contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da **CONTRATADA**, no que concerne à execução do objeto contratado.

Parágrafo primeiro – O gestor registrará, em relatório, as ocorrências, deficiências e falhas detectadas, cuja cópia será encaminhada à **CONTRATADA**, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

Parágrafo segundo – O gestor comunicará à autoridade competente, por escrito, as situações que impliquem atraso e descumprimento de cláusulas contratuais, para adoção dos procedimentos necessários à aplicação das sanções contratuais cabíveis, as situações que impliquem alterações contratuais, para autorização e demais providências à celebração de termo aditivo, bem como as situações que ultrapassem a sua competência, para adoção das medidas cabíveis.

DO VALOR

CLÁUSULA SÉTIMA – O valor mensal estimado do presente Contrato é de **R\$ 305.617,71 (trezentos e cinco mil, seiscentos e dezessete reais e setenta e um centavos)** e o valor anual estimado é de **R\$ 3.667.412,48 (três milhões, seiscentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e doze reais e quarenta e oito centavos)**, observados os Anexos ao Contrato.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

CLÁUSULA OITAVA – A despesa decorrente deste Contrato correrá à conta dos recursos consignados ao **CONTRATANTE** no Orçamento Geral da União de 2016, Programa de Trabalho: 02.061.0565.6359.5664 – Apreciação e Julgamento de Causas no Supremo Tribunal Federal, Naturezas da Despesa: 33.90.37 – Locação de Mão-de-Obra e 33.90.30 – Material de limpeza e produtos de higienização.

Supremo Tribunal Federal

DA GARANTIA FINANCEIRA

CLÁUSULA NONA – A **CONTRATADA** prestará garantia de execução do Contrato no valor de **R\$ 183.481,47 (cento e oitenta e três mil, quatrocentos e oitenta e um reais e quarenta e sete centavos)**, na modalidade **seguro-garantia**, correspondente a 5% do valor total anual estimado, tendo como beneficiário o **CONTRATANTE**.

Parágrafo primeiro – A garantia deverá ser apresentada no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da assinatura do Contrato.

Parágrafo segundo – A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
- b) multas punitivas aplicadas pelo STF à Contratada;
- c) prejuízos diretos causados ao STF decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza não adimplidas pela Contratada, quando couber;
- e) prejuízos indiretos causados ao STF e prejuízos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

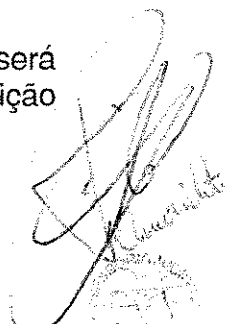
Parágrafo terceiro – Caso a garantia prestada pela **CONTRATADA** seja nas modalidades seguro-garantia ou fiança bancária, esta deverá prever, expressamente, cobertura indicada no parágrafo anterior.

Parágrafo quarto – O número do contrato garantido e/ou assegurado deverá constar dos instrumentos de garantia ou seguro a serem apresentados pelo garantidor e/ou segurador.

Parágrafo quinto – Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, o **CONTRATANTE** deverá comunicar o fato à seguradora e/ou fiadora paralelamente às comunicações de solicitação de defesa prévia ao **CONTRATANTE**.

Parágrafo sexto – A garantia referida nesta cláusula deverá ter validade de 3 (três) meses após o término da vigência contratual e somente será liberada ou restituída, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, depois de expirado o prazo de vigência do Contrato, ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação. Caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração.

Parágrafo sétimo – Quando a garantia for apresentada em dinheiro, ela será atualizada monetariamente, conforme os critérios estabelecidos pela instituição bancária em que for realizado o depósito.

A handwritten signature in black ink is written over a circular official stamp. The stamp contains some text, but it is mostly illegible due to the signature and the quality of the scan. The signature appears to be a stylized name, possibly 'J. Moura'.

Supremo Tribunal Federal

Parágrafo oitavo – Aditado o Contrato, prorrogado o prazo de sua vigência ou alterado o seu valor, ou reduzido o valor da garantia em razão de aplicação de qualquer penalidade, fica a **CONTRATADA** obrigada a apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do evento que deu ensejo à alteração, garantia complementar ou substituí-la, no mesmo percentual e modalidades constantes desta cláusula.

Parágrafo nono – No caso de prorrogação do prazo contratual, a garantia será liberada após a apresentação da nova garantia e da assinatura do termo aditivo ao Contrato.

DO RECEBIMENTO DO OBJETO

CLÁUSULA DEZ – O objeto deste Contrato será recebido por servidor formalmente designado pelo **CONTRATANTE**, que procederá à conferência de sua conformidade com o Edital, o Termo de Referência e o Contrato. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado o serviço.

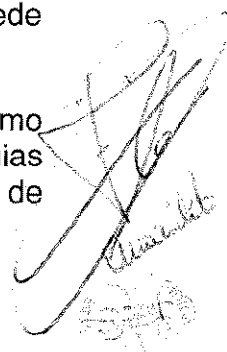
Parágrafo primeiro – Caso sejam constatadas inadequações, falhas ou incorreções na execução do objeto, a **CONTRATADA** fica obrigada a efetuar as correções necessárias, sem ônus para o **CONTRATANTE**.

Parágrafo segundo - O recebimento não exclui as responsabilidades civil e penal da **CONTRATADA**.

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA ONZE – O pagamento será efetuado mensalmente mediante crédito em conta corrente da **CONTRATADA**, por ordem bancária, em até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal/fatura, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e caso não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido a **CONTRATADA**, devendo apresentar ainda:

- a) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, comprovando regularidade com o FGTS;
- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal, contemplando comprovação de regularidade perante a Seguridade Social;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- d) prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da **CONTRATADA**;
- e) relação nominal dos profissionais alocados nos postos de trabalho, bem como cópia da folha de pagamento do mês anterior à execução do serviço e das guias de recolhimento de INSS e FGTS específicas do contrato, contendo a relação de

A handwritten signature in black ink is written over a circular official stamp. The stamp contains text that is partially obscured by the signature. The signature appears to be 'A. M. Silva'.

Supremo Tribunal Federal

empregados por tomador de serviço, acompanhadas dos respectivos comprovantes do efetivo recolhimento. Na hipótese de guias retificadoras, estas também deverão ser apresentadas, independentemente de quantas forem;

- f) comprovante de pagamento, do mês do adimplemento da obrigação, referente a auxílio-alimentação e auxílio-transporte dos profissionais alocados nos postos de trabalho;
- g) resumo discriminado de faturamento, incluindo o quantitativo e o número de horas de funcionamento dos postos de trabalho;
- h) demonstrativo de férias e licenças concedidas, indicando se houve ou não a ocupação dos postos de trabalho, referentes ao mês anterior da prestação dos serviços;
- i) planilha de cálculo do valor a ser abatido na nota fiscal pela não ocupação dos postos de trabalho em caso de faltas, férias e posto vago.
- j) nota fiscal de remessa e comprovante de entrega (ou outro documento equivalente, assinado pelo STF, pela Contratada e, quando for o caso, pelo ocupante do posto) referente aos materiais de limpeza, serviços de lavanderia e uniformes.

Parágrafo primeiro – Os custos com os benefícios referentes à Assistência Odontológica e ao Plano de Saúde serão ressarcidos mediante a efetiva comprovação dos gastos com a apresentação de contratos coletivos de Plano de Saúde e/ou Odontológico, firmados com operadoras de Plano de Saúde e/ou Odontológico, autorizadas a funcionar pela Agência Nacional de Saúde Suplementar ou a comprovação do repasse conforme previsto em convenção coletiva de trabalho, acompanhados da relação nominal mensal dos profissionais ocupantes dos postos de trabalho beneficiários dos respectivos planos.

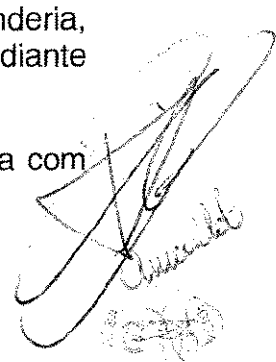
Parágrafo segundo – Os custos com os benefícios referentes ao Auxílio Funeral serão ressarcidos mediante a efetiva comprovação do óbito do funcionário ocupante do posto de trabalho, acompanhado do respectivo recibo. O valor a ser ressarcido corresponderá ao definido na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria.

Parágrafo terceiro – Caso a **CONTRATADA** realize o desconto do Vale Refeição no contracheque do empregado, caso estabelecido em Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria, os valores pagos a mais pelo STF serão glosados.

Parágrafo quarto – O ressarcimento relativo a Materiais de Limpeza, Serviços de Lavanderia e Uniformes será realizado com base na cotação apresentada pela Adjudicatária quando da licitação.

Parágrafo quinto – O pagamento referente aos valores gastos com Seguro de Vida, Auxílio Funeral, Uniformes, Materiais de Limpeza, Serviços de Lavanderia, Assistência Odontológica e Plano de Saúde serão pagos à Adjudicatária mediante ressarcimento.

Parágrafo sexto – A **CONTRATADA** não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ diverso do qualificado no preâmbulo do Contrato.

A handwritten signature in black ink is written over a circular official stamp. The stamp contains some text, but it is mostly obscured by the signature. The signature appears to be 'Antonio Carlos'.

Supremo Tribunal Federal

Parágrafo sétimo – As notas fiscais/faturas apresentadas em desacordo com o estabelecido no Edital, na nota de empenho, neste Contrato ou quando observada qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida à **CONTRATADA** e nesse caso o prazo previsto nesta Cláusula será interrompido. A contagem do prazo previsto para pagamento será iniciada a partir da respectiva regularização.

Parágrafo oitavo – O **CONTRATANTE** reserva-se o direito de somente efetuar o pagamento dos serviços prestados após a comprovação do pagamento dos correspondentes salários, auxílio-alimentação e auxílio-transporte dos profissionais alocados nos postos de trabalho e dos respectivos encargos sociais.

Parágrafo nono – A comprovação de que trata o parágrafo anterior será demonstrada mediante apresentação de documentos oficiais, correspondentes ao mês do adimplemento da obrigação ou, excepcionalmente, do mês anterior, quando ainda não vencidas as referidas contribuições.

Parágrafo dez – No caso de falta do profissional em qualquer posto de trabalho, não suprido por outro profissional, será descontado do faturamento mensal o valor correspondente ao número de horas não trabalhadas.

Parágrafo onze – Por ocasião da liquidação e pagamento dos serviços faturados pela **CONTRATADA**, o **CONTRATANTE** efetuará a retenção dos impostos, observando o disposto na Instrução Normativa 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal. O ato de retenção observará as competências atribuídas ao substituto tributário, nos termos da legislação tributária.

Parágrafo doze – No último mês de vigência contratual, a **CONTRATADA** deverá apresentar planilha com as ocorrências de falta, férias dos profissionais alocados e não substituídos e postos de trabalho não ocupados referente ao mês anterior e ao mês do faturamento.

Parágrafo treze – Acerca do componente de custo relativo ao aviso prévio, o **CONTRATANTE** somente indenizará a **CONTRATADA**, por ocasião do último pagamento, caso não a comunique quanto à prorrogação do Contrato, no prazo de 35 (trinta e cinco) dias antes do seu término.

Parágrafo quatorze – O valor do aviso prévio de término de vigência do Contrato corresponderá a 7 (sete) dias não trabalhados, o que será representado pelo percentual de 23,33% ($7/30 \times 100$), a ser aplicado sobre a remuneração do profissional alocado no respectivo posto de trabalho, observada a legislação trabalhista. Sobre esse valor incidirá o percentual dos demais componentes e tributos.

CLÁUSULA DOZE – O pagamento dos serviços prestados no último mês de vigência contratual somente ocorrerá após a comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas (pagamento do salário referente ao último mês de vigência do Contrato e quitação relativa à rescisão do Contrato de trabalho entre empregado e empregador), por parte da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA TREZE – Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou à atualização monetária.

A handwritten signature in black ink is written over a circular official stamp. The stamp contains text that is partially obscured by the signature and the word 'Estatuto' at the bottom.

Supremo Tribunal Federal

CLÁUSULA QUATORZE – O Supremo Tribunal Federal disponibiliza na internet informações sobre pagamentos realizados e tributos recolhidos de seus fornecedores. Acesse www.stf.jus.br, clique em <acesso a informação>, depois em <transparência> e <dados diários da despesa>.

DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

CLÁUSULA QUINZE – Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que não tenha concorrido de alguma forma a **CONTRATADA**, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), coluna 2, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, ocorrida entre a data final prevista para pagamento e a data de sua efetiva realização.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

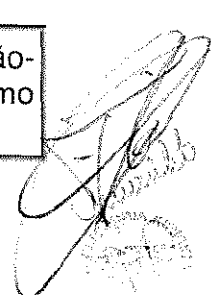
CLÁUSULA DEZESSEIS – Nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/02, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada no SICAF ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da mesma Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais penalidades legais, a licitante que:

- a) não assinar o Contrato, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) apresentar documentação falsa;
- c) deixar de entregar os documentos exigidos para o certame;
- d) retardar, falhar ou fraudar a execução da obrigação assumida;
- e) não mantiver a proposta;
- f) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

CLÁUSULA DEZESSETE – A **CONTRATADA** ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de:
 - b.1) 0,1% sobre o valor unitário mensal contratado, nos casos de a **CONTRATADA**:

b.1.1)	permitir a presença de profissional alocado no posto de trabalho não-uniformizado, com uniforme manchado, sujo, mal apresentado, bem como sem portar o crachá, aplicada por profissional e por ocorrência;
--------	--



Supremo Tribunal Federal

b.1.2)	deixar de registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade do pessoal, aplicada por profissional e por dia;
b.1.3)	recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, aplicada por serviço e por dia;
b.1.4)	deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, aplicada por ocorrência;
b.1.5)	deixar de cumprir quaisquer dos itens do Contrato e anexos não-previstos nesta tabela de multas, aplicada por ocorrência e por dia;

b.2) por atraso de salários (A), inclusive férias (B) e 13º salário (C), auxílio-transporte (D) e/ou auxílio-refeição (E) nas datas avençadas, calculados aplicando-se a fórmula a seguir:

$$X = (10\% (A+B+C+D+E)) \times F \times G/30 + R\$ 400,00$$

Onde:

A, B, C, D, E = valor do item inadimplido, quando for o caso;

F = número de profissionais afetados;

G = número de dias em atraso;

R\$ 400,00 = corresponde ao valor mínimo da multa. No caso de mais de uma ocorrência dentro do mesmo mês, este valor será acrescido uma única vez;

b.3) 0,3% sobre o valor mensal contratado, nos casos de:

b.3.1)	não manter preposto nas dependências do STF, no horário definido no Termo de Referência, aplicada por dia;
b.3.2)	não manter matriz, filial ou escritório no Distrito Federal, durante a vigência do Contrato, com condições adequadas para gerenciar a prestação dos serviços, aplicada por dia;
b.3.3)	não cumprir quaisquer dos itens do Contrato e anexos não-previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, aplicada por ocorrência e por dia;

b.4) 0,07% ao dia sobre o valor mensal contratado, no caso de atraso injustificado para atendimento dos prazos estabelecidos pela Administração para apresentação de documentos, assinatura ou devolução de instrumentos contratuais e seus aditivos, se for o caso;

b.5) 1% ao dia sobre o valor mensal contratado, no caso de suspensão ou interrupção dos serviços contratuais, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, aplicada por posto de trabalho;

Supremo Tribunal Federal

b.6) 2% sobre o valor mensal contratado, no caso de permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequência letal nas dependências do STF, aplicada por ocorrência;

b.7) 0,07% ao dia sobre o valor total contratado, no caso de atraso para apresentação da garantia contratual, limitada ao máximo de 2%. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias poderá configurar inexecução parcial da obrigação assumida;

b.8) 2% sobre o valor total contratado, no caso de não recolhimento das contribuições sociais da Previdência Social e/ou não recolhimento do FGTS dos empregados, podendo configurar inexecução parcial da obrigação assumida;

b.9) 5% sobre o valor total contratado, em caso de inexecução parcial da obrigação assumida, podendo ensejar rescisão contratual;

b.10) 10% sobre o valor total contratado, em caso de inexecução total da obrigação assumida, ensejando rescisão contratual;

b.11) no caso de descumprimento de qualquer obrigação constante da planilha de custos anexa ao Contrato ou à proposta, o valor da multa será igual ao dobro da vantagem auferida pela adjudicatária;

c) impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos da Lei 10.520/02;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da Lei 8.666/93.

Parágrafo primeiro – O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE à CONTRATADA**, descontado da garantia contratual ou cobrado judicialmente, nesta ordem.

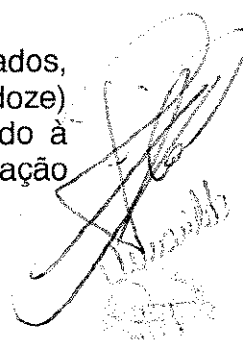
Parágrafo segundo – As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" da Cláusula Dezessete poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA DEZOITO – O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar de **01 de janeiro de 2016**, podendo ser prorrogado pelo período de até 60 (sessenta) meses.

DA REPACTUAÇÃO

CLÁUSULA DEZENOVE – Os preços contratados poderão ser repactuados, mediante negociação entre as partes, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data do orçamento a que a proposta se referir, cabendo à **CONTRATADA** apresentar, junto à solicitação, a devida justificativa e demonstração

A handwritten signature in black ink is written over a circular official stamp. The stamp contains text that is partially obscured by the signature and the word 'Assinada' written below it.

Supremo Tribunal Federal

analítica da variação dos componentes de custo do Contrato, de acordo com planilha de custos e formação de preços, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, com a comprovação de registro na Delegacia Regional do Trabalho, entre outros, visando à análise e aprovação pelo **CONTRATANTE**.

Parágrafo primeiro – Para os fins previstos nesta Cláusula, considera-se como data do orçamento a que a proposta se referir, a data do início da vigência do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, que estipular o salário vigente à época da apresentação da proposta.

Parágrafo segundo – Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

Parágrafo terceiro – Por ocasião da repactuação, poderão ser contemplados todos os componentes de custo do Contrato que tenham sofrido variação, desde que haja uma demonstração analítica devidamente justificada e comprovada.

Parágrafo quarto – Quanto ao critério de enquadramento sindical para efeito de repactuação, o **CONTRATANTE** verificará se o empregado pertence ou não à categoria diferenciada, e procederá da seguinte forma:

a) se o empregado não pertencer à categoria diferenciada, o critério de enquadramento sindical será o da atividade econômica preponderante do empregador, independentemente da função desempenhada pelo trabalhador;

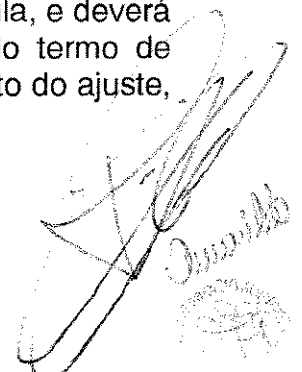
b) se o empregado pertencer à categoria diferenciada, será aplicada a convenção coletiva do profissional integrante da categoria diferenciada, só fazendo jus aos benefícios da convenção coletiva de sua categoria se a empresa contratada for representada por órgão de classe de sua categoria, caso contrário, aplica-se a convenção coletiva referente à atividade econômica preponderante do empregador;

c) quando não for possível determinar a atividade preponderante do empregador em razão da diversidade de áreas em que atua (normalmente situação das empresas de terceirização com locação de mão de obra), o enquadramento sindical deve ser feito pela atividade efetivamente exercida pelo empregado.

Parágrafo quinto – Caberá à **CONTRATADA**, dentre outros documentos necessários à repactuação, apresentar documentação atualizada comprovando o Fator Acidentário de Prevenção (FAP) a ser aplicado. O STF repactuará o FAP para reduzi-lo, com efeitos retroativos, não se admitindo majoração deste item.

Parágrafo sexto – Não é admitida a inclusão, por ocasião da repactuação, de qualquer item de custo não previsto nos componentes apresentados originariamente, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

Parágrafo sétimo – A proposta de repactuação dependerá de iniciativa da **CONTRATADA**, observados os termos exigidos pelo *caput* desta Cláusula, e deverá ser apresentada durante a vigência do contrato, com a assinatura do termo de prorrogação de vigência contratual ou, se for o caso, com o encerramento do ajuste, sob pena de preclusão do direito de repactuar.



Supremo Tribunal Federal

Parágrafo oitavo – Nos casos em que o acordo coletivo ou a convenção coletiva da categoria não houver sido homologado até a data da assinatura do termo de prorrogação da vigência do contrato, a **CONTRATADA** deve, sob pena de preclusão, ressaltar, no termo aditivo de prorrogação, o seu direito a repactuar. A partir da ressalva, a formalização do pedido de repactuação deverá ocorrer até a data da assinatura do termo de prorrogação subsequente.

Parágrafo nono – A inércia da **CONTRATADA** em ressaltar seu direito ou em solicitar a repactuação, antes do prazo estipulado, implicará a preclusão do direito à repactuação.

DO REAJUSTE

CLÁUSULA VINTE – Os preços contratados referentes a uniformes, materiais de limpeza e serviços de lavanderia serão reajustados, tendo como limite máximo a variação do IPCA/IBGE ocorrida nos últimos 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta ou do orçamento a que ela se refere, ou do último reajuste.

DA ALTERAÇÃO E DA RESCISÃO

CLÁUSULA VINTE E UM– Este Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos termos do art. 65 da Lei 8.666/1993, mediante Termo Aditivo.

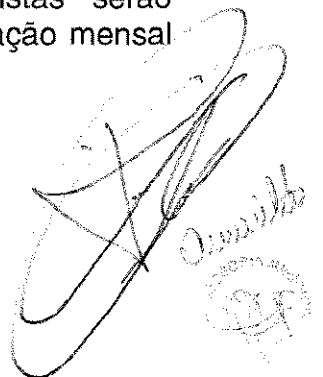
CLÁUSULA VINTE E DOIS – Este Contrato poderá ser rescindido por inadimplemento de cláusula estabelecida neste Contrato ou nos casos previstos no art. 78 da Lei 8.666/1993, e será rescindido nos casos de subcontratação total ou parcial do objeto. Assegurado o contraditório e a ampla defesa, após notificação.

Parágrafo único – Nos casos em que a **CONTRATADA** sofrer processos de fusão, cisão ou incorporação, será admitida a continuação desta contratação desde que a execução do Contrato não seja afetada e que a **CONTRATADA** mantenha o fiel cumprimento dos termos contratuais e das condições de habilitação.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS – Ao **CONTRATANTE** é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inciso I, da Lei 8.666/1993, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e segundo do mesmo artigo, bem como as do art. 80.

DO CONTINGENCIAMENTO DOS ENCARGOS TRABALHISTAS

CLÁUSULA VINTE E QUATRO – Os encargos sociais trabalhistas serão contingenciados pelos percentuais abaixo, incidentes sobre a remuneração mensal dos empregados alocados nos postos de trabalho.



Supremo Tribunal Federal

Encargos Sociais	Percentuais
13º Salário	8,33%
Férias	8,33%
Subtotal	16,66%
Impacto sobre 13º Salário e Férias (Incidência do Grupo A, conforme o RAT)	5,95 %
Abono de Férias	2,78%
FGTS rescisões sem justa causa	3,60%
Percentual total dos encargos sociais a contingenciar	28,99 %

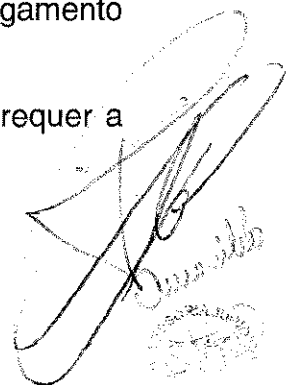
CLÁUSULA VINTE E CINCO – A **CONTRATADA** solicitará autorização do **CONTRATANTE** para efetuar transferência/movimentação dos valores referentes às despesas com o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados que prestam os serviços contratados pelo **CONTRATANTE**, ocorridas durante a vigência do contrato. Para tanto, a **CONTRATADA** deverá apresentar ao **CONTRATANTE**, com antecedência suficiente para análise, planilha indicando os nomes dos profissionais a serem favorecidos, os documentos comprobatórios da ocorrência de indenizações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.

CLÁUSULA VINTE E SEIS – A parcela correspondente ao Aviso Prévio Trabalhado será liberada no término do Contrato juntamente com o saldo remanescente na conta vinculada, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

DAS HORAS SUPLEMENTARES

CLÁUSULA VINTE E SETE – Os profissionais alocados nos postos de trabalho poderão, quando necessário, realizar serviços em horas suplementares, observado o limite estabelecido na CLT. A realização de serviços em horas suplementares deverá ser compensada com a respectiva diminuição na jornada, durante o mesmo mês, de acordo a necessidade do serviço. Caso não seja possível, será efetuado o pagamento das referidas horas suplementares.

Parágrafo primeiro – A realização de serviços em horas suplementares requer a adoção dos seguintes procedimentos:



Supremo Tribunal Federal

- a) apresentação de justificativa prévia do setor interessado, indicando número de posto, horário e período;
- b) existência de disponibilidade orçamentária;
- c) autorização prévia do ordenador de despesa;
- d) registro em sistema de controle de prestação de serviços.

Parágrafo segundo – As horas suplementares serão remuneradas com o resultado da seguinte operação:

$$VHS = \frac{S \times ES \times i \times BDI'}{h}$$

Onde:

VHS = Valor da hora Suplementar.

S = Salário + adicional.

i = índice referente ao acréscimo sobre a hora normal, assumindo os valores de:

1,5 para o acréscimo legal de 50% sobre o valor do salário para os serviços realizados de segunda-feira a sábado e feriados forenses, ou 2,0 para o acréscimo legal de 100% sobre o valor do salário para os serviços realizados aos domingos e feriados.

h = divisor referente ao número de horas mensais, assumindo o valor de 220 para 44 horas semanais.

ES = constante da equação que engloba o índice referente ao Grupo A dos Encargos Sociais, de **35,72 %**, incidente sobre o resultado da soma do salário mais o respectivo acréscimo legal (integrado na equação).

BDI' = utiliza-se a fórmula constante do Edital para o cálculo do BDI, excluindo-se o percentual referente à Taxa de Despesa Administrativa, considerando os percentuais de Taxa dos Tributos sobre o Faturamento e Taxa de Lucro apresentados pela licitante.

Parágrafo terceiro – Somente será considerada hora suplementar aquela que exceder à quantidade de horas mensais previstas para cada posto de trabalho.

Parágrafo quarto – O controle do funcionamento dos postos de trabalho será realizado eletronicamente, por meio de sistema de controle de prestação de serviços.

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

CLÁUSULA VINTE E OITO – Aplicam-se à execução do presente Contrato a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas legais pertinentes.



Supremo Tribunal Federal

DO FORO

CLÁUSULA VINTE E NOVE – Para dirimir eventuais conflitos oriundos do presente Contrato é competente o foro de Brasília - Distrito Federal.

DA PUBLICIDADE

CLÁUSULA TRINTA– O extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/1993.

Justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual forma e teor.

Brasília-DF, *11* de *dezembro* de 2015.

Pelo **CONTRATANTE**

Amarildo V. de Oliveira
Amarildo Vieira de Oliveira
Diretor-Geral

Pela **CONTRATADA**

Renato Marinho de Araújo
Renato Marinho de Araújo
Sócio Gerente




A
AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2018
Processo Administrativo nº 50300.011034/2018-51

DECLARAÇÃO DE REPACTUAÇÃO PELA CCT A QUE ESTÁ VINCULADA

A **WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ: 06.091.637/0001-17, Inscrição Estadual n.º 07.469.908/001-40, sediada na ADE CONJUNTO 10 LOTES 10/11 – Águas Claras – DF CEP: 71.986-180 Telefone: (61) 3354-1967 e e-mail: licitacao@wrcomercial.com.br, por intermédio de seu representante legal o Sr.º **RENATO MARINHO DE ARAÚJO**, portador da Carteira de Identidade nº 1.585.422 SSP-DF e CPF nº 793.799.661-72, **DECLARO**, para os devidos fins e sob os ditames da Lei, que tomará por base a Convenção Coletiva de Trabalho – CCT DF000001/2018 firmada entre o SINDSERVIÇOS/DF e o SEAC/DF a qual estamos vinculados, em caso de repactuação decorrente do contrato firmado relativo a esta contratação emergencial.

Brasília, 11 de setembro de 2018.



WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA
RENATO MARINHO DE ARAUJO
Sócio-Gerente

A
AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2018
Processo Administrativo nº 50300.011034/2018-51

AUTORIZAÇÃO DE DESCONTO

A **WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ: 06.091.637/0001-17, Inscrição Estadual n.º 07.469.908/001-40, sediada na ADE CONJUNTO 10 LOTES 10/11 – Águas Claras – DF CEP: 71.986-180 Telefone: (61) 3354-1967 e e-mail: licitacao@wrcomercial.com.br, por intermédio de seu representante legal o Sr.º **RENATO MARINHO DE ARAÚJO**, portador da Carteira de Identidade nº 1.585.422 SSP-DF e CPF nº 793.799.661-72, **DECLARO**, para os devidos fins e sob os ditames da Lei, autoriza a Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ a fazer o desconto na fatura e o pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, conforme Instrução Normativa do MPOG nº 06, de 23 de dezembro de 2013.

Brasília, 11 de setembro de 2018.



WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA
RENATO MARINHO DE ARAUJO
Sócio-Gerente

A
AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2018
Processo Administrativo nº 50300.011034/2018-51

DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DOS PREÇOS APRESENTADOS NA PROPOSTA

A **WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ: 06.091.637/0001-17, Inscrição Estadual n.º 07.469.908/001-40, sediada na ADE CONJUNTO 10 LOTES 10/11 – Águas Claras – DF CEP: 71.986-180 Telefone: (61) 3354-1967 e e-mail: licitacao@wrcomercial.com.br, por intermédio de seu representante legal o Sr.º **RENATO MARINHO DE ARAÚJO**, portador da Carteira de Identidade nº 1.585.422 SSP-DF e CPF nº 793.799.661-72, apresentou proposta de preços na qual estão incluídas todas as despesas relativas a mão de obra, insumos, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, seguros e demais encargos, deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos. DECLARO, ainda, que nos responsabilizamos pelo preço final apresentado, inclusive no tocante aos módulos referentes à composição da remuneração de cada categoria profissional, constantes nas planilhas e confirmamos a sua viabilidade para atendimento de todas as condições estabelecidas no Processo Administrativo n.º 50300.011034/2018-51.

Brasília, 11 de setembro de 2018.



WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA
RENATO MARINHO DE ARAUJO
Sócio-Gerente


A
AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2018
Processo Administrativo nº 50300.011034/2018-51

TERMO DE VISTORIA FACULTATIVA

A **WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ: 06.091.637/0001-17, Inscrição Estadual n.º 07.469.908/001-40, sediada na ADE CONJUNTO 10 LOTES 10/11 – Águas Claras – DF CEP: 71.986-180 Telefone: (61) 3354-1967 e e-mail: licitacao@wrcomercial.com.br, por intermédio de seu representante legal o Sr.º **RENATO MARINHO DE ARAÚJO**, portador da Carteira de Identidade nº 1.585.422 SSP-DF e CPF nº 793.799.661-72, DECLARA, para todos os efeitos legais, que tem conhecimento de todas as condições para a contratação de empresa especializada na prestação de forma contínua, de serviços de copeiragem e fornecimento de insumos e equipamentos, e que fez a opção de se abster da vistoria, não cabendo posteriormente nenhum questionamento contra a contratante em razão disto, nem tão pouco eximir-se de qualquer obrigação assumida ou revisão dos termos do contrato que vier a firmar. Declaramos, ainda, que estamos aptos a iniciar os serviços imediatamente após a assinatura do termo contratual e recebimento da respectiva Nota de Empenho, se o objeto do contrato, porventura, for destinado a esta firma.

Brasília, 11 de setembro de 2018.



WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA
RENATO MARINHO DE ARAUJO
Sócio-Gerente

A
AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2018
Processo Administrativo nº 50300.011034/2018-51

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO E DE CAUSAS DE INELEGIBILIDADE

A **WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ: 06.091.637/0001-17, Inscrição Estadual n.º 07.469.908/001-40, sediada na ADE CONJUNTO 10 LOTES 10/11 – Águas Claras – DF CEP: 71.986-180 Telefone: (61) 3354-1967 e e-mail: licitacao@wrcomercial.com.br, por intermédio de seu representante legal o Sr.º **RENATO MARINHO DE ARAÚJO**, portador da Carteira de Identidade nº 1.585.422 SSP-DF e CPF nº 793.799.661-72.

Declaro, diante da exigência contida nos artigos 1º, 2º, inciso VI, e 3º da Resolução n. 07 do Conselho Nacional de Justiça, de 18 de outubro de 2005, que esta empresa/entidade não possui em seu quadro societário qualquer sócio na condição de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juízes vinculados, ou servidor investido em cargo de direção e assessoramento dessa Corte de Justiça.

Art. 1º É vedada a prática de nepotismo no âmbito de todos os órgãos do Poder Judiciário, sendo nulos os atos assim caracterizados.

Art. 2º Constituem práticas de nepotismo, dentre outras: (...)

VI - a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação. (Incluído pela Resolução nº 229, de 22.06.16)
(...)

§ 3º A vedação constante do inciso VI deste artigo se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização. (Incluído pela Resolução nº 229, de 22.06.16)

§ 4º A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo tribunal, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório. (Incluído pela Resolução nº 229, de 22.06.16)

Art. 3º É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, devendo tal condição constar expressamente dos editais de licitação.

A

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2018

Processo Administrativo nº 50300.011034/2018-51

Declaro, ainda, conforme dispõe a Resolução n. 156 do Conselho Nacional de Justiça, de 8 de agosto de 2012, que os funcionários desta empresa que serão colocados à disposição dessa Corte de Justiça para o exercício de funções de chefia, não incidem nas vedações dos artigos 1º e 2º da referida Resolução.

Art. 4º É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam nas vedações dos arts. 1º e 2º, da Resolução, reproduzidas nos subitens 23.15.1 e 23.15.2 do edital.

Brasília, 11 de setembro de 2018.



WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA
RENATO MARINHO DE ARAUJO
Sócio-Gerente

A
AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2018
Processo Administrativo nº 50300.011034/2018-51

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA LEI Nº 9.854/1999

A **WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ: 06.091.637/0001-17, Inscrição Estadual n.º 07.469.908/001-40, sediada na ADE CONJUNTO 10 LOTES 10/11 – Águas Claras – DF CEP: 71.986-180 Telefone: (61) 3354-1967 e e-mail: licitacao@wrcomercial.com.br, por intermédio de seu representante legal o Sr.º **RENATO MARINHO DE ARAÚJO**, portador da Carteira de Identidade nº 1.585.422 SSP-DF e CPF nº 793.799.661-72, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, combinado com a Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Brasília, 11 de setembro de 2018.



WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA
RENATO MARINHO DE ARAUJO
Sócio-Gerente

A
AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2018
Processo Administrativo nº 50300.011034/2018-51

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES

A **WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ: 06.091.637/0001-17, Inscrição Estadual n.º 07.469.908/001-40, sediada na ADE CONJUNTO 10 LOTES 10/11 – Águas Claras – DF CEP: 71.986-180 Telefone: (61) 3354-1967 e e-mail: licitacao@wrcomercial.com.br, por intermédio de seu representante legal o Sr.º **RENATO MARINHO DE ARAÚJO**, portador da Carteira de Identidade nº 1.585.422 SSP-DF e CPF nº 793.799.661-72, DECLARA, sob as penas da Lei, que não se encontra em processo de Falência ou Concordata, e que até a presente não existem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação.

Brasília, 11 de setembro de 2018.



WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA
RENATO MARINHO DE ARAUJO
Sócio-Gerente

A
AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2018
Processo Administrativo nº 50300.011034/2018-51

AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE CONTA VINCULADA

A **WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ: 06.091.637/0001-17, Inscrição Estadual n.º 07.469.908/001-40, sediada na ADE CONJUNTO 10 LOTES 10/11 – Águas Claras – DF CEP: 71.986-180 Telefone: (61) 3354-1967 e e-mail: licitacao@wrcomercial.com.br, por intermédio de seu representante legal o Sr.º **RENATO MARINHO DE ARAÚJO**, portador da Carteira de Identidade nº 1.585.422 SSP-DF e CPF nº 793.799.661-72, autoriza o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, denominado CONTRATANTE a abrir conta vinculada a este contrato, em nome da empresa CONTRATADA em instituição bancária para depósito dos valores destacados no valor mensal do contrato referente às provisões realizadas para o pagamento de 13º salário, férias e abono de férias, aviso prévio, adicional do FGTS para as rescisões sem justa causa, bem como o impacto sobre férias e 13º salário, que ficarão bloqueados e só poderão ser movimentados mediante autorização do CONTRATANTE e exclusivamente para o pagamento dessas obrigações.

Autoriza, também, o CONTRATANTE a ter acesso aos saldos e extratos dos valores depositados na conta vinculada.

Brasília, 11 de setembro de 2018.



WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA
RENATO MARINHO DE ARAUJO
Sócio-Gerente

A
AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2018
Processo Administrativo nº 50300.011034/2018-51

DECLARAÇÃO DE SEDE OU FILIAL

A **WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ: 06.091.637/0001-17, Inscrição Estadual n.º 07.469.908/001-40, sediada na ADE CONJUNTO 10 LOTES 10/11 – Águas Claras – DF CEP: 71.986-180 Telefone: (61) 3354-1967 e e-mail: licitacao@wrcomercial.com.br, por intermédio de seu representante legal o Sr.º **RENATO MARINHO DE ARAÚJO**, portador da Carteira de Identidade nº 1.585.422 SSP-DF e CPF nº 793.799.661-72, DECLARA, que possui sede em Brasília – DF conforme endereço acima e informa ainda que possui estrutura adequada ao bom atendimento do contrato.

Brasília, 11 de setembro de 2018.



WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA
RENATO MARINHO DE ARAUJO
Sócio-Gerente